



VISTA ALEGRE

1824

RELATÓRIO
& CONTAS
2019



ÍNDICE

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO	3
A. DESCRIÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL DO GRUPO	11
B. MISSÃO	12
C. GOVERNANCE DA SUSTENTABILIDADE	13
D. VISÃO ESTRATÉGICA	13
E. VALORES	13
F. RESULTADOS ECONÓMICOS	13
A. QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA	15
B. AS PESSOAS	17
C. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	18
D. COMUNICAÇÃO	20
E. RESPONSABILIDADE SOCIAL	22
A. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	24
B. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURE (TCDF)	24
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	27
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	32
1. INFORMAÇÃO GERAL	32
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	35
3. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS	61
4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	61
5. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	67
6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	67
7. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	72
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	74
9. GOODWILL	76
10. ATIVOS INTANGÍVEIS	79
11. IMPARIDADES	81
12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	81
13. INVESTIMENTOS FINANCEIROS	83
14. DIREITOS DE USO E LOCAÇÕES OPERACIONAIS (IFRS 16)	84
15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	85
16. INVENTÁRIOS	88
17. CONTAS A RECEBER E OUTRAS	89
18. CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS, PRÉMIOS DE EMISSÃO E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	90
19. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	92
20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	92
21. CONTAS A PAGAR E OUTRAS	97
22. PROVISÕES	98
23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	104
24. SUBSÍDIOS	105
25. RÉDITO	106
26. GASTOS COM O PESSOAL	106
27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	108
28. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS	109
29. RESULTADOS FINANCEIROS	110
30. RESULTADOS POR AÇÃO	110
31. CONTINGÊNCIAS	111
32. COMPROMISSOS	112
33. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	112
34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	116
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	119
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS	122
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	122
LISTA DOS TITULARES DAS PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	128

Relatório Consolidado de Gestão

Senhores Acionistas,

1. Introdução

Nos termos do contrato social e da legislação vigente, o Conselho de Administração da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. (“Empresa”, “Sociedade” ou “VAA”), com o presente documento, vem relatar a forma como decorreram os negócios sociais durante o exercício económico de 2019.

Para o efeito, elaborámos e aqui estamos a submeter à apreciação dos Senhores Acionistas o presente Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas que incluem: a Demonstração Consolidada da Posição Financeira, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas e do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, todas referentes ao exercício económico, coincidente com o ano civil, de 2019, bem como o correspondente Anexo. Incluímos, também, a Relação das ações detidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização (art.º 447º, nº 5 do CSC), a Lista dos acionistas que detêm uma participação no capital da sociedade superior a 10% (art.º 448º, nº 4 do CSC), e a Lista das participações qualificadas (art.º 6º do Regulamento CVM nº 11/2000 com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento CVM nº 24/2000).

2. Envolvente Macro Económica

Segundo o Banco de Portugal a economia portuguesa deverá ter tido em 2019 um crescimento de 2% (2,4% em 2018). Portugal continuou em 2019 em expansão pelo sexto ano consecutivo, mas a um ritmo inferior ao observado no passado recente. A razão para o abrandamento em relação a 2018 estará “no menor contributo das exportações, num quadro de crescimento mais fraco do comércio mundial e da procura externa dirigida à economia portuguesa”, aponta o BdP. É um cenário que encontra explicação no facto de as economias que constituem os mercados principais para as empresas exportadoras portuguesas, como a Espanha ou a Alemanha, terem registado uma forte desaceleração. Já para 2020 e 2021, um estudo da Universidade Católica aponta para um crescimento do PIB de 1,9% e 1,7% respetivamente (“A incerteza é muito significativa neste âmbito como resultado, em larga medida, do ambiente preocupante que rodeia a economia mundial na atualidade”), lê-se no documento. Num contexto de abrandamento da atividade mundial e, de forma mais marcada, do comércio mundial, estima-se que as exportações de bens e serviços terão crescido 2,3%, em 2019, depois de terem aumentado 3,8%, em 2018. Os exportadores portugueses deverão continuar a registar ganhos de quota nos mercados externos, sobretudo nos setores do turismo e de produção automóvel. As importações deverão ter crescido 4,6% em 2019 (menos 1,2 p.p. do que no ano anterior), num contexto de ligeiro abrandamento da atividade económica. Projeta-se que a formação bruta de capital fixo tenha aumentado 7,2% em 2019, após um crescimento de 5,8% no ano anterior. O maior ritmo de crescimento reflete o comportamento da

construção, influenciado pela execução de alguns projetos de infraestruturas de grande dimensão, nalguns casos associados a investimento público e beneficiando de financiamento europeu. O consumo privado deverá ter crescido 2,3% em 2019, uma evolução mais moderada do que a observada no ano anterior (3,1%), refletindo a evolução do consumo corrente e dos gastos em bens duradouros. No conjunto do ano, a economia portuguesa terá apresentado uma capacidade de financiamento, medida pelo saldo da balança corrente e de capital, equivalente a 0,5% do PIB, um valor inferior ao do ano anterior (1,4% do PIB). Esta evolução reflete a deterioração da balança de bens e serviços. O Governo aguarda poder fechar o ano de 2019 com um défice das contas públicas de 0,2% do PIB (abaixo dos 0,4% de 2018). O emprego continuou a crescer mas a um ritmo menor (deverá aumentar 0,9%, ou seja, menos 1,4 p.p. do que no ano anterior), enquanto a taxa de desemprego terá observado uma ligeira redução para os 6,4% (7% em 2018), prolongando a trajetória de descida observada desde 2013, refere o BdP. A tendência ao nível dos salários foi para acelerar, num contexto de redução dos recursos disponíveis no mercado de trabalho. A inflação, medida pela taxa de variação do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), deverá situar-se em 0,4% em 2019, o que compara com 1,2% no ano anterior. O Banco de Portugal (BdP), no seu relatório de Outubro de 2019, identificou alguns riscos sensíveis para a evolução da economia portuguesa nos próximos anos. Em primeiro lugar, a possibilidade de uma desaceleração mais acentuada da atividade económica nos principais mercados para as exportações portuguesas. Depois, com efeito negativo também nas exportações, o banco teme um eventual cenário de intensificação das tendências protecionistas no comércio internacional. E também com impactos ainda não mensuráveis as consequências do processo associado à saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit. A mais recente crise mundial derivado da pandemia do Covid 19, vai trazer consequências profundas para o nosso país a nível económico, o FMI antecipa para Portugal uma queda do Produto Interno Bruto de 8% para 2020, uma estimativa que é muito mais negativa do que as projeções feitas pelo Banco de Portugal no final de março de 2020. O desemprego deverá disparar para 13,9% até ao final de 2020, mais do dobro da taxa registada em fevereiro. Os técnicos do Fundo apontam para uma retoma de 5% na economia portuguesa para 2021 e para uma queda da taxa de desemprego para os 8,7%. O cenário apontado para Portugal corresponderá à mais profunda recessão económica desde que existem estatísticas fiáveis e faria recuar o produto interno bruto ao nível de 2017, a preços correntes. As projeções para a economia portuguesa estão em linha com as projeções apontadas para outros países, sobretudo europeus, porque esta crise tem características nunca antes vistas.

3. Universo da Consolidação

Apresenta-se abaixo a estrutura do Grupo Vista Alegre em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Empresas	Sede	Percentagem de Participação	
		2019	2018
Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	Ílhavo	Mãe	Mãe
Bordalgest, SA	Lisboa	100,00%	100,00%
Cerexport - Cerâmica de exportação, SA	Ílhavo	100,00%	100,00%
Cerutil - Cerâmicas Utilitárias, SA	Sátão	100,00%	100,00%
Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, SA	Caldas da Rainha	86,14%	86,14%
Faianças da Capôa - Indústria Cerâmica, SA	Ílhavo	100,00%	100,00%
Mexicova, SA	Cidade do México	100,00%	100,00%
Ria Stone Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA	Ílhavo	100,00%	100,00%
Shree Sharda Vista Alegre Private Limited	Delhi	50,00%	50,00%
VA - Vista Alegre Espanha, SA	Madrid	100,00%	100,00%
VAA Brasil – Comércio, Importação e Exportação, SA	S. Paulo	89,93%	89,93%
VAA I.L. – Sociedade Imobiliária, SA	Ílhavo	100,00%	100,00%
Vista Alegre Atlantis Moçambique, Lda	Maputo	99,00%	99,00%
Vista Alegre Atlantis UK LTD	Londres	100,00%	100,00%
Vista Alegre Atlantis, SA	Ílhavo	100,00%	100,00%
Vista Alegre France, SAS	Paris	100,00%	100,00%
Vista Alegre USA Corporation	Nova York	100,00%	100,00%

O Grupo Vista Alegre é constituído por 17 empresas, estando dividido por 5 áreas de negócio (porcelana, faiança, grés forno, grés mesa e cristal e vidro manual):

- ✓ Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, tem como objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas. As suas participadas desenvolvem as atividades de produção, distribuição e venda de artigos de porcelana, cristal e vidro manual, grés de mesa e de forno e faiança, com os canais de distribuição horeca, retalho e *private label*.
- ✓ Vista Alegre Atlantis, SA, sociedade de direito português que detém uma parte significativa da atividade produtora do Grupo (porcelana, cristal, louça de forno, e vidro manual), e a cadeia de lojas nacionais.
- ✓ Cerutil – Cerâmicas Utilitárias, SA, sociedade de direito português que detém uma unidade fabril em Sátão (Viseu) que dispõe de mais de 15.000 m² de área produtiva, num layout otimizado, que representa uma referência a nível nacional no fabrico de louça de mesa e de forno.
- ✓ Bordalgest, SA, sociedade de direito português que detém a sociedade Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, SA.
- ✓ Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, SA. sociedade de direito português que no âmbito do Grupo Vista Alegre passa a autonomizar como área de negócio a faiança (*tableware*,

- giftware* e edições especiais). A VAA passou a deter unidades produtivas em Portugal situadas em Caldas da Rainha e Aradas nesta área de negócio.
- ✓ Vista Alegre España, SA, sociedade de direito espanhol que, naquele país, exerce as atividades de distribuidor e retalhista sendo detentora de 37 pontos de venda nas lojas El Corte Inglés, além das duas lojas próprias.
 - ✓ Faianças da Capôa-Indústria de Cerâmica, SA, sociedade de direito português, detentora da fábrica de Aradas/Aveiro.
 - ✓ Cerexport-Cerâmica de Exportação, SA, sociedade de direito português, dona do edifício da Esgueira/Taboeira/Aveiro, no qual a VAA exerce a atividade industrial de produção de louça de forno.
 - ✓ VAA Brasil – Comércio, Importação e Exportação SA, sociedade de direito brasileiro com sede na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo, sendo detida em 87,59% pela Cerexport-Cerâmica de Exportação, SA, 2,33% pela Faianças da Capôa-Indústria de Cerâmica, SA e 10% por um parceiro local. Esta empresa foi constituída em julho de 2011, tendo como objetivo o exercício da atividade de comércio de artigos da Vista Alegre.
 - ✓ Vista Alegre Atlantis UK LTD, sociedade de direito inglês com sede em Kent, constituída em fevereiro de 2012 com o objetivo de reforçar a presença do Grupo neste mercado.
 - ✓ Ria Stone, Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA, sociedade de direito português com sede em Ílhavo, constituída em junho de 2012, cujo objeto social consiste na fabricação de louça de mesa e artigos para uso doméstico em grés, comércio de artigos de grés, faiança e cerâmica.
 - ✓ Vista Alegre Atlantis Moçambique, Lda., sociedade em Moçambique, com sede em Maputo, constituída em dezembro de 2012, tendo como objetivo o exercício da atividade de comércio de artigos de porcelana, de faiança e afins, de cristais e vidros para o lar, permitindo assim ter uma presença local neste país.
 - ✓ Vista Alegre USA Corporation é uma empresa americana sedeada em Nova Iorque, onde se encontra instalado um showroom, sendo o primeiro espaço da marca nos Estados Unidos da América.
 - ✓ VAA I.I. – Sociedade Imobiliária S.A. é uma empresa sedeada em Portugal e sendo a sua atividade na área imobiliária e do turismo.
 - ✓ Shree Sharda Vista Alegre Private Limited é uma empresa sedeada na Índia e sendo a sua atividade comercial do Grupo naquele país (porcelana, cristal, louça de forno, faiança e vidro manual).
 - ✓ Vista Alegre France, SAS, é uma sociedade de direito francês que tem como principal atividade a comercialização de peças de porcelana, faiança e conexas, peças de cristal e vidro e artigos de decoração, operações de importação e exportação de artigos da mesma natureza das peças referenciadas acima; e de todas as atividades com fins relacionados.
 - ✓ Mexicova, SA, é uma empresa sedeada no México e sendo a sua atividade comercial do Grupo naquele país (porcelana, cristal, louça de forno, faiança e vidro manual).

4. Evolução da Atividade

A Vista Alegre teve um excelente desempenho operacional durante o exercício de 2019, tendo o Volume de Negócios atingido 120 milhões de euros e o EBITDA¹ os 25,6 milhões de euros. O mercado externo representa atualmente 72,5% do volume de negócios da Vista Alegre, com 87,1 milhões de euros de vendas, o que representa um incremento de 5.3 p.p. face ao período homólogo. Este aumento é justificado pelo crescimento do volume de negócios nos mercados europeus, nomeadamente em França, Holanda e Itália, países com maiores crescimentos.

Vendas Consolidadas por Segmentos e Mercados

Segmentos	mil €								
	jan a dez 2019			jan a dez 2018			Variação (%)		
	MI	ME	Total	MI	ME	Total	MI	ME	Total
Porcelana e Complementares	21.358	27.607	48.966	22.454	25.791	48.245	-5%	7%	1%
Faiança	5.052	3.832	8.884	1.826	1.150	2.976	177%	233%	199%
Grés Forno	1.063	21.391	22.454	2.154	14.417	16.571	-51%	48%	35%
Grés Mesa	706	25.517	26.223	620	17.851	18.470	14%	43%	42%
Cristal e Vidro	4.812	8.758	13.570	5.442	7.317	12.759	-12%	20%	6%
Total	32.991	87.105	120.097	32.495	66.526	99.022	2%	31%	21%

O mercado interno teve um valor das vendas de 33 milhões de euros, suportado pelo negócio das lojas próprias e canal HORECA.

A Vista Alegre continua a apostar em parcerias com artistas e marcas de renome mundial. Exemplo disso, é a formalização de um acordo no valor de 13,7 milhões de euros relativo à criação de uma linha com seis peças diferentes com a marca MasterChef, no último trimestre de 2019. As peças foram idealizadas por profissionais experientes e qualificados, no sentido de permitir a prática de uma cozinha saudável, utilizando principalmente o forno para cozinhar, sendo esta uma tendência culinária cada vez mais usual, em virtude dos seus reconhecidos benefícios para a saúde e para a conservação dos sabores originais.

Ainda no que respeita a novas parcerias, em 2019, a conceituada marca suíça Franck Muller e a Vista Alegre uniram-se para apresentarem a exclusiva edição do relógio "Atlântico" que é exibido numa redoma de cristal, criada especialmente pela Vista Alegre para este lançamento, o qual foi limitado a 20 exemplares.

A Vista Alegre, na sua estratégia de expansão e consolidação internacional, tem vindo assim a colaborar com grandes insígnias mundiais, com artistas famosos, com premiados e conceituados designers e *chefs* de cozinha, o que tem contribuído para o aumento da notoriedade da marca portuguesa, nomeadamente nos mercados externos.

¹ EBITDA = Resultado operacional – Amortizações – Imparidades - Imparidade de ativos fixos tangíveis depreciáveis

Graças a esta estratégia, a Vista Alegre, que tem sido reiteradamente premiada nos grandes eventos e concursos mundiais de design, é cada vez mais reconhecida como motor das novas tendências de mercado.

A este nível, 2019 foi o ano em que a Vista Alegre mais prémios internacionais recebeu: 39 no total, atribuídos pelas mais conceituadas entidades internacionais, desde EUA, Itália, Alemanha, Reino Unido, entre outras. Para além dos prémios de design, a Vista Alegre foi também eleita como uma das marcas mais inovadoras de 2019 (considerando todos os setores) e como uma das marcas de excelência na área do Living.

A Vista Alegre foi considerada uma Superbrands e classificada como uma das apenas 9 marcas de reputação de excelência em Portugal.

Foram muitos os prémios de design atribuídos, em várias categorias, de produtos de mesa, decorativos, iluminação, mobiliário, durante o ano de 2019 dos quais se destaca os mais recentes, a coleção "Once Upon a Time" (Vista Alegre) nos Architecture Master Prize. Mantendo o destaque também para os galardões com categoria Gold com: a coleção "Earth to Humanity" (Vista Alegre) nos German Innovation Awards; a coleção "Amazónia" (Bordallo Pinheiro) e a "Única Collection" (Vista Alegre) nos European Product Design Award; e a coleção "Utopia" (Vista Alegre) nos A' Design Award (Itália). Nos German Brand Award ganhou um prémio "Excellent Brand" e uma menção especial por "Brand Innovation of the Year".

Já a Bordallo Pinheiro, também tem vindo a assumir a mesma estratégia com as parcerias que assume, pelo que durante o ano de 2019 apresentou uma vez mais, em Lisboa, mais propriamente no Restaurante Zambeze, 28 novas sardinhas para completar a icónica coleção surgida em 2014 "Sardinha by Bordallo". Neste momento são 100 os exemplares criados por uma diversidade de personalidades nacionais e estrangeiras, que contribuíram para uma coleção que já alcançou o seu espaço no universo da cerâmica decorativa.

Ainda na Bordallo, destaque para o lançamento de peças de autor das quais se destacam a colaboração com o artista VHLS, numa edição numerada, que esgotou em duas semanas.

Mais recentemente, de salientar a parceria com Claudia Schiffer, ex-modelo alemã e ícone da moda, tendo desenvolvido uma coleção de peças exclusivas para as marcas Bordallo Pinheiro e Vista Alegre, as quais foram apresentadas pela primeira vez, no início de 2020, na feira Maison & Objet, em Paris, uma das principais feiras do setor de decoração e lifestyle.

A 22 de Outubro de 2019 concretizou-se um processo de emissão de obrigações garantidas no valor de 45.000.000 de euros, com uma taxa anual fixa de 4,5% e vencimento em outubro de 2024 e obrigações garantidas no valor de 5.000.000 de euros com uma taxa anual fixa de 3,5% e vencimento final em outubro de 2024, todas colocadas apenas junto de investidores institucionais (Nota 20).

Em 12 de Dezembro de 2019, foi realizado um aumento de capital social da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., por novas entradas em dinheiro, com supressão de direito de preferência dos

acionistas, no montante de 12.192.731,20 de euros, do qual resultou uma alteração do capital da Vista Alegre de 121.927.316,80 de euros para 134.120.048,00 de euros, por via da emissão de 15.240.914 novas ações, com o valor nominal de 0,80 euros cada, conforme oportunamente comunicado ao mercado. Esta operação de aumento de capital gerou igualmente um prémio de emissão no montante de 3.048.183 euros (Nota 18).

Não obstante a Visabeira Indústria, SGPS, S.A. manter a titularidade de 137.965.420 ações representativas do capital social e direitos de voto da Vista Alegre na sequência do referido acima, em resultado do Aumento de Capital (com o objetivo, entre outros, de diversificação da base acionista da VAA) e de a Visabeira Indústria não ter subscrito quaisquer novas ações nesse âmbito, a sua participação qualificada na VAA foi reduzida para 82,29% do capital social e direitos de voto da VAA, tendo por referência o capital social de 134.120.048,00 euros representado por 167.650.060 ações pós Aumento de Capital.

5. Resultados

Os resultados consolidados do exercício de 2019 do Grupo Vista Alegre revelaram um excelente desempenho face ao período homólogo de 2018, com o volume de negócios a aumentar 21%, para 120 milhões de euros e o EBITDA com um crescimento de 43%, situando-se nos 25,6 milhões de euros.

Resultados Consolidados

Rúbricas	31-12-2019	31-12-2018	M€	
			Variação Valor	%
Volume de Negócios	120.1	99.0	21.1	21%
E B I T D A	25.6	17.8	7.7	43%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>21.3%</i>	<i>18.0%</i>		
E B I T D A ajustado*	25.6	18.4	7.2	39%
<i>Margem EBITDA ajustado*</i>	<i>21.3%</i>	<i>18.6%</i>		
Resultado Operacional	14.3	11.3	3.0	26%
<i>Margem Operacional</i>	<i>11.9%</i>	<i>11.4%</i>		
Resultado Antes Impostos	8.8	8.8	0.0	0%
Imposto sobre o rendimento	-1.3	-1.6	0.3	
Resultados Líquidos	7.5	7.2	0.2	3%

* EBITDA ajustado (Resultado Operacional deduzido de amortizações, provisões, imparidades e variações de justo valor) + custos com o Offering (578 mil euros, apenas no que respeita ao ano de 2018)

O Grupo registou um resultado operacional de 14,3 milhões de euros, superior em 26% face ao período homólogo de 2018, e o resultado líquido do exercício teve um crescimento de 3%, face ao mesmo período de 2018, situando-se positivo em 7,5 milhões de euros.

O desenvolvimento de novos produtos e coleções, assim como a melhoria dos processos produtivos e de inovação tecnológica, bem como a ampliação da capacidade produtiva das suas fábricas têm sido fatores chave para a boa performance operacional da Vista Alegre.

O EBITDA alcançado é impactado positivamente pelo efeito da adoção da norma IFRS 16, melhorando em cerca de 2,6 milhões de euros relativamente às rendas das locações anteriormente contabilizadas na rubrica da demonstração dos resultados consolidados “fornecimentos e serviços externos” e que passaram a ser contabilizadas como amortizações do exercício e como encargos financeiros na demonstração consolidada dos resultados. Ao nível da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019, a aplicação desta nova norma levou a um aumento do ativo (aproximadamente 7,5 milhões de euros) e do passivo (aproximadamente 7,65 milhões de euros).

O Grupo adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado nas contas consolidadas, conforme permitido pelas disposições transitórias da norma. O impacto do efeito de transição desta nova norma reportada a 1 de janeiro de 2019, levou a um aumento do ativo e do passivo de aproximadamente 9,5 milhões de euros

6. Investimentos

No exercício de 2019 os investimentos realizados cifram-se em cerca de 23 milhões de euros, dos quais se destacam:

- no segmento do grés mesa a conclusão da ampliação da fábrica da Ria Stone pelo montante de 4 milhões de euros;

- no segmento da porcelana, um investimento de 6,2 milhões de euros na aquisição de um novo forno de chacota e equipamento específico para automação da carga e descarga e ainda a criação de um novo laboratório único no setor, aportando evolução tecnológica e impactos significativos na qualidade de produto e controlo do processo produtivo assentes nas indústrias 4.0;

- no segmento do cristal e vidro, o investimento estratégico, no montante de 7,2 milhões de euros em novos equipamentos, nomeadamente um novo forno de produção de peças de cristal, adoção de novas tecnologias e desenvolvimento de novos materiais, introduzindo no portefólio da unidade produtos diversificados de elevado valor acrescentado;

- no segmento da faiança, a conclusão da renovação da fábrica da Bordalo Pinheiro com equipamentos de ponta localizados numa maior área fabril totalmente remodelada e ampliada, nomeadamente pela introdução do fabrico de peças em grés a par com as de faiança, cuja procura se acentuou significativamente por parte do sector HORECA (hotelaria e restauração), no decorrer

do projeto de ampliação, pela sua resistência superior que veio dotar a fábrica da Bordalo Pinheiro de maior e mais diversificada capacidade produtiva.

No global, os investimentos realizados potenciam o aumento de capacidade produtiva e uma maior eficiência operacional e a redução de custos, reforçando o posicionamento da Vista Alegre como detentora das fábricas tecnologicamente mais avançadas do mundo nos segmentos de mercado de cerâmica, cristal e vidro.

7. Análise do desempenho não financeiro

7.1 Introdução

A Vista Alegre apresenta um documento da sua Demonstração Não Financeira Consolidada, sendo tal informação transversal ao Grupo, que visa definir e implementar um conjunto de iniciativas para reforço das fundações da sustentabilidade do Grupo Vista Alegre, enquadrando e aprofundando as diversas iniciativas e políticas já em aplicação nalgumas das empresas do Grupo.

Ao longo dos anos a Vista Alegre tem vindo a incorporar, no conjunto das suas atividades, a vertente da Responsabilidade Social, intervindo junto da comunidade, de forma direta e indireta, fixando como objetivo permanente, apoiar e associar-se a polos dinamizadores de cultura, lazer, educação, desporto, saúde e bem-estar. Nesse sentido, a Vista Alegre e as suas empresas mantiveram em 2019 uma atitude pró-ativa e consistente, implementando esses objetivos em diversas ações e iniciativas.

Dando cumprimento às exigências do DL 89/2017, de 28 de Julho 2017 (Artigo 508-G) e para efeitos de apreciação geral pelos acionistas na assembleia geral anual, é intenção da Vista Alegre divulgar de uma forma mais célere e objetiva esta demonstração não financeira consolidada que contém informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades do Grupo, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

Este documento final será disponibilizado no site da Vista Alegre, podendo qualquer esclarecimento ser solicitado à sociedade através do endereço eletrónico geral@vistaalegre.com.

7.2 Enquadramento

a. Descrição do modelo empresarial do Grupo

O Grupo Vista Alegre define-se por uma estrutura societária, onde no topo prevalece a empresa mãe VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, sendo esta uma Sociedade Gestora de Participações Sociais, como a sua forma legal a define, tem como objeto social a gestão de participações nas suas empresas subsidiárias, abrangendo o âmbito de cada uma quanto às suas opções de compra e

vendas e portfólio, abrange igualmente o exercício das funções acionistas que imprimem às sociedades participadas os seus princípios, os seus valores e um sentido estratégico coordenado.

A estrutura do Grupo Vista Alegre Atlantis em 31 de dezembro de 2019 está detalhada no ponto 3 deste relatório.

O modelo empresarial, mais que uma estrutura ou dinâmica de relações, deve ser compreendido no contexto das suas atividades e dos seus processos concretos. É matéria que resulta de forma desenvolvida do Relatório de Gestão, do Relatório de Governo Societário e de outros elementos de prestação de contas, para os quais se remete. A missão da Vista Alegre (ver alínea b)) é relevante na compreensão do modelo de governo, pelo que importa referir, ainda que de forma sumária, que a missão da Vista Alegre enquadra a realidade atual, mas transparece uma ambição maior: ser reconhecida como uma marca de excelência e prestígio, não só a nível nacional, mas também no plano internacional.

O Grupo Vista Alegre é constituído por 17 empresas, estando dividido por cinco áreas de negócio (Porcelana e complementares, Faiança, Grés Forno, Grés Mesa e Cristal e Vidro Manual), o modelo seguido vive inevitavelmente entre as vantagens da unidade e coordenação sob a liderança da Vista Alegre, havendo uma constante sinergia entre as diversas áreas, transmitindo assim um sentido de unidade de coordenação, retirando daqui todos os benefícios inerentes do sector da cerâmica e do cristal.

b. Missão

No decorrer dos mais de 190 anos da Vista Alegre, a visão estratégica da Empresa continua dedicada ao reconhecimento global da sua marca como uma das principais marcas mundiais de prestígio, qualidade e *design*. Neste sentido, tem reforçado a aposta na internacionalização e em relevantes parcerias estratégicas para criar valor acrescentado para clientes e acionistas, mantendo sempre uma forte ligação ao *design* e à cultura.

O rigor, a sofisticação e versatilidade, a par de um sábio equilíbrio entre tradição e modernidade são valores essenciais que a VAA tem procurado inculcar, para que estes sejam percecionados de forma intemporal através dos seus diferentes produtos.

Enquanto missão, a VAA procura dar uma resposta integral para satisfazer as necessidades dos seus variados mercados (*mesa, decoração, gift, hotelware*) com uma oferta que respeite os mais elevados padrões de qualidade, pautada por um relacionamento próximo e permanente com os seus clientes.

A marca regista em Portugal um índice de notoriedade espontânea superior a 95%, sendo identificada por especialistas como porcelana de alta qualidade e recorrentemente escolhida para servir altas individualidades de diversos países. De uma forma mais abrangente, a principal missão

passa por conhecer, fabricar e comercializar peças de Tableware, Giftware, Colecionismo e Corporate, dominando sempre que possível o processo de fabrico e a cadeia de valor.

Como objetivos estratégicos, a Vista Alegre privilegia o crescimento sustentado, a internacionalização e diferenciação dos seus produtos. Partindo do conhecimento que tem dos seus processos de fabrico e mercados, a crescente aposta e incorporação de design nos seus produtos, são assim preponderantes para o rejuvenescimento e modernização da marca, promovendo a fidelização e alargamento da base de consumidores que também se assumem como objetivos estratégicos.

c. Governance da sustentabilidade

A redefinição de uma estrutura de gestão para o conjunto das atividades do Grupo na área da sustentabilidade, é um objetivo a atingir, que permita melhor enquadrar tudo o que é já feito a nível das empresas operacionais, desenvolver um plano de atividades integrado e projetar essa gestão para uma visão comum e conjunta que estabeleça novos patamares de ambição.

d. Visão estratégica

A Vista Alegre tem como visão estratégica, melhorar o desempenho global fortalecendo a internacionalização do Grupo Vista Alegre através de investimento em novos mercados globais, apresentando produtos inovadores e complementares através do estabelecimento de parcerias com entidades de renome e prestígio internacional:

- Associar elementos de contemporaneidade à marca Vista Alegre, preservando o prestígio de uma marca portuguesa única e global;
- Apostar em produtos de cristal no segmento de embalagens de luxo;
- Reforçar o desenvolvimento de produtos de hotelaria com aposta na importância estratégica desta área de negócio.

e. Valores

A Vista Alegre tem como valores intrínsecos a aposta constante no Empreendedorismo, Ambição, Dinamismo, Inovação, Melhoria Contínua e Celeridade.

f. Resultados económicos

O ano de 2019 foi um ano próspero para a Vista Alegre, marcado pelo reforço do resultado do Grupo e afirmação de uma maior notoriedade da marca “Vista Alegre” no mundo. A expansão

internacional, o desenvolvimento de processos de melhoria contínua e melhorias implementadas na eficiência operacional, bem como a aposta na inovação, marcaram o ano de 2019 de forma positiva.

No exercício de 2019 destaca-se o melhor desempenho dos últimos anos da Vista Alegre, com um resultado líquido positivo de 7,5 milhões de euros, dando continuidade aos bons resultados alcançados o ano passado.

O mercado externo continua a ser o grande impulsionador desta boa performance, com 87,1 milhões de euros de vendas, representando atualmente 72,5% do volume de negócios da Vista Alegre. Este aumento é justificado pelo crescimento do negócio em novos mercados, nomeadamente na Europa e Ásia. Na Europa destaca-se a França e Espanha com maiores crescimentos.

A atuação da Vista Alegre é guiada pela sustentabilidade dos seus resultados económicos. Esses resultados estão amplamente detalhados ao longo do Relatório e Contas do qual esta Informação de Sustentabilidade é parte integrante. Também a informação económica de cada empresa subsidiária poderá ser consultada nos respetivos Relatórios e Contas, que se encontram nos websites.

7.3 Políticas gerais de sustentabilidade

Para garantir a sua sustentabilidade, ética e responsabilidade ambiental, satisfazendo todas as partes interessadas (clientes, acionistas, fornecedores e sociedade), de forma equilibrada e, adotando o modelo de gestão da qualidade ISO 9001, assegurando que o foco no cliente é mantido em toda a organização, a Vista Alegre compromete-se a:

- Cumprir os requisitos e melhorar continuamente a eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Definir, monitorizar e analisar de forma sistemática os indicadores e objetivos que concretizam esta política;
- Implementar uma política de recursos humanos que promova a motivação, a coesão e o desenvolvimento de competências dos colaboradores do Grupo, fomentando a melhoria contínua e a rentabilidade do negócio;
- Identificar recursos e necessidades tecnológicas;
- Assegurar a fidelização dos clientes, monitorizando continuamente a sua satisfação, assegurando elevados níveis de qualidade e serviço;
- Atrair novos clientes e novos mercados através de campanhas de marketing, presença em feiras internacionais e estabelecimento de parcerias com *designers* de renome mundial;
- Assegurar e desenvolver parcerias com fornecedores para a melhoria contínua dos nossos produtos e serviços.

A administração assumirá uma postura de elevada e consciente responsabilidade social, com um papel cada vez mais ativo e focado nas preocupações de índole social e ambiental, envolvendo neste propósito, colaboradores, fornecedores e clientes.

7.4 Gestão de riscos

A Vista Alegre realiza e divulga regularmente uma análise dos riscos que podem afetar a sua atividade, conforme consta nos Relatórios & Contas publicados.

No contexto da identificação dos tópicos materiais, o âmbito da análise de risco estendeu-se também às questões sociais e ambientais.

No que respeita ao risco regulatório, ciente das implicações que eventuais alterações no enquadramento legislativo comunitário e nacional possam ter na sua atividade, a Vista Alegre acompanha todos os processos legislativos e regulamentares ligados às suas atividades.

A Vista Alegre assume a existência também de riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas para as suas atividades. Esse contexto é continuamente trabalhado de perto nas atividades estratégicas e operacionais das empresas. Não obstante, a presença em foros associativos ou empresariais onde estes desafios são abordados foi definida como prioridade futura do Grupo.

A Vista Alegre participa em foros e trabalhos relativos às questões de governance, economia circular, ambiente, sustentabilidade, política industrial e outros, como forma de informar a sua análise de risco.

7.5 Áreas específicas de atuação

a. Qualidade, Ambiente e Segurança

A evolução ao nível da gestão das organizações tem conduzido a uma nova cultura que abrange não apenas a qualidade dos produtos e/ou serviços oferecidos, como também aspetos ambientais, de segurança e saúde no trabalho e ainda sociais e éticos.

No atual contexto, a responsabilidade das organizações não se circunscreve à criação de riqueza, à proteção do ambiente e à redução dos riscos associados às suas atividades, áreas em que as exigências legais e de gestão são cada vez maiores. Trata-se da assunção crescente da sua responsabilidade social.

Neste sentido, no Grupo Vista Alegre, a gestão apoia-se num conjunto de procedimentos, normas e práticas, capazes de utilizar os recursos naturais de maneira ambientalmente responsável, evitando impactos irreversíveis. Esta nova conceção traz uma preocupação com a utilização de tecnologias limpas, a minimização do desperdício e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Também no que respeita à Segurança e Saúde no trabalho, a certificação dos principais Sistemas de Gestão das empresas, em conjunto com as diversas ações de prevenção da sinistralidade e com a contínua aposta na formação dos colaboradores, permitiu uma otimização das condições de trabalho e do desempenho profissional, melhorando significativamente os índices nestas áreas.

Em síntese, para haver qualidade e excelência nos produtos/serviços e nas organizações é necessário melhorar continuamente os Sistemas de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança. Desta forma, em 2019 destacam-se um conjunto de atividades, no âmbito da melhoria contínua nas áreas da qualidade, ambiente e segurança que se sintetizam de seguida:

- ✓ Reforço dos compromissos com a sustentabilidade, através da aposta nas visitas de campo, formação, verificações de áreas e fornecedores, o que permitiu não só a continuação de um trabalho seguro e transparente para os clientes, mas também validar a fiabilidade dos fornecedores;
- ✓ Alargamento da implementação da metodologia Kaizen na Cerutil e na Bordalo Pinheiro, que tem vindo a permitir um maior envolvimento dos colaboradores nos processos da empresa. Esta metodologia permite, para além dos ganhos de produtividade, uma melhoria no bem-estar dos colaboradores, uma vez que permite melhorar o seu local de trabalho;
- ✓ Continuação da aposta na formação, que envolveu um total de 5.947 colaboradores, sendo de destacar a temática da segurança e saúde no trabalho, que representou 31% dos formandos;
- ✓ Melhoria contínua da capacidade de resposta em situações de emergência ambiental, através da realização de exercícios de acidente de natureza ambiental, que permitam uma atuação eficaz por parte dos colaboradores no caso da eventual ocorrência de acidentes de natureza ambiental;
- ✓ Monitorização contínua dos aspetos ambientais, cálculo dos respetivos impactos ambientais introduzidos no meio ambiente e reavaliação permanente das medidas de mitigação e minimização implementadas;
- ✓ Contínua otimização do sistema de Geolocalização nas viaturas, permitindo uma eficiente gestão dos recursos técnicos nas suas atividades diárias. Este sistema representa um passo importante na sustentabilidade da empresa, uma vez que permite ganhos evidentes quer na vertente económica, quer sobretudo na vertente ambiental;
- ✓ Preocupação na aquisição de equipamentos de trabalho, através da elaboração de cadernos de encargos para os principais grupos de materiais e equipamentos, priorizando os que se traduzem em menores impactos ambientais e que simultaneamente permitem garantir a segurança dos utilizadores;

No que respeita ao Sistema de gestão da Qualidade da Vista Alegre, temos:

- ✓ Empresa certificada pelo ISO 9001 pela SGS ICS, sendo que em julho de 2018 houve a transição à atual revisão normativa (ISO 9001:2015);

- ✓ O planejamento e execução das auditorias internas constitui-se como ferramenta fundamental de avaliação ao funcionamento do Sistema de Gestão implementado, input importante na atividade anual de Revisão do Sistema, onde participam todos os gestores de processos da VAA.
- ✓ É membro do SEDEX, como fornecedor, plataforma onde clientes e fornecedores podem “encontrar-se” com a segurança de que questões de ética / responsabilidade social são asseguradas; resumidamente cada uma das unidades fabris da Vista Alegre, atualiza a sua autoavaliação e é submetida a auditorias, SMETA. O Intercâmbio de Dados Éticos de Fornecedores (SEDEX) é um sistema on-line projetado para ajudar as organizações a gerenciar os dados sobre práticas de trabalho em suas cadeias de suprimentos. Os membros têm o benefício de estarem aptos a publicar os seus relatórios de auditorias SMETA diretamente no sistema SEDEX para serem vistos por todos os clientes;
- ✓ Como requisito obrigatório do cliente IKEA, que nos adquire artigos em grés para ovenware – na unidade da Taboeira, realizamos anualmente uma avaliação de sustentabilidade segundo os parâmetros / critérios estabelecidos num aplicativo deste cliente. Na avaliação realizada, relativamente ao desempenho de 2019, obtivemos uma avaliação global de 63% (em 2018 de 63%):

Supplier Sustainability Index	
Strategy & Management Systems	53%
Sourcing & Procurement	67%
Manufacturing & Resource Use	52%
Non-utilised Resources	78%
Total SSI score	63%

b. As Pessoas

A Vista Alegre reconhece que privilegia como vetores fundamentais do seu posicionamento, o triângulo virtuoso que articula a qualidade dos seus serviços e produtos, a expansão geográfica das suas atividades e a dinâmica e rigor da sua atuação.

As pessoas, as suas competências, a sua valorização profissional e as suas capacidades, flexibilidade, mobilidade e adaptabilidade são peças chave que confluem no rigor e exigência como atitude individual.

Constitui importante desafio de toda a organização, na dispersão geográfica que caracteriza o Grupo, a eficaz administração do conhecimento, a otimizada gestão das equipas e a eficiente partilha da estratégia e valores do Grupo.

É por isso desígnio do Grupo e missão da sua gestão, a promoção das boas práticas, a sua articulação com a gestão das expectativas profissionais e pessoais das pessoas, e o alinhamento estratégico com a qualidade do desempenho e com o atingimento dos objetivos.

Neste enquadramento, a política de recursos humanos está orientada para a permanente melhoria contínua da produtividade e da satisfação do cliente. Na base desta atuação está o constante reforço da qualificação dos Colaboradores, da sua valorização profissional e do desenvolvimento das suas competências.

O Grupo constitui-se como um empregador de referência, reconhecido no mercado pela sua capacidade de formação e capacitação de técnicos e na gestão de carreiras, promovendo oportunidades multissetoriais ao desenvolvimento de carreira de cada um dos seus colaboradores.

A Vista Alegre, com a sua característica identidade de companhia multiactividades e pluricontinental, valoriza e potencia as parcerias com instituições de ensino, universidades, escolas técnico profissionais e todas as organizações académicas com que articula e maximiza a promoção das melhores condições de sucesso para os jovens recém formados, desenhando à medida os melhores enquadramentos para a sua profícua integração na vida profissional.

c. Formação profissional

Num contexto profissional em constante mutação, a formação, nas suas diversas vertentes, é cada vez mais uma necessidade sentida pelos profissionais e fomentada pelas empresas do Grupo para valorização das suas competências e capacidades.

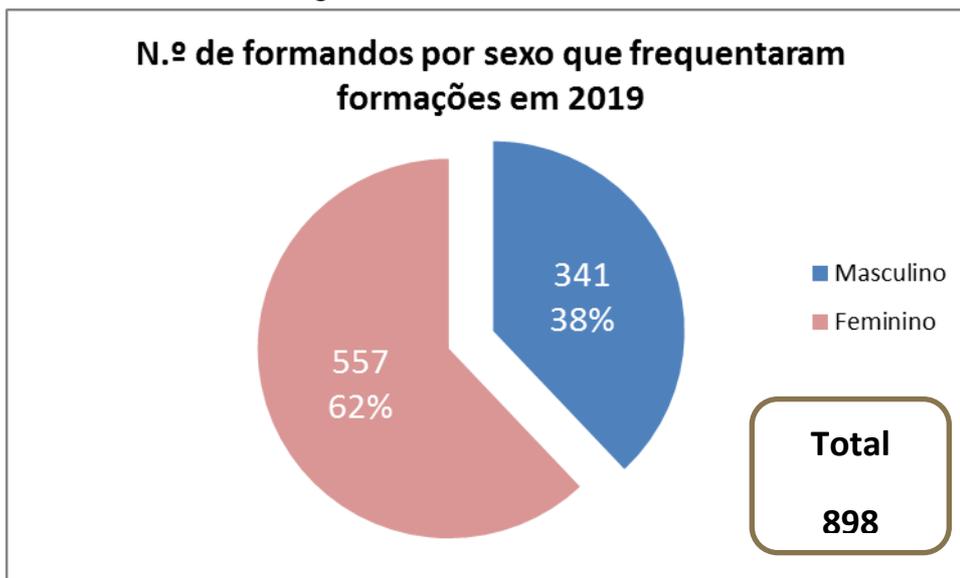
A Vista Alegre tem como clientes privilegiados o universo de empresas do Grupo e os respetivos prestadores de serviços e parceiros. Com este enquadramento, foram realizadas 47 ações de formação em 2019, atuando em diversas áreas de educação e formação, das quais se destacam as seguintes:

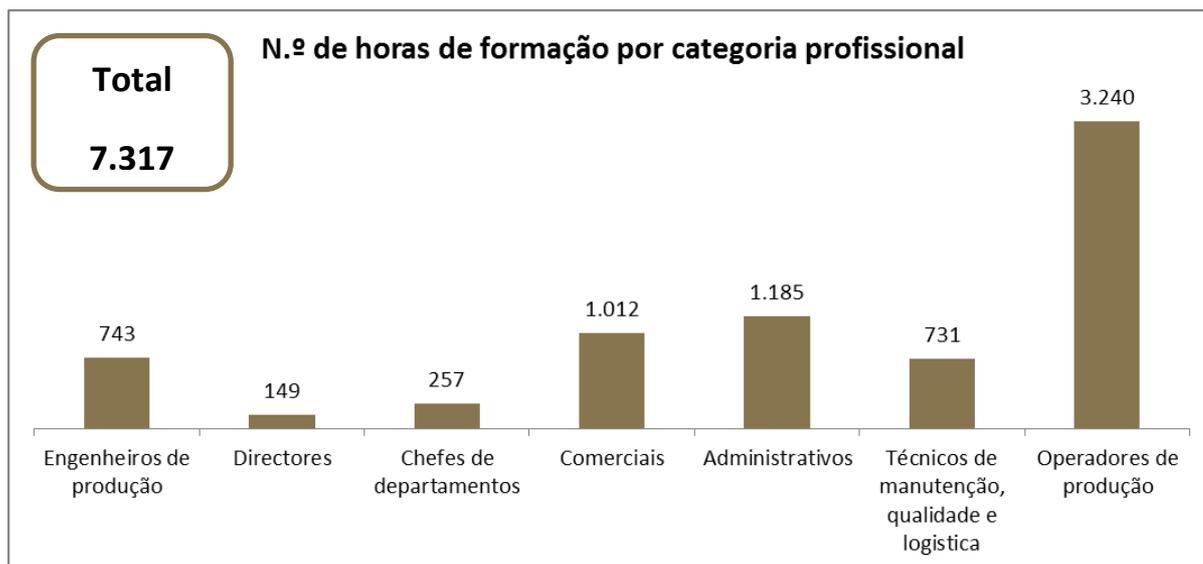
- Tecnologias de informação
- Gestão e administração
- Enquadramento na organização/empresa
- Informática na ótica do utilizador
- Eletrónica e automação
- Materiais (indústria do vidro e outros)
- Tecnologia de proteção do ambiente
- Segurança e higiene no trabalho
- Engenharia e técnicas afins
- Comércio

N.º de horas e formandos por acção de formação:

Formação	N.º de horas	Formandos
Comércio	733	68
Contabilidade e fiscalidade	216	72
Electricidade e energia	27	9
Electrónica e automação	292	15
Engenharia e técnicas afins	43	6
Enquadramento na org/empresa	1.467	578
Informática na óptica utilizador	1.650	66
Protecção do ambiente	8	1
Secretariado e trab administrativo	47	29
Segurança e higiene no trabalho	2.834	722
Total	7.317	1.566

As 47 acções de formação realizadas em 2019 envolveram 898 formandos e 7.317 horas de formação, sendo estas distribuídas da seguinte forma:





A organização tem como principal meta a promoção de projetos de formação inovadores, de qualidade e de valor sustentável, que contribuam eficientemente para a maximização do potencial humano, suportando uma estratégia inequívoca de maximização dos padrões de serviço e de qualidade dos produtos.

Neste enquadramento, o ano de 2019 foi uma vez mais de consolidação da formação abrangendo as diversas áreas de negócio da Vista Alegre que se afirma como pilar fundamental do sucesso de cada uma das suas atividades.

Para 2020, a Vista Alegre prevê um aumento do número de ações de formação a realizar, que permitam responder à necessidade de qualificação de técnicos para os novos produtos e técnicas de fabrico, assim como a sua adequação aos novos desafios que se avizinham.

d. Comunicação

A comunicação no Grupo Vista Alegre é um corolário primordial da sua estratégia ao assumir um papel importante no desenvolvimento sustentado de todas as suas áreas de negócio, na consolidação e reforço de notoriedade da sua marca e na sua afirmação nos mercados nacional e internacional.

O Grupo Vista Alegre teve um ano de 2019 particularmente ativo no que à comunicação diz respeito, muito por via da intensa atividade que as suas múltiplas empresas tiveram no país e no estrangeiro.

Sendo um Grupo multissetorial presente em vários países, é natural que a atividade e realizações sejam geradoras de um elevado fluxo comunicacional que é veiculado, essencialmente, pelos órgãos de comunicação social tradicionais – TV's, rádios, jornais e revistas – mas, também, pelas plataformas digitais – blogs, jornais online, entre outros.

Ao longo do ano, o Grupo Vista Alegre e as suas empresas e unidades foram alvo de inúmeras referências, o que fez elevar o nível de notoriedade e visibilidade junto da opinião pública e dos opinion makers.

No que respeita a volume noticioso, 2019 foi mais uma vez o ano Vista Alegre. Com efeito, a centenária Empresa, foi alvo de mais de mil publicações em jornais, revistas, blogs, rádios e televisões.

A operação de sucesso do aumento do Capital Social da Vista Alegre com a entrada de 29 novos acionistas institucionais, a maioria dos quais estrangeiros, foi um dos momentos mais mediáticos do último trimestre do ano.

Também os sucessivos comunicados emitidos pela Empresa dando conta da performance financeira ao longo do ano, mereceu ampla divulgação por parte dos principais órgãos de comunicação social.

Ao longo de 2019, sucederam-se os lançamentos de novas peças e coleções, surgindo desde logo à cabeça, a apresentação da coleção Amazónia com um evento que decorreu na Casa das Galeotas, na sede da UCCLA, em Lisboa. A presença de alguns elementos da tribo Kayapó, nativos da selva amazónica que pela primeira vez saíram do seu habitat natural, foi amplamente noticiada, tendo levado os indígenas a programas de televisão onde a coleção Amazónia foi apresentada.

Outros dos momentos de grande difusão mediática foi o anúncio de que Claudia Schiffer iria criar coleções exclusivas para a Vista Alegre e Bordallo Pinheiro, uma notícia que despertou interesse desde a imprensa regional até à especializada passando pelas televisões.

Também o anúncio da assinatura de um contrato de mais de 13 milhões de euros para a criação de uma linha MasterChef originou a publicação de algumas dezenas de notícias nos mais diversos meios de comunicação, o mesmo se tendo passado com a informação da presença da Vista Alegre naquele que foi considerado como o “jantar mais caro do mundo”, uma iniciativa solidária que decorreu em Miami Beach, nos EUA.

Interessante foi, igualmente, a reportagem que a TVI realizou na unidade de cristal da Vista Alegre, em Alcobaça, onde deu a conhecer a forma artesanal como os mestres vidreiros criam peças únicas.

As novidades que a marca levou à feira Maison & Objet, em Paris e a conquista de mais de 30 prémios internacionais de design foram outros temas em grande destaque na comunicação social.

A Bordallo Pinheiro foi, igualmente, uma marca geradora de muitas notícias ao longo do ano. Desde logo, a inauguração da modernização e ampliação da fábrica nas Caldas da Rainha suscitou interesse por parte dos principais meios, tendo a presença do primeiro-ministro António Costa e do ministro da Economia, Pedro Siza Vieira levado à cerimónia as televisões e os principais jornais nacionais.

Ainda no âmbito bordalliano, outro momento alto no que à comunicação diz respeito, foi o lançamento da peça Quimera da autoria do artista VHILS (Alexandre Farto). O prato que foi idealizado pelo conhecido designer, foi lançado nas comemorações dos 135 anos da criação da Fábrica de Faianças Bordallo Pinheiro, nas Caldas da Rainha. A cerimónia de apresentação decorreu

de forma inédita em plena fábrica, algo que fez despertar uma grande cobertura mediática por parte das televisões, rádios, jornais, revistas e blogs.

Referência, igualmente, para o lançamento de 28 espécimes da já icónica coleção Sardinha by Bordallo, numa parceria com as Festas de Lisboa e a EGEAC. A apresentação que decorreu na esplanada do Zambeze restaurante, em Lisboa, contou com inúmeros órgãos de comunicação social, destacando-se a presença de vários canais televisivos.

A ligação dos famosos irmãos Campana, designers brasileiros, à Bordallo Pinheiro, onde criaram peças de sua autoria, levou a RTP 3 a emitir uma reportagem em exclusivo, com recolha de imagens em plena fábrica.

Em súmula, podemos concluir que RTP, SIC, TVI, CMTV, PORTO CANAL, CENTRO TV e VISEU NOW foram alguns dos canais televisivos que deram cobertura a notícias do Grupo Vista Alegre. Na imprensa escrita e nos digitais, fomos divulgados pelo Expresso, Público, Sol, Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Correio da Manhã, Negócios, Destak, Notícias ao Minuto, ECO, Sapo, Jornal Económico, Jornal i, Dinheiro Vivo, Observador, Diários de Viseu, Aveiro, Coimbra e Leiria, Diário As Beiras, Jornal do Centro, Via Rápida, Rua Direita, Jornal da Beira, Caras, Visão, Sábado, Exame, Nova Gente, LUX e NIT, entre muitos outros títulos locais, regionais e nacionais.

Também as rádios Antena 1, Renascença, Observador, TSF, Comercial, Rádio Jornal do Centro, Rádio Clube do Interior, Emissora das Beiras e Rádio Terra Nova, entre outras deram destaque à atividade do Grupo Vista Alegre.

Não podemos esquecer as dezenas de Bloggers de diversas áreas, que escreveram ao longo do ano muito sobre a atividade do Grupo Vista Alegre, bem como o recurso às redes sociais para a empresa dar a conhecer muita da sua dinâmica.

O Grupo Vista Alegre (Vista Alegre, Ria Stone, Bordallo Pinheiro, Cerutil e Casa Alegre) foi alvo de 1057 notícias.

e. Responsabilidade social

A responsabilidade social do Grupo Vista Alegre resulta da integração voluntária das preocupações sociais e ambientais das suas diferentes operações na integração com clientes, colaboradores, parceiros e fornecedores.

A responsabilidade social do Grupo Vista Alegre tem como base um código de ética que suporta vários conceitos sociais, os quais a Vista Alegre se compromete a seguir:

- ✓ Empenha-se em conduzir os seus negócios de forma a respeitar os direitos dos seus colaboradores, a satisfação dos atuais clientes e a conquista de outros, o desenvolvimento de novos e mais eficientes produtos, melhoria contínua dos processos, e a criação de valor para os seus acionistas;

- ✓ Remunera os seus colaboradores de forma justa, proporcionando remunerações e benefícios em conformidade com a legislação nacional, normas e diretivas europeias e internacionais e contratação coletiva aplicável;
- ✓ Pratica horários de trabalho de acordo com as disposições legais e contratuais aplicáveis de forma a equilibrar a vida profissional e tempos livres;
- ✓ Não pratica e repudia o trabalho infantil;
- ✓ Não pratica e repudia o trabalho forçado, não recorre a mão de obra institucionalizada no sistema prisional;
- ✓ Não pratica e repudia a corrupção, está firmemente empenhada em ser uma entidade responsável em todas as áreas da sua atividade e em reger a conduta dos negócios de uma forma honesta, ética e em conformidade com a lei;
- ✓ Respeita as regras legais referentes a férias, feriados, faltas, dispensas e licenças, em especial as relacionadas com a parentalidade;
- ✓ Promove a segurança no local e ambiente de trabalho proporcionando condições de trabalho seguras e saudáveis;
- ✓ Promove a saúde no local e ambiente de trabalho aplicando as normas legais em vigor sobre Saúde ocupacional;
- ✓ Permite e respeita a liberdade de associação e o exercício dos direitos sindicais no interior dos seus estabelecimentos;
- ✓ Não faz discriminação em função do género, raça, religião ou outras em que a diferença seja possível, quer seja durante os processos de recrutamento e seleção, quer seja no exercício da atividade profissional no decurso dos contratos de trabalho;
- ✓ Promove a empregabilidade de trabalhadores estrangeiros, aplicando as normas legais em vigor sobre trabalho de estrangeiros, respeitando as mesmas regras e direitos aplicáveis aos trabalhadores nacionais;
- ✓ Desenvolve as suas práticas disciplinares com o rigoroso cumprimento das regras processuais e do contraditório, previstas na lei;
- ✓ Promove a aprendizagem ao longo da vida quer no interior, quer no exterior da empresa;
- ✓ Promove a redução de utilização de energia e a eliminação dos desperdícios energéticos;
- ✓ Efetua uma separação rigorosa dos resíduos promovendo o seu tratamento e a sua valorização através de transportes e recetadores devidamente autorizados;
- ✓ Efetua a monitorização das suas fontes de emissão de poluentes de forma a promover a compatibilidade e sustentabilidade ambiental dos seus processos e produtos;
- ✓ Promove o tratamento das reclamações dos seus clientes de forma a continuamente melhorar os seus níveis de desempenho e serviço;
- ✓ Promove uma boa integração com o meio local envolvente, de forma a participar na resolução de problemas das populações locais;
- ✓ Promove o uso de marketing responsável na sua comunicação com o mercado;
- ✓ Promove a prática em condições de igualdade de tratamento com os seus clientes, parceiros e fornecedores com o objetivo de estabelecer relações de longo prazo;
- ✓ Não pratica e repudia o assédio ou abuso, promove o direito dos trabalhadores a denunciar e apresentar queixa sempre que tenham conhecimento de qualquer violação da legalidade ou deveres ou qualquer outra situação análoga que legitime a queixa/denúncia,

assegurando a empresa que a queixa/denúncia terá o devido seguimento. Para o efeito, os colaboradores deverão apresentar queixa/denúncia junto da direção de recursos humanos, verbalmente ou por escrito, ou recorrendo ao provedor do trabalhador através de e-mail, provedor@grupovisabeira.com.

7.6 Compromissos para o futuro

a. Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, ratificados por quase todos os países, entre os quais Portugal, identificaram 17 temas prioritários que visam garantir um desenvolvimento sustentável.

Os ODS assumem explicitamente a importância das empresas e agentes económicos para que as suas metas sejam atingidas. A Vista Alegre assume a sua responsabilidade nesse processo e o compromisso para com a sociedade, pretendendo ser parte ativa na prossecução destes objetivos.

A Vista Alegre tem a perfeita noção de quais os objetivos a priorizar e onde concentrar os seus esforços, tendo sempre presentes as suas capacidades e a cadeia de valor das suas participadas.

No âmbito deste compromisso, baseando-nos na metodologia SDG Compass e tendo em conta a natureza da atividade da Vista Alegre, serão identificados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável considerados como prioritários.

b. Alterações climáticas – task force on climate-related financial disclosure (TCFD)

A TCFD incentiva as grandes empresas a conduzir análises de robustez e resiliência das suas estratégias face a um conjunto de cenários de alterações climáticas. No âmbito da sua análise e acompanhamento de riscos, a Vista Alegre está consciente da relevância deste projeto e acompanhará os seus desenvolvimentos durante os exercícios subsequentes.

8. Perspetivas

O Grupo Vista Alegre, tem uma forte presença nacional e internacional no setor da cerâmica, vidro e cristal, o qual tem vindo a assumir uma postura de crescimento sustentável no posicionamento das suas marcas como marcas de referência mundial, nomeadamente com a Vista Alegre, a Bordallo Pinheiro e a Cerutil. O reforço do investimento denota-se pelo aumento de capacidade produtiva encetado nos últimos anos em três das principais fábricas deste segmento, pelo que se espera agora colher os frutos desses investimentos. Assim, na Ria Stone, empresa de cerâmica dedicada à

produção exclusiva para a marca IKEA, continuar-se-á a apostar no crescimento da sua atividade assente no fomento das relações com este cliente, com vista a alargar a sua gama de produtos e incrementar o número de peças comercializadas, tornando-se num fabricante de referência mundial, sob marca de cliente. Em paralelo, na Vista Alegre, Bordallo e Cerutil, a aposta será de reforçar a presença dos seus produtos no mundo, com ganhos acrescidos de eficiência e produtividade.

Deste modo, o Grupo Vista Alegre manterá a sua estratégia de crescimento assente:

- no reforço do posicionamento das suas marcas como marcas de renome e marcadoras de tendências;
- na contínua aposta na inovação e em atividades de investigação e desenvolvimento com vista a melhorias nos processos produtivos que resultem na criação de produtos diferenciadores, competitivos e de elevado valor acrescentado;
- na realização de novas parcerias e reforço das que possui atualmente, quer seja com outras marcas de renome ou com a colaboração de artistas, designers, arquitetos, ilustradores, cineastas, escultores;
- na melhoria do relacionamento com o cliente através dos canais de venda ou do serviço pós-venda, com vista a uma maior fidelização;
- na manutenção do legado e ADN de marcas históricas como Vista Alegre e Bordallo Pinheiro.

A questão da sustentabilidade, não só financeira mas também no uso de recursos e produtos desenvolvidos, tem vindo a tornar-se numa máxima no setor da indústria, pelo que pretende-se ainda fomentar este vetor em todas as empresas que compõem esta área de negócio.

Resumindo, as perspetivas futuras passam pela grande aposta na manutenção dos contratos recentemente celebrados com marcas reconhecidas, sendo os principais:

- Contrato com o IKEA (Ria Stone) até 2026, sendo expectável um volume de negócios de 250 milhões de euros;
- Contrato com a Hennessy (Cristal), renovável anualmente e sendo expectável um volume de negócios de 16 milhões de euros;
- Contrato com a Remy Martin (Cristal), renovável anualmente e sendo expectável um volume de negócios de 12 milhões de euros;
- Um acordo no valor de 13,7 milhões de euros relativo à criação de uma linha com seis peças diferentes com a marca MasterChef.

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global causada pelo novo coronavírus (“Covid-19”), sendo que em 11 de março de 2020 foi declarada uma

Pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Esta Pandemia, disseminada internacionalmente, impacta de modo relevante a economia mundial e os mercados financeiros, pelo que se torna imprescindível considerar os impactos decorrentes do Covid-19.

O Grupo Vista Alegre permanecerá atento e cuidadoso perante os riscos que poderão surgir para a sua área de negócio, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros.

Estamos convictos de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com os nossos parceiros, como sejam os nossos Clientes, Fornecedores, Colaboradores e Comunidades locais, estamos preparados para enfrentar este desafio.

Remetemos ainda para as considerações divulgadas na Nota 35 “Eventos Subsequentes” incluída no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a qual resume as principais medidas tomadas pelo Conselho de Administração em resposta aos impactos estimados desta situação.

9. Declaração nos termos do Artº 246, nº 1, alínea c) do CVM

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246º, nº1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Ílhavo, 08 de maio de 2020

O Conselho de Administração

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Notas	31-12-2019	31-12-2018
mil €			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	142.691	127.299
Goodwill	9	4.711	4.711
Propriedades de investimento	12	970	1.439
Ativos intangíveis	10	1.384	1.631
Investimentos financeiros	13	682	182
Ativos dos direitos de uso	2 e 14	7.546	0
Impostos diferidos	15	5.887	5.535
Total do ativo não corrente		163.871	140.796
Ativo corrente			
Inventários	16	41.770	36.610
Contas a receber e outras	17	21.727	21.734
Estado e outros entes públicos	23	2.152	2.573
Caixa e equivalentes de caixa		14.462	11.145
Total do ativo corrente		80.111	72.061
TOTAL DO ATIVO		243.981	212.857
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	18	134.120	121.927
Ações próprias	18	-2	-2
Prêmios de emissão	18	24.280	22.065
Prestações suplementares	18	38.182	38.182
Reservas e resultados transitados	19	-131.994	-139.938
Resultado líquido do exercício		7.226	7.276
Capital próprio excluindo interesses que não controlam		71.812	49.510
Interesses que não controlam		980	780
Total do capital próprio		72.792	50.290
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	20	68.370	28.837
Empréstimos de acionistas	20	0	26.917
Subsídios	24	6.768	5.548
Passivos de locação	2 e 14	5.745	0
Provisões	21	238	238
Provisões para pensões de reforma	21	1.194	1.360
Impostos diferidos	15	9.289	9.240
Total do passivo não corrente		91.604	72.139
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos	20	29.971	38.961
Passivos de locação	2 e 14	1.787	0
Contas a pagar e outras	20	45.925	48.703
Estado e outros entes públicos	23	1.902	2.764
Total do passivo corrente		79.585	90.428
Total do passivo		171.189	162.568
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		243.981	212.857

Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

		mil €	
Rubricas	Notas	31-12-2019	31-12-2018
Vendas e prestações de serviços	6 e 25	120.097	99.022
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-40.073	-31.254
Variação da produção		4.319	39
Margem bruta		84.342	67.807
Trabalhos para a própria empresa	8	2.155	2.555
Fornecimentos e serviços externos	27	-21.175	-21.902
Gastos com o pessoal	26	-42.190	-33.505
Amortizações	8, 10 e 14	-11.007	-6.460
Imparidades	11	323	-3
Provisões do exercício	12 e 22	25	-20
Outros gastos e perdas operacionais	28	-968	-1.415
Imparidade de ativos fixos tangíveis depreciáveis	8 e 11	-632	-25
Aumentos/(reduções) de justo valor	12	0	4
Outros proveitos e rendimentos operacionais	28	3.414	4.293
Resultado operacional		14.287	11.328
Juros e gastos similares suportados	29	-5.528	-2.542
Juros e rendimentos similares obtidos	29	9	8
Resultado financeiro		-5.519	-2.535
Resultado antes de impostos		8.769	8.794
Imposto sobre o rendimento	15	-1.315	-1.568
Resultado consolidado do exercício		7.454	7.225
Atribuível:			
Acionistas		7.226	7.276
Interesses que não controlam		228	-51
Resultado por ação básico (€)		0,0474	0,0474
Resultado por ação diluído (€)		0,0474	0,0474

Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Notas	31-12-2019	31-12-2018
Resultado líquido consolidado do exercício (a)		7.454	7.225
Outro rendimento integral:			
Quantias que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados			
Benefícios de reforma	15		
Ganhos e perdas atuariais		50	13
Impacto fiscal do efeito acima referido		-10	-2
Revalorização do exercício de ativos fixos	8 e 15		
Variação no justo valor dos ativos fixos tangíveis		1.189	0
Impacto fiscal do efeito acima referido		-314	0
		915	10
Quantias que irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados			
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros			
Impacto da adoção da IFRS 9		0	-534
Impacto fiscal do efeito acima referido	4	0	83
Ajustamentos de conversão cambial		-198	-485
Outras regularizações			
Valor bruto		-77	-7
		-275	-944
Outro rendimento integral do exercício (b):		640	-934
Rendimento integral total do exercício (a) + (b)		8.094	6.292
Rendimento integral total atribuível a:			
Acionistas		7.893	6.417
Interesses que não controlam		201	-126
		8.094	6.292

Demonstrações Consolidadas de Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Rubricas	Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe						Interesses que não controlam	Total do capital próprio
	Capital (nota 18)	Ações próprias (nota 18)	Prêmios de emissão (nota 18)	Prestações Suplementares (nota 18)	Reservas e resultados transitados (nota 19)	Resultado líquido do exercício		
Saldo em 01 de janeiro de 2018	121.927	-2	22.065	38.182	-92.569		271	82.597
Alterações de perímetro					-39.234		495	-38.738
Aumento de capital							139	139
Rendimento integral total						7.276	-51	7.225
Resultado líquido do exercício							-75	-934
Outro rendimento integral do exercício					-859			
Total	0	0	0	0	-40.092	7.276	508	-32.308
Saldo em 31 de dezembro de 2018	121.927	-2	22.065	38.182	-132.662	7.276	780	50.290

Rubricas	Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe						Interesses que não controlam	Total do capital próprio
	Capital (nota 18)	Ações próprias (nota 18)	Prêmios de emissão (nota 18)	Prestações Suplementares (nota 18)	Reservas e resultados transitados (nota 19)	Resultado líquido do exercício		
Saldo em 01 de janeiro de 2019	121.927	-2	22.065	38.182	-132.662		780	50.290
Aumento de capital	12.193		2.216					14.408
Rendimento integral total						7.226	228	7.454
Resultado líquido do exercício							-27	640
Outro rendimento integral do exercício					667			
Total	12.193	0	2.216	0	667	7.226	201	22.502
Saldo em 31 de dezembro de 2019	134.120	-2	24.280	38.182	-131.994	7.226	980	72.792

**Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Rubricas	31-12-2019		31-12-2018	
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes		130.898		105.035
Pagamentos a fornecedores		-67.092		-52.040
Pagamentos ao pessoal		-42.209		-31.956
Fluxos gerados pelas operações		21.598		21.040
Outros (pagamentos)/recebimentos operacionais		-393		-1.666
Fluxos gerados pelas atividades operacionais		21.205		19.373
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Propriedades de Investimento	900			
Subsídios ao investimento	8.663		5.423	
		9.563		5.423
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-500			
Ativos fixos tangíveis	-28.284		-25.912	
		-28.784		-25.912
Fluxos gerados pelas atividades de investimento		-19.221		-20.490
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	106.378		42.882	
Aumentos de capital, prest.supl. (Nota 18)	14.408			
		120.786		42.882
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-114.223		-33.973	
Amortização de contratos de locação financeira	-145		-39	
Juros e similares	-5.084	-119.451	-1.880	-35.893
Fluxos gerados pelas atividades de financiamento		1.335		6.989
4. VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		3.319		5.873
5. EFEITO DAS DIFERENÇAS CAMBIAIS		-2		-4
6. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES INICIAIS		11.145		4.800
7. ALTERAÇÃO DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO		0		477
8. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES FINAIS		14.462		11.145

	31-12-2019	31-12-2018
Depósitos à ordem	14.453	11.137
Caixa	8	8
	14.462	11.145

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os valores encontram-se expressos em milhares de euros, exceto nos casos indicados

1. Informação Geral

O Grupo Vista Alegre Atlantis (“Grupo”) é constituído pela VAA – Vista Alegre Atlantis, S.G.P.S., S.A. (VAA - SGPS, S.A. ou “Empresa”) e empresas subsidiárias (“Grupo VAA”) (ver nota 36). A VAA - SGPS, S.A., foi constituída em 1980, sob a forma de sociedade por quotas, com a firma Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, Lda. A Empresa tinha por objeto o exercício da indústria de porcelanas e outros produtos cerâmicos. Esta atividade era já exercida desde 1824 por outra empresa do Grupo, a qual, naquela data e por razões de reestruturação, decidiu autonomizar determinadas áreas de negócio. A partir de finais de 1987, a Empresa passou a estar cotada nas Bolsas de Valores de Lisboa e Porto.

Atualmente denominada VAA - SGPS, S.A., tem como objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas, as quais consistem na produção, distribuição e venda de artigos de porcelana, faiança, louça de forno, cristal e vidro manual, através de uma rede própria de retalho, de retalhistas e distribuidores independentes. A VAA - SGPS, S.A., tem a sua sede no Lugar da Vista Alegre, 3830-292, Ílhavo. A Empresa tem as suas ações cotadas na Bolsa de Valores do mercado oficial da *Euronext Lisbon*.

Em janeiro de 2009, a Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. foi informada, nos termos e para os efeitos do artigo 175º do CVM, pela Caixa-Banco de Investimento, S.A. e pelo Banco Millennium BCP Investimento, S.A., em nome e representação da Cerutil-Cerâmicas Utilitárias, S.A., que esta havia decidido lançar uma Oferta Pública de Aquisição Geral das ações representativas do capital social da VAA – SGPS. S.A..

No final de todas as negociações e cedências de créditos, a Cerutil - Cerâmicas Utilitárias, S.A. (“Cerutil”, entidade então inserida no Grupo Visabeira), ficou com 92.042.696 ações, o que representava 63,46% do Capital Social da Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A..

Posteriormente, em julho de 2010, a Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. viu o seu capital social aumentado de 11.603.199,20 euros para 92.507.861,92 euros, compreendendo a emissão de 1.011.308.284 ações ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 0,08 euros cada, das quais:

- 125.000.000 ações foram subscritas através de oferta particular pelo Fundo de Capital de Risco AICEP Capital Global Grandes Projetos de Investimento;
- 562.500.000 ações foram subscritas pela Cerutil – Cerâmicas Utilitárias, S.A.;
- e as demais 323.808.284 ações foram subscritas através de oferta pública de subscrição reservada a acionistas, no exercício dos respetivos direitos de preferência. No final do processo, a Cerutil reforçou a sua posição passando a deter 76,47%.

O Conselho de Administração da VAA, SGPS, S.A., entende que, na situação do Grupo Vista Alegre Atlantis, a operação de aumento de capital foi um fator chave para o sucesso da reestruturação empresarial que se lhe seguiu. A entrada de fundos visou repor o equilíbrio financeiro do Grupo, dotando a sua estrutura com capacidade de solver os seus compromissos e permitindo o necessário investimento de expansão e substituição.

Em 16 de outubro de 2013, por contrato de compra e venda de ações celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., a GRUPO VISABEIRA, S.A. adquiriu, nessa data, ao referido Banco, um total de 51.761.957 ações representativas de 4,48% do capital social e dos direitos de voto da VAA – VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, S.A., passando, em consequência dessa aquisição, a GRUPO VISABEIRA, S.A. a ser diretamente titular desse número de ações representativas de 4,48% do capital social e dos direitos de voto da VAA, SGPS, S.A.. Em 2017 a percentagem de ações representativas passou para 3,64% (2016: 4,798%).

Em 22 de Dezembro de 2017, a Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA viu o seu capital social aumentado de 92.507.861,92 euros para 121.927.317,04 euros, compreendendo a emissão de 367.743.189 ações ordinárias, escriturais e ao portador, ficando representada por 1.524.091.463 ações com o valor nominal de 0,08 euros cada, das quais:

- 10.600.331 ações foram subscritas através de oferta pública de subscrição com subscrição reservada a acionistas da VAA, no exercício dos respetivos direitos de preferência (tendo sido suprimido o direito legal de preferência dos acionistas Visabeira Indústria SGPS, S.A., Grupo Visabeira, S.A., FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento, Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital e limitado o direito de preferência da acionista CERUTIL na subscrição das ações de tranche do aumento a realizar em dinheiro);
- 357.142.858 ações foram subscritas pela CERUTIL e realizadas na modalidade de entradas em espécie através da conversão de créditos da CERUTIL sobre a VAA, SGPS, S.A. no montante de 50.000.000,12 euros.

Nos termos e para efeitos do disposto no artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e no artigo 14º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, a VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. recebeu comunicação de que, nos termos de dois contratos de compra e venda de ações celebrados em 27 de dezembro de 2017, a VISABEIRA INDÚSTRIA SGPS, S.A. adquiriu à sociedade CERUTIL – Cerâmicas Utilitárias, S.A., 1.252.453.447 ações representativas do capital social da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., após tais transações, a VISABEIRA INDÚSTRIA SGPS, S.A. passou a ser diretamente titular de 82,27% do capital social e direitos de voto da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A..

Através de um contrato de compra e venda de ações celebrado a 28 de dezembro de 2017, a VISABEIRA INDÚSTRIA SGPS, S.A. adquiriu, fora de bolsa, à sociedade Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A., 125.000.000 ações representativas de 8,20% do capital social da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., após tais transações, passou a ser diretamente titular de

1.378.923.847 ações, representativas de 90,48% do capital social e direitos de voto da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A..

No seguimento do programa de reorganização da VAA, que incluiu a operação de aumento de capital efetuado em dezembro de 2017, a VAA deu seguimento a este processo com a aquisição da Cerutil e da Bordalo Pinheiro (através da Bordalgest, a qual é detida na sua totalidade pela Cerutil e tem, por sua vez, uma participação de 83,99% na Bordalo Pinheiro), bem como com a alienação da VA Grupo, Vista Alegre Participações, S.A. em 31 de agosto de 2018, tendo assim concluído em setembro de 2018 o referido programa de reorganização.

Estas operações tiveram como objetivo a concentração de todas as participações no setor da cerâmica na VAA, reforçar o posicionamento do Grupo no contexto do setor e das empresas concorrentes, conferindo à VAA maior dimensão, diversificação e proporcionar a exploração da marca centenária “Bordallo Pinheiro”.

A 9 de Outubro de 2018 concluiu-se o processo de reverse stock split que se baseou no reagrupamento das 1.524.091.460 ações representativas do capital social da sociedade, mediante a aplicação de um coeficiente de reagrupamento de 1:10, correspondendo a cada 10 (dez) ações 1 (uma) nova ação, com arredondamento por excesso para o número inteiro mais próximo.

A 22 de Outubro de 2019 concretizou-se um processo de emissão de obrigações garantidas no valor de 45.000.000 de euros, com uma taxa anual fixa de 4,5% e vencimento em outubro de 2024 e obrigações garantidas no valor de 5.000.000 de euros com uma taxa anual fixa de 3,5% e vencimento final em outubro de 2024, todas colocadas apenas junto de investidores institucionais (Nota 20).

Em 12 de Dezembro de 2019, foi realizado um aumento de capital social da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., por novas entradas em dinheiro, com supressão de direito de preferência dos acionistas, no montante de 12.192.731,20 euros, do qual resultou uma alteração do capital da Vista Alegre de 121.927.316,80 euros para 134.120.048,00 euros, por via da emissão de 15.240.914 novas ações, com o valor nominal de 0,80 euros cada, conforme oportunamente comunicado ao mercado. Esta operação de aumento de capital gerou igualmente um prémio de emissão no montante de 3.048.183 euros (Nota 18).

Não obstante a Visabeira Indústria, SGPS, S.A. manter a titularidade de 137.965.420 ações representativas do capital social e direitos de voto da Vista Alegre na sequência do referido acima, em resultado do aumento de Capital (com o objetivo, entre outros, de diversificação da base acionista da VAA) e de a Visabeira Indústria não ter subscrito quaisquer novas ações nesse âmbito, a sua participação qualificada na VAA foi reduzida para 82,29% do capital social e direitos de voto da VAA, tendo por referência o capital social de 134.120.048,00 euros representado por 167.650.060 ações pós Aumento de Capital.

O capital social da Visabeira Indústria SGPS, S.A. é detido na totalidade (100%) pela Grupo Visabeira, S.A. (com sede na Rua do Palácio do Gelo, n.º 1, Palácio do Gelo Shopping, Piso 3, Viseu, com o capital social de 115.125.630,00 de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de

Viseu sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 502.263.628), pelo que os direitos de voto da Visabeira Indústria SGPS, S.A. são também imputáveis à Grupo Visabeira, S.A., a qual, por sua vez, detém, também, diretamente 5,548,417 ações representativas de 3,31% do capital social e dos direitos de voto da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A..

Importa ainda referir que 99,45% do capital social e dos direitos de voto da GRUPO VISABEIRA, S.A. é detido diretamente pela sociedade NCFGEST, S.A., com sede em Repeses, Distrito e Concelho de Viseu, com o capital social de 138.015.658,80 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Viseu sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 508.959.756, pelo que os direitos de voto representativos do capital social da VAA referidos nos parágrafos anteriores são também imputáveis à NCFGEST, S.A..

Ainda na sequência das aquisições recentes, o Grupo VAA passa a possuir 9 unidades produtivas em Portugal, três situadas em Ílhavo, uma nas Caldas da Rainha, uma em Alcobaça e uma no Sátão (Viseu); e vende maioritariamente em países da zona Euro, em especial em Portugal, Espanha, Alemanha, França e Itália.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2020.

2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas são consistentes com as utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas e apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto quanto à adoção da nova norma cuja aplicação se tornou efetiva a 1 de janeiro de 2019, sendo que a aplicação da IFRS 16 teve um impacto inicial (em 1 de janeiro de 2019) de, aproximadamente, 9,5 milhões de euros no ativo e passivo consolidado do Grupo (nota 14).

O Grupo Vista Alegre adotou pela primeira vez em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16 utilizando o modelo retrospectivo modificado (não foi efetuada a reexpressão das contas de 2018), considerando, naquela data, o montante dos passivos de locação igual ao dos direitos de uso dos ativos. Desta forma, o efeito cumulativo inicial da adoção da IFRS 16 nos resultados transitados em 1 de janeiro de 2019 foi nulo.

O Grupo Vista Alegre não reconheceu como direitos de uso de ativos ou passivos de locação contratos de locação com duração inferior a 12 meses ou de baixo valor (inferiores a 5.000 euros). Nestas circunstâncias, o Grupo reconhece os dispêndios associados a estas locações como um custo do exercício durante o período de vigência dos respetivos contratos.

O Grupo Vista Alegre reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais

incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo obtido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é periodicamente sujeito a testes de imparidade sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da empresa participada que detém o contrato de locação. Na maioria das situações, o Grupo Vista Alegre utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de juro de referência a aplicar no cálculo acima referido.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificam: (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) uma alteração na estimativa do Grupo Vista Alegre do montante que deverá ser pago a título de garantia de valor residual, ou (iii) caso o Grupo Vista Alegre altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o valor do direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho ou uma perda na demonstração consolidada dos resultados.

Esta nova norma substitui a IAS 17, com um impacto significativo na contabilidade dos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação equivalente aos pagamentos futuros da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".

Os principais efeitos da adoção da IFRS 16 encontram-se descritas na nota 14.

2.1 Base de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, posteriormente alterado pelo Dec. Lei nº98/2015 de 2 de junho, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas

emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), bem como Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) e pelos respetivos órgãos antecessores, em vigor em 1 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidas de acordo com os princípios e políticas contabilísticas de cada jurisdição, ajustadas no processo de consolidação para as IFRS. Foi respeitado o princípio do custo histórico, exceto no caso das propriedades de investimento, terrenos e edifícios, os quais foram mensurados ao justo valor. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo VAA – VISTA ALEGRE ATLANTIS utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os valores dos ativos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 3.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa e das suas subsidiárias de operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. De notar que o impacto de recente pandemia provocado pelo vírus “COVID-19” se encontra adiado, considerado na nota de eventos subsequentes (Nota 35), nomeadamente em relação aos respetivos efeitos à data atual na situação financeira do Grupo. Na referida nota são igualmente referidas algumas medidas tomadas pelo Conselho de Administração para fazer face a este evento extraordinário. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras condensadas consolidadas (Nota 35).

No que se refere ao fundo de maneo é convicção do Conselho de Administração da VAA que este será suficiente para as suas necessidades atuais, ou seja, para um período de 12 meses contados da data de publicação deste relatório.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo evidencia um ativo corrente superior ao passivo corrente em, aproximadamente, 526 milhares de euros, sendo esta situação negativa em 31 de dezembro de 2018, no montante de aproximadamente 184 milhares de euros. Esta evolução funcional resultou em medidas que vieram melhorar a situação financeira do Grupo, nomeadamente:

- No início de 2019 teve lugar um reescalonamento da maturidade de alguns empréstimos bancários, substituindo o endividamento bancário corrente por endividamento bancário não corrente, em particular os afetos aos investimentos produtivos em curso;
- Encaixe de 50 milhões de euros em resultado da emissão de empréstimo obrigacionista em outubro de 2019 (Nota 20) que permitiu ao Grupo Vista Alegre liquidar a totalidade de

dívida acionista e alguns financiamentos de curto prazo, alongando assim a maturidade média da dívida;

- Encaixe líquido de, aproximadamente, 14,4 milhões de euros em resultado do processo de aumento de capital levado a cabo em dezembro de 2019.

As medidas acima referidas permitiram melhorar significativamente a situação, situação financeira do Grupo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 o Grupo Vista Alegre tem linhas de financiamento aprovadas e não utilizadas no montante de, aproximadamente, 29,4 milhões de euros.

2.2 Bases de consolidação

2.2.1 Empresas controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2019, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto do Grupo VAA e das suas subsidiárias, as quais são apresentadas na Nota 5.

Uma entidade é classificada como subsidiária quando é controlada pelo Grupo. O controlo é atingido apenas se o Grupo tiver, cumulativamente: (a) poder sobre a investida; (b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e (c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

Geralmente, presume-se que existe controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto. Nos casos em que o Grupo não detém a maioria dos direitos de voto da investida, todos os factos e circunstâncias relevantes são tidos em conta nas avaliações sobre a existência de poder e controlo, tais como a existência de: (a) acordos contratuais com outros detentores de direitos de voto; (b) direitos provenientes de outros acordos contratuais; e (c) os direitos de voto existentes e potenciais.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem à alteração dos elementos caracterizadores de controlo acima mencionados.

As empresas subsidiárias são incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas no exercício são incluídos na consolidação pelo método de consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina.

Os saldos, transações, dividendos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas exceto se a transação evidenciar uma perda por imparidade no bem transferido.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias de forma a garantir consistência com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

Uma alteração no interesse participativo numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transação entre acionistas. Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os ativos correspondentes (incluindo goodwill), passivos, interesses que não controlam e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados. O investimento mantido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.

Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico (incluindo entidades estruturadas ou SPV), ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

O resultado líquido e os demais elementos do outro rendimento integral e do capital próprio das entidades controladas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas (interesses que não controlam) são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral em rubricas específicas de interesses que não controlam. O rendimento integral das entidades controladas é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário destes últimos.

2.2.2 Concentrações de atividades empresariais e goodwill

As concentrações de atividades empresariais são registadas de acordo com o método da compra.

De acordo com o método da compra, a diferença entre: (i) o custo da concentração e (ii) a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como goodwill, se positiva ou como ganho, se for negativa.

O custo da concentração é apurado ao justo valor, consistindo na soma, na data da aquisição do controlo, do: (i) justo valor dos ativos transferidos pelo Grupo; (ii) justo valor das responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado da aquisição do controlo; e (iii) justo valor dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da aquisição de controlo. Os gastos relacionados com concentrações de atividades empresariais são registados em resultados quando incorridos.

Ao custo da concentração são retirados quaisquer encargos que respeitem a outras transações (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

O montante de pagamentos contingentes futuros, caso existam, são reconhecidos como passivos ou capital próprio, ao justo valor, no momento da aquisição. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como ativo ou passivo financeiro no âmbito da IFRS 9 e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos.

Na data de aquisição são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção das locações e contratos de seguro que

são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato.

Os ativos que resultem de indenizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados.

A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, o Grupo pode optar por mensurar os “interesses que não controlam” ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de goodwill a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do Goodwill.

Sempre que uma concentração não for concluída até à data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de 12 meses a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existissem à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

2.2.3 Empresas associadas e Empreendimentos conjuntos

Empresas associadas são as empresas sobre as quais o Grupo exerce uma influência significativa, entendido como o poder de participar na determinação das políticas operacionais e financeiras, sem que, contudo seja exercido controlo ou controlo conjunto sobre as mesmas. Geralmente presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

A classificação das participações financeiras em Empreendimentos conjuntos é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as atividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes. O Grupo não possui qualquer interesse em operações controladas conjuntamente, tal como definidas na IFRS 11.20.

Os investimentos financeiros em empresas associadas e em Empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo este ajustado posteriormente: (a) pelo valor correspondente à participação do Grupo no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das associadas - por contrapartida

de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício, conforme aplicável; (b) pelos dividendos recebidos – por contrapartida de uma conta a receber ou de disponibilidades; e (c) por eventuais ganhos ou perdas gerados em operações com outras empresas do Grupo.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando, nesses casos, uma responsabilidade para fazer face a essas obrigações.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da associada ou empreendimento conjunto é reconhecido como Goodwill, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada ou empreendimento conjunto adquirido, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas e empreendimentos conjuntos. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação evidenciar perdas por imparidade no bem transferido.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas e empreendimentos conjuntos de forma a garantir consistência com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

É efetuada uma análise de imparidade aos investimentos financeiros em empresas associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme. A quantia recuperável dos investimentos financeiros em empresas associadas é, para este fim, determinada de acordo com o disposto na IAS 36. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixarem de existir, as mesmas são objeto de reversão (com o registo do correspondente ganho na demonstração dos resultados). As perdas por imparidade são registadas como uma dedução à quantia escriturada dos investimentos.

2.2.4 Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

Os ativos e passivos expressos nas demonstrações financeiras de entidades estrangeiras (entidades que não utilizem o Euro como moeda funcional) são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração da posição financeira. Os rendimentos e os

gastos, bem como os fluxos de caixa, são convertidos para Euro utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica “Reserva de conversão cambial”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro 2004 (data de transição para as IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica “Outras reservas e Resultados transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessas entidades e convertidos para Euro de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou uma perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam no caso de não haver perda de controlo.

As taxas de câmbio (de fecho e média) utilizadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na conversão para Euro das demonstrações financeiras das principais subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e empresas associadas estrangeiras (entidades que não utilizam o Euro como moeda funcional) foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho		Câmbio médio	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Dólar Americano	0,8902 €	0,8734 €	0,8933 €	0,8481 €
Libra Inglesa	1,1714 €	1,1105 €	1,1413 €	1,1290 €
Metical Moçambicano	0,0145 €	0,0142 €	0,0143 €	0,0140 €
Peso Mexicano	0,0474 €	0,0445 €	0,0464 €	0,0442 €
Real Brasileiro	0,2217 €	0,2254 €	0,2260 €	0,2313 €
Rupia Indiana	0,0125 €	0,0126 €	0,0127 €	0,0124 €

2.3 Principais critérios valorimétricos

2.3.1 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade, sendo apenas reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo, se for possível mensurar razoavelmente o seu custo e se o Grupo possuir controlo sobre os mesmos.

Os ativos intangíveis do Grupo dizem essencialmente respeito a Trespasses, Projetos de desenvolvimento e outros, relacionados com novos produtos e processos, desenvolvidos internamente.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, pelo seu período de vida útil, durante um período de 3 anos (exceto no

caso dos trespasses que se encontram a ser depreciados em 6 anos, e nos direitos de ingresso das lojas em centros comerciais que são amortizados pelo período de duração dos respetivos contratos).

Custos com ativos intangíveis gerados internamente e marcas próprias são registados na conta de resultados na medida em que são incorridos.

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidos em resultados quando incorridos. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

2.3.2 Goodwill

O Goodwill não é amortizável sendo sujeito a testes de imparidade anualmente independentemente de haver ou não indicações de estar em imparidade.

Para efeitos da realização dos testes de imparidade, o Goodwill é alocado, à data da aquisição, a cada uma das unidades geradoras de caixa de que se espera beneficiem da combinação de negócios, independentemente dos restantes ativos e passivos também associados à unidade geradora de caixa. Quando a operação, ou parte dela, associada à unidade geradora de caixa é alienada, o Goodwill alocado é também desreconhecido e incluído no apuramento do ganho/perda da alienação, sendo calculado como base no seu valor relativo.

Qualquer perda de valor, imparidade, é registada no resultado do período e não pode ser revertida subsequentemente.

2.3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a terrenos e edifícios, os quais compreendem essencialmente fábricas, armazéns, lojas de retalho e escritórios, encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. São efetuadas revalorizações sempre que se verifiquem diferenças significativas para o justo valor dos respetivos ativos, com base em avaliações imobiliárias externas independentes.

De acordo com o modelo de revalorização, os aumentos na quantia escriturada de um ativo em resultado da reavaliação de terrenos e edifícios são creditados em rubrica específica no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo ativo são levadas à mesma rubrica em que foram registados os aumentos; as restantes diminuições são reconhecidas como gasto do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo levada a gastos do período e a depreciação baseada no custo original do ativo, é transferida da reserva de justo valor para resultados retidos.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes ao Espólio artístico do Grupo (“Espólio Vista Alegre”), encontram-se inicialmente registados ao justo valor apurado com base em avaliações de perito

externo datadas dos anos de 2014 e 2015 e, subsequentemente, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Importa salientar que, em virtude de se considerar que o valor residual das peças de coleção que compreendem o Espólio Vista Alegre é igual ou superior ao respetivo valor contabilístico, não são praticadas amortizações, sendo contudo realizadas avaliações periódicas de uma amostra de peças para aferir o respetivo valor de realização. O Espólio artístico do Grupo diz respeito ao acervo de peças de coleção, associadas, entre outras, à produção da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, bem como a doações, que têm vindo a ser reunidas e classificadas desde a fundação da Vista Alegre. Este espólio, único no país, reflete não só os quase dois séculos de vida do Grupo, mas principalmente a história da porcelana em Portugal e no Mundo. Para além das peças em exposição no Museu da Vista Alegre (cerca de 2.000), o Grupo possui um número considerável de objetos em reserva que incluem porcelana e vidro, mas também outras coleções associadas à história do Grupo que abrangem áreas temáticas como artes decorativas, tecnologia e técnica, história social e local ou história religiosa. A coleção foi formada, através de transferências diretas da unidade industrial, aquisições ou doações, compreendendo um período cronológico alargado, que vai do século XVII ao século XX.

Os restantes ativos fixos tangíveis são inicialmente mensurados ao custo de aquisição, e subsequentemente deduzidos de depreciações e perdas por imparidade, ou ao custo de aquisição adicionados das reavaliações legais anteriores à data de transição para IFRS, deduzidos de depreciações e perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para o Grupo e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Depreciações

Os terrenos não são depreciados, sendo as depreciações dos restantes bens calculadas sobre os valores de aquisição ou de reavaliação, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	31-12-2019	31-12-2018
Edifícios e Outras Construções	3-50	3-50
Equipamento Básico	3-14	3-14
Equipamento de Transporte	4-8	4-8
Ferramentas e Utensílios	3-7	3-7
Equipamento Administrativo	4-10	4-10

O processo de depreciação inicia-se no mês em que o bem está disponível para entrar em funcionamento.

Os valores residuais dos ativos, as vidas úteis e os métodos de amortização são revistos e ajustados anualmente. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado.

Relativamente ao Espólio artístico do Grupo, o seu valor residual é igual ou superior ao seu valor contabilístico, motivo pelo qual não se encontra a sofrer qualquer depreciação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na Demonstração consolidada dos resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em outras reservas é transferido para lucros retidos.

2.3.4 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas pelo seu justo valor, determinado por avaliação efetuada por entidade especializada independente.

As variações de justo valor das propriedades de investimento são relevadas na Demonstração consolidada dos resultados no ano em que são geradas, na linha de Aumento/(Redução) de justo valor.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando as mesmas forem alienadas ou quando forem retiradas de uso, não sendo expectável que benefícios económicos futuros resultem da sua retirada. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de propriedades de investimento são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados nesse ano.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos nos resultados consolidados do período a que respeitam. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

2.3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis (exceto goodwill)

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira consolidada e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperável. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou

como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação) é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Aumentos/(reduções) de justo valor”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Aumentos/(reduções) de justo valor”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

As situações de perda por imparidade estão identificadas na Nota 11.

2.3.6 Inventários

Os inventários, encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

b) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso foram valorizados ao custo, de acordo com o seu “custo standard” de produção.

A estrutura de cálculo do custeio está suportada pelo sistema informático - SAP tendo por base “listas técnicas” (sumário estruturado dos componentes que formam um produto) e “roteiros” (descrição das operações que devem ser executadas e em que ordem para produzir um produto) de cada produto, que contêm os dados mestre essenciais para o planeamento, controlo de produção e custo industrial do produto, acrescentando valor à medida que o produto passe pelas diversas etapas até à sua conclusão. O cálculo do custo standard tem por base a estrutura de custos necessária para a utilização normal da capacidade de produção instalada nas diversas unidades fabris, sendo excluídos os custos de inatividade e de reestruturação. Pontualmente são efetuadas revisões no caso de existirem alterações significativas na estrutura do produto.

O Grupo procede à análise periódica da imparidade dos seus inventários de forma a reduzir o seu valor ao seu valor realizável, com base, quer no seu preço estimado de venda, quer na sua rotação. Relativamente a este último fator, o Grupo estrutura principalmente os seus produtos entre

“Produtos de linha” e “Produtos fora de linha”, tendo definido critérios objetivos de imparidade consoante a rotação efetiva de cada artigo nos últimos 24 meses, critérios esses aprovados pelo Conselho de Administração.

2.3.7 Instrumentos financeiros

2.3.7.1 Factoring e letras descontadas

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras consolidadas, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras consolidadas os mesmos, registando no passivo na rubrica “Financiamentos obtidos” a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de “factoring sem recurso” (e para as quais seja inequívoco que são transferidos os riscos e benefícios inerentes a estas contas a receber) são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo até ao momento do seu recebimento.

2.3.7.2 Confirming

O Grupo mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pela referida subsidiária da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquela subsidiária da sua validade.

Para os contratos cujo prazo de vencimento não excede 90 dias, o Grupo considera que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantém a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica “Fornecedores” até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a subsidiária e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a uma prazo praticado pela indústria em que a subsidiária se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a subsidiária não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações a referida subsidiária recebe da instituição financeira comissão por angariação de crédito. No caso de os prazos das dívidas a fornecedores ultrapassar o período normal de pagamento e o montante em

dívida venceu juros a taxas de mercado, o correspondente passivo é contabilizado na rubrica “Outros credores” (Nota 21).

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira, independentemente desta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

2.3.7.3 Investimentos

Reconhecimento

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Grupo na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade); a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o Grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o Grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

O Grupo mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

A Vista Alegre avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimento históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Vista Alegre aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um

aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Vista Alegre desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.3.7.4 Dívidas de terceiros

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

2.3.7.5 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

2.3.7.6 Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal, exceto nas situações em que se considera material o efeito da atualização financeira.

2.3.7.7 Instrumentos de capital próprio e distinção entre passivos financeiros

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação. São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão. As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução ao capital próprio.

Os ganhos ou perdas ocorridas na alienação das ações próprias são registados em “Reservas e resultados transitados”, não sendo considerados nos resultados do período em que ocorrem.

2.3.7.8 Derivados e contabilidade de cobertura

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método de reconhecimento dos

ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- i) existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, e o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- ii) as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- iii) o rácio de cobertura designado pela Vista Alegre, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos derivados utilizados pela Vista Alegre definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

A Vista Alegre utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, as coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais.

Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Vista Alegre pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração consolidada dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente “forwards” cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais o Grupo não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, sendo posteriormente reavaliados ao

seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Vista Alegre pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não tinha contratado quaisquer instrumentos derivados.

2.3.7.9 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

2.3.8 Capital próprio

- ***Capital social:***

O capital social é representado por ações nominativas, que são classificadas no Capital próprio.

- ***Reserva legal:***

De acordo com a legislação comercial portuguesa, pelo menos 5% do resultado, apurado nas contas individuais da Empresa, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no Capital social.

2.3.9 Benefícios a empregados

2.3.9.1 Provisões para pensões de reforma – plano de benefícios definidos

Algumas empresas do Grupo possuem esquemas de pensões atribuídos a antigos funcionários, na forma de planos de benefícios definidos, sendo que estes planos de pensões definem o montante de

benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. O Grupo tem em vigor vários planos de benefícios de reforma, uns a cargo do Grupo e outros a cargo da entidade Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Grupo Montepio).

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira consolidada relativamente aos planos de benefícios definidos é o valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data das demonstrações financeiras consolidadas. As obrigações dos planos de benefícios definidos são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada (“Projected Unit Credit Method”). O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em outros rendimentos integrais.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

2.3.9.2 Cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se pode demonstrar estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários atuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor atual.

2.3.9.3 Férias, subsídio de férias e prémios

O Código do Trabalho aprovado pela lei 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis 105/2009, de 14 de Setembro e 53/2011, de 14 de Outubro, estabeleceu no nº 3 do artigo 238º, as condições em que o direito a férias, a vencer no início de cada ano, deveria ser majorado até 25 dias. A Lei n.º 23/2012, de 25 de junho revogou esta norma, passando o direito a férias a ter a duração máxima de 22 dias. O Tribunal Constitucional veio a declarar, mais tarde, a inconstitucionalidade de algumas

normas desta lei, designadamente a majoração do direito a férias, quando esta majoração já tivesse sido acolhida em sede de contratação coletiva.

A contratação coletiva aplicável á indústria cerâmica, negociada entre a APICER e os sindicatos, havia acolhido as regras da majoração e aplica-se direta ou indiretamente, a cerca de 2/3 dos trabalhadores da VAA, S.A. A Administração da VAA, S.A. decidiu, por razões de equidade, alargar o direito á majoração das férias vencidas no dia 01/01/2013 a todos os trabalhadores. Entende-se que os critérios subjacentes aos cálculos das provisões para férias e subsídio de férias, registados nas contas de 2013, e vencidas em 01/01/2014 devem seguir o mesmo princípio.

2.3.9.4 Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT)

Em Portugal, com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, entraram em vigor no dia 1 de outubro os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT). Neste contexto, as empresas que contratem um novo trabalhador são obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial da indemnização em caso de despedimento.

Tendo em conta as características de cada Fundo foi considerado o seguinte:

- As entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como gasto do período a que respeitam.
- As entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados.

2.3.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (valor esperado do exfluxo a incorrer), tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos. A taxa de desconto utilizada na atualização financeira acima referida corresponde à taxa média do financiamento da respetiva empresa à data de relato.

Reestruturação: as provisões para reestruturação só são reconhecidas pelo Grupo quando exista um plano formal e detalhado de reestruturação e o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Contratos onerosos: as obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. É considerado que existe um contrato oneroso quando o Grupo está perante uma situação em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam que sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

As provisões são revistas e atualizadas na data de balanço, de modo a refletir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

2.3.11 A mensuração ao justo valor

O Grupo mensura parte dos seus ativos financeiros, como ativos financeiros disponíveis para venda e para negociação, e parte dos seus ativos não financeiros, como propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis (terrenos e edifícios), ao justo valor à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas.

A mensuração do justo valor presume que o ativo ou passivo é trocado numa transação ordenada entre participantes do mercado para vender o ativo ou transferir o passivo, na data de mensuração, sob as condições atuais de mercado.

A mensuração do justo valor é baseada no pressuposto de que a transação de vender o ativo ou transferir o passivo pode ocorrer:

- No mercado principal do ativo e do passivo, ou
- Na ausência de um mercado principal, presume-se que a transação aconteça no mercado mais vantajoso. Este é o que maximiza o valor que seria recebido na venda do ativo ou minimiza o valor que seria pago para transferir o passivo, depois de considerar os custos de transação e os custos de transporte.

Devido ao facto de diferentes entidades e os diferentes negócios dentro de uma única entidade poderem ter acesso a diferentes mercados, o mercado principal ou o mais vantajoso para o mesmo ativo ou passivo pode variar de uma entidade para outra, ou até mesmo entre negócios dentro de uma mesma entidade, mas pressupõe-se que estão acessíveis ao Grupo.

A mensuração do justo valor utiliza premissas que participantes do mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou passivo, assumindo que os participantes de mercado utilizariam o ativo de modo a maximizar o seu valor e utilização.

O Grupo utiliza as técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização de dados relevantes observáveis e minimizando a utilização de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos mensurados ao justo valor ou para os quais a sua divulgação é obrigatória são classificados segundo uma hierarquia de justo valor, que classifica em três níveis os dados a utilizar na mensuração pelo justo valor, detalhados abaixo:

Nível 1 – Preços de mercado cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode aceder na data de mensuração;

Nível 2 – Técnicas de valorização que utilizam inputs que não sendo cotados, são direta ou indiretamente observáveis;

Nível 3 – Técnicas de valorização que utilizam inputs não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, baseados em dados não-observáveis.

A mensuração do justo valor é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia do justo valor no nível mais baixo do input que é mais significativo para a mensuração como um todo.

2.3.12 Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas.

Na determinação do valor do rédito, a Vista Alegre avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração consolidada dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

Resultados financeiros líquidos

Os resultados financeiros líquidos representam essencialmente juros de empréstimos obtidos deduzidos de juros de aplicações financeiras e ganhos e perdas cambiais. Os custos e proveitos

financeiros são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica (ou seja, um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda, como por exemplo, inventários que exijam um período substancial de tempo para os pôr numa condição vendável, instalações industriais, instalações de geração de energia e propriedades de investimento) são capitalizados como parte do custo desse ativo, se recuperáveis. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existem custos com empréstimos capitalizados.

Dividendos

Estes proveitos são reconhecidos no momento em que o direito de recebimento do acionista é estabelecido.

Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (por exemplo: mão de obra, materiais, transportes) incorridos na produção de ativos fixos tangíveis são objeto de capitalização, apenas quando preenchidas as seguintes condições: (i) os ativos são identificáveis e mensuráveis de forma fiável; e (ii) existe forte probabilidade de que venham a gerar benefícios económicos futuros. Não são reconhecidas quaisquer margens geradas internamente.

2.3.13 Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas nas rubricas da demonstração da posição financeira consolidada “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, respetivamente.

2.3.14 Locações

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2019 (em resultado da entrada em vigor, a partir de 1 de janeiro de 2019, da IFRS 16)

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de uma retribuição. Para ser aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente: (i) o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e (ii) o direito de direcionar o uso do ativo identificável.

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é periodicamente sujeito a testes de imparidade sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva Empresa participada. Na maioria das situações, o Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de juro a aplicar no cálculo acima referido.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem: (i) os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos; (ii) os pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice; (iii) os montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual; (iv) o preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e (v) o pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificam: (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) uma alteração na estimativa do Grupo do montante que deverá ser pago a título de garantia de valor residual, ou (iii) caso o Grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

O Grupo aplica a exceção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a exceção de reconhecimento de contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor (5.000 euros). Os pagamentos efetuados referentes a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

O Grupo adotou pela primeira vez em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16 – Locações, utilizando o modelo retrospectivo modificado, considerando, naquela data, o montante dos passivos de locação igual ao dos direitos de uso dos ativos. Desta forma, o efeito cumulativo inicial da adoção daquela norma nos resultados transitados em 1 de janeiro de 2019 foi nulo. Os impactos resultantes da adoção da IFRS

16 - Locações na sua data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2019) encontram-se detalhados na Nota 14.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2018

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado em ativos fixos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros, são incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.3.3 são registados como custos financeiros e amortização do exercício respetivamente, na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

2.3.15 Subsídios do Governo ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios e participações recebidas a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”, sendo reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como proveito na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que o Grupo já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para a sua concessão.

2.3.16 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo e considera a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade do balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e dos passivos e a respetiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre as diferenças de consolidação e as diferenças de reconhecimento inicial de um ativo e um passivo quando a mesma não afeta nem o resultado contabilístico nem o fiscal. A base tributável dos ativos e passivos é determinada por forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como o Grupo espera, à data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos, tendo por base decisões do ponto de vista fiscal substancialmente implementadas na data do balanço.

Desde 2014, e com exceção da subsidiária Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, S.A. que continua a ser tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas na respetiva esfera individual, as restantes empresas subsidiárias do Grupo Vista Alegre com sede em Portugal fazem parte do perímetro fiscal do Grupo Visabeira, no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”).

O montante do imposto a incluir quer no imposto corrente quer no imposto diferido, que resulte das transações ou eventos reconhecidos nas reservas, é registado diretamente nessas mesmas rubricas, não afetando o resultado do exercício.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data da demonstração consolidada da posição financeira e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

2.3.17 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.18 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidos na criação e no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está envolvido em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos

segmentos que operam em outros ambientes económicos. O Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de Gestão produzida internamente.

3. Estimativas contabilísticas importantes e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incluem:

- Análise da imparidade e realização do goodwill e dos ativos fixos tangíveis;
- Registo de imparidades em inventários, contas a receber e provisões;
- Realização de ativos por impostos diferidos;
- Cálculo das responsabilidades associadas a planos de benefícios definidos;
- Justo valor de ativos fixos tangíveis (terrenos e edifícios e outras construções) e propriedades de investimento;
- Determinação do prazo das locações em contratos que contenham opções de rescisão e renovação;
- Determinação da taxa de juro incremental, em locações.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

4. Alterações de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2019 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira consolidada relativa ao exercício anterior, apresentada nos comparativos.

Relativamente a novas normas e interpretações, ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações:

1- Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 16 – Locações	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implica alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a

possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.

IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento

1-jan-19

Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)

1-jan-19

Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.

Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação	1-jan-19	Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo.
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.

A natureza e o efeito das alterações decorrentes da adoção inicial da IFRS 16 encontram-se descritos na nota 14.

Não foram produzidos outros efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Vista Alegre no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrentes da adoção das demais normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

2- Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após
-----------------------	---

Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-20	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IAS 1 e IAS 8 – Definição de material	1-jan-20	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2019, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas.

3- Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Aplicável na
União Europeia

Norma / Interpretação	nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	1-jan-20	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-20	Corresponde a emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de <i>benchmark</i> (conhecido como “IBOR reform”), no sentido de diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa anexas.

5. Empresas do Grupo incluídas na consolidação

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as empresas subsidiárias do Grupo Vista Alegre que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo relatório de consolidação integral, suas respectivas sedes e percentagem de participação detidas, podem ser resumidas como segue:

Empresas	Sede	Percentagem de Participação	
		2019	2018
Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	Ílhavo	Mãe	Mãe
Bordalgest, SA	Lisboa	100,00%	100,00%
Cerexport - Cerâmica de exportação, SA	Ílhavo	100,00%	100,00%
Cerutil - Cerâmicas Utilitárias, SA	Sátão	100,00%	100,00%
Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, SA	Caldas da Rainha	86,14%	86,14%
Faianças da Capôa - Indústria Cerâmica, SA	Ílhavo	100,00%	100,00%
Mexicova, SA	Cidade do México	100,00%	100,00%
Ria Stone Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA	Ílhavo	100,00%	100,00%
Shree Sharda Vista Alegre Private Limited	Delhi	50,00%	50,00%
VA - Vista Alegre España, SA	Madrid	100,00%	100,00%
VAA Brasil – Comércio, Importação e Exportação, SA	S. Paulo	89,93%	89,93%
VAA I.L. – Sociedade Imobiliária, SA	Ílhavo	100,00%	100,00%
Vista Alegre Atlantis Moçambique, Lda	Maputo	99,00%	99,00%
Vista Alegre Atlantis UK LTD	Londres	100,00%	100,00%
Vista Alegre Atlantis, SA	Ílhavo	100,00%	100,00%
Vista Alegre France, SAS	Paris	100,00%	100,00%
Vista Alegre USA Corporation	Nova York	100,00%	100,00%

No exercício que terminou a 31 de dezembro de 2019 não existiram alterações ao perímetro de consolidação.

6. Informação por segmentos

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos geográficos e de negócio do Grupo e construída com base nas diferentes tipologias de materiais que são produzidos em unidades industriais com localizações distintas. Os resultados, ativos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são diretamente atribuíveis assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos. Adicionalmente, os ativos comuns (“ativos corporate”) são alocados a cada segmento operacional em função do peso do mesmo na atividade global do Grupo Vista Alegre.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo está organizado em cinco segmentos de negócio principais: (1) Porcelana e Complementares, (2) Louça de Grés Forno, (3) Louça de Grés Mesa, (4) Cristal e Vidro Manual e (5) Faiança, e é de acordo com esta segmentação que os sistemas de relato financeiro e operacional internos estão desenhados. Relativamente ao segmento “Imobiliário”, e em resultado da alienação em 2018 da subsidiária VA Grupo, o segmento deixou de ter relevância ao nível da atividade do Grupo Vista Alegre, sendo apenas mantido para efeitos de comparabilidade da informação financeira.

6.1-Volume de negócios

6.1.1- Informação por segmento de negócio

A repartição do volume de negócios por segmento de negócio em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	Porcelana e Complementares	Faiança	Grés Forno	Grés Mesa	Cristal e Vidro manual	Imobiliário	Total
Dezembro de 2019							
Vendas brutas por segmento	48,966	8,884	22,454	26,223	13,570	0	120,097
% Vendas	41%	7%	19%	22%	11%	0%	100%
Dezembro de 2018							
Vendas brutas por segmento	48,245	2,976	16,571	18,470	12,759	0	99,022
% Vendas	49%	3%	17%	19%	13%	0%	100%

Os resultados por segmento de negócio são os seguintes:

31 de dezembro de 2019								
	Porcelana e Complementares	Faiança	Grés Forno	Grés Mesa	Cristal e Vidro manual	Imobiliário	Outros não imputados	Total
Lucro operacional	7.216	490	854	5.271	-166	621	0	14.287
Gastos financeiros líquidos	-4.473	-309	-169	-243	-324	0	0	-5.519
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	2.743	181	686	5.028	-490	621	0	8.769
Imposto sobre o rendimento							-1.315	-1.315
Resultado líquido do exercício	2.743	181	686	5.028	-490	621	-1.315	7.454
Interesses que não controlam							228	228
Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas	2.743	181	686	5.028	-490	621	-1.543	7.226

31 de dezembro de 2018								
	Porcelana e Complementares	Faiança	Grés Forno	Grés Mesa	Cristal e Vidro manual	Imobiliário	Outros não imputados	Total
Lucro operacional	5.948	929	426	4.741	-483	-232	0	11.328
Gastos financeiros líquidos	-1.517	-69	-293	-48	-607	0	0	-2.535
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	4.431	859	133	4.693	-1.090	-232	0	8.794
Imposto sobre o rendimento							-1.568	-1.568
Resultado líquido do exercício	4.431	859	133	4.693	-1.090	-232	-1.568	7.225
Interesses que não controlam							-51	-51
Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas	4.431	859	133	4.693	-1.090	-232	-1.518	7.276

Outros elementos por segmento de negócio (gastos não caixa) são os seguintes:

31 de dezembro de 2019							
	Porcelana e Complementares	Faiança	Grés Forno	Grés Mesa	Cristal e Vidro manual	Imobiliário	Total
Amortizações e Depreciações	5.559		780	946	2.804	918	11.007
Imparidade(perdas/reversões)	-290		-13	-20	0	633	309
Provisões (aumentos/reduções)	-12		-1	-4	0	-8	-25
Total	5.257		765	922	2.804	1.542	11.291

31 de dezembro de 2018							
	Porcelana e Complementares	Faiança	Grés Forno	Grés Mesa	Cristal e Vidro manual	Imobiliário	Total
Amortizações e Depreciações	2.668		113	825	1.933	803	6.460
Imparidade(perdas/reversões)	-1		-2	-8	0	-13	3
Provisões (aumentos/reduções)	13		1	2	0	4	20
Total	2.681		112	819	1.933	794	6.483

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são:

31 de dezembro de 2019

	Porcelana e Complementares	Faiança	Grés Forno	Grés Mesa	Cristal/vidro manual	Imobiliário	Outros não imputados	Total
Ativos fixos tangíveis	48.095	13.734	19.989	41.215	19.658	0	0	142.691
Propried. de investimento	0	0	0	0	0	970	0	970
Ativos intangíveis e Goodwill	2.907	44	2.737	0	406	0	0	6.095
Investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	682	682
Impostos diferidos	0	728	71	525	0	0	4.563	5.887
Direitos de uso (IFRS 16)	0	0	0	0	0	0	7.546	7.546
Ativo não corrente	51.002	14.506	22.797	41.740	20.065	970	12.791	163.871
Ativos correntes	38.176	3.285	8.645	5.946	10.798	0	13.261	80.111
Total dos Ativos	89.178	17.791	31.442	47.686	30.863	970	26.052	243.981
Passivos operacionais	11.345	2.826	13.731	12.158	3.727	0	2.130	45.917
Outros passivos	70.316	11.951	16.771	9.823	14.822	156	1.433	125.272
Total passivos	81.661	14.776	30.502	21.982	18.550	156	3.562	171.189

31 de dezembro de 2018

	Porcelana e Complementares	Faiança	Grés Forno	Grés Mesa	Cristal/vidro manual	Imobiliário	Outros não imputados	Total
Ativos fixos tangíveis	41,833	12,399	18,163	39,874	14,063		966	127,299
Propried. de investimento						1,439		1,439
Ativos intangíveis e Goodwill	2,975	57	2,711		598			6,341
Investimentos financeiros							182	182
Impostos diferidos		181	273	315			4,766	5,535
Ativo não corrente	44,809	12,637	21,148	40,189	14,660	1,439	5,914	140,796
Ativos correntes	31,324	2,383	11,655	5,902	12,634		8,163	72,061
Total dos Ativos	76,132	15,020	32,803	46,091	27,295	1,439	14,078	212,857
Passivos operacionais	15,917	74	11,644	7,612	5,390			40,637
Outros passivos	51,257	9,821	14,483	29,265	15,183	324	1,598	121,930
Total passivos	67,175	9,895	26,127	36,877	20,573	324	1,598	162,568

Os ativos dos segmentos incluem, principalmente, ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, inventários, contas a receber e disponibilidades.

Os passivos dos segmentos correspondem a passivos operacionais e excluem provisões e impostos diferidos que não sejam facilmente alocados aos negócios. Os impostos diferidos passivos relativos às reavaliações das fábricas e dos imóveis, foram alocados por negócio, assim como os empréstimos.

6.2- Informação por zona geográfica

Os cinco segmentos da componente de negócio de base industrial (não imobiliária) do Grupo operam em três grandes áreas geográficas, apesar de serem geridos à escala mundial. A repartição do volume de negócios por segmento geográfico em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como se segue:

Janeiro a dezembro de 2019

Zona Geográfica	Porcelana e complementares	Faiança	Grés Forno	Grés Mesa	Cristal e Vidro manual	Total Geral
Portugal	21,358	5,052	1,063	706	4,812	32,991
França	1,211	271	5,530	5,894	6,001	18,907
Países Baixos	8,315	185	2,105	2,421	110	13,137
Itália	2,890	157	3,455	5,661	35	12,198
Espanha	4,567	667	346	4,504	685	10,769
Alemanha	451	70	3,460	2,866	28	6,875
EUA	2,078	174	944	0	129	3,325
Reino Unido	467	265	205	1,623	600	3,160
Brasil	2,081	235	408	0	122	2,845
Suécia	1	521	9	1,635	7	2,173
Restantes Países Europeus	1,568	549	2,762	727	267	5,873
Restantes Países (OP)	3,979	736	2,168	186	774	7,842
Total Geral	48,966	8,884	22,454	26,223	13,570	120,097

Janeiro a dezembro de 2018

Zona Geográfica	Porcelana e complementares	Faiança	Grés Forno	Grés Mesa	Cristal e Vidro manual	Total Geral
Portugal	22,454	1,826	2,154	620	5,442	32,495
Espanha	4,666	168	457	3,962	803	10,055
França	893	63	765	4,576	4,472	10,769
Países Baixos	6,621	33	1,323	847	104	8,929
Alemanha	114	13	4,802	2,713	33	7,674
Itália	2,052	75	622	4,676	18	7,443
Bélgica	1,919	19	2,148	0	5	4,091
Brasil	1,942	101	952	0	114	3,109
EUA	1,760	181	740	0	419	3,099
Reino Unido	426	75	116	626	451	1,694
Restantes Países Europeus	2,143	267	800	119	272	3,601
Restantes Países (OP)	3,255	156	1,693	332	627	6,062
Total Geral	48,245	2,976	16,571	18,470	12,759	99,022

Total dos ativos por zona geográfica

	31-12-2019	31-12-2018
Portugal	229.942	199.411
Resto Europa	8.543	7.095
Outros Países	5.497	6.351
	243.981	212.857

Total dos passivos por zona geográfica:

	31-12-2019	31-12-2018
Portugal	153.093	145.724
Resto Europa	9.857	8.673
Outros Países	8.239	8.170
	171.189	162.568

Total dos investimentos por zona geográfica:

	31-12-2019	31-12-2018
Portugal	22.682	29.885
Resto Europa	518	117
Outros Países	29	52
	23.229	30.054

7. Classes de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram classificados como se segue:

	Notas	Valor na Demonstração consolidada da posição financeira	
		31-12-2019	31-12-2018
Ativos financeiros			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Investimentos financeiros	13	682	182
Empréstimos e contas a receber			
Contas a receber e outras	17	21.727	21.734
Estado e outros entes públicos	23	2.152	2.573
Caixa e equivalentes de caixa		14.462	11.145
Total		39.022	35.634
Passivos financeiros			
Empréstimos obtidos			
Empréstimos de bancos remunerados a taxa de juro variável	20	61.166	34.589
Empréstimos de accionistas remunerados a taxa de juro variável	20	0	26.917
Empréstimos não remunerados (subsídios)	20	16.685	13.166
Outros empréstimos	20	0	2.421
Empréstimos operacionais	20	20.490	17.623
Passivo de locação	2 e 14	7.532	0
Contas a pagar			
Fornecedores	20	23.965	20.877
Estado e outros entes públicos	23	1.902	2.764
Outros credores	20	5.063	8.855
Fornecedores de investimentos	20	3.697	7.231
Adiantamentos de clientes	20	231	221
Total		140.731	134.662

Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados ao custo por se tratar de investimentos em sociedades não cotadas, e cujo justo valor não pode ser mensurado fiavelmente. O Conselho de Administração entende que o montante pelo qual aqueles ativos se encontram refletidos é inferior ao respetivo valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a posição de liquidez do Grupo detalha-se como segue:

	Valor no Balanço	
	Empréstimos obtidos	Empréstimos de partes relacionadas
Saldo em 1 de janeiro 2018	46.007	370
Fluxo de caixa:		
Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos	29.211	13.671
Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos	-13.624	-20.349
Pagamentos respeitantes a juros e similares	-1.880	0
Pagamentos respeitantes a amortização de contratos de locação financeira	-39	0
Recebimentos provenientes de subsídios	5.423	0
Conversão de créditos provenientes da dispersão de capital	0	33.225
Cessão de créditos respeitantes a empréstimos de partes relacionadas	2.701	0
Saldo em 31 de dezembro 2018	67.798	26.917
Fluxo de caixa:		
Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos	63.088	43.290
Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos	-51.923	-62.300
Pagamentos respeitantes a juros e similares	-5.084	0
Pagamentos respeitantes a amortização de contratos de locação financeira	-145	0
Recebimentos provenientes de subsídios	8.663	0
Conversão de créditos provenientes da dispersão de capital	0	-7.907
Cessão de créditos respeitantes a empréstimos de partes relacionadas	15.943	0
Saldo em 31 de dezembro 2019	98.341	0

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido no valor líquido dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equip transp e Equip. Básico	Eq. Administ	Outras imobiliz.Ferra. Utens.	Imob.curso	Espólio Cultural	Total
Exercício de 2019							
Valor líquido inicial	60,667	28,338	176	1,803	30,470	5,845	127,299
Adições	3,899	11,928	34	24	7,122	0	23,008
Alienações e abates valor líquido	0	-13	-1	0	0	0	-14
Imparidades (Nota 11)	0	-632	0	0	0	0	-632
Reavaliações	1,189	0	0	0	0	0	1,189
Transferências	6,312	21,286	2	1	-27,691	0	-89
Depreciação do exercício	-2,646	-4,752	-150	-521	0	0	-8,069
Valor líquido final dezembro de 2019	69,421	56,155	62	1,308	9,901	5,845	142,691

	Terrenos e edifícios	Equip transp e Equip. Básico	Eq. Administ	Outras imobiliz.Ferra. Utens.	Imob.curso	Espólio Cultural	Total
Exercício de 2018							
Valor líquido inicial	54,254	23,609	207	2,452	3,349	5,845	89,715
Adições	1,269	5,628	26	81	22,408	0	29,412
Alienações e abates valor líquido	0	-19	-16	-8	0	0	-44
Alteração de perímetro	7,181	879	41	-210	6,378	0	14,268
Imparidades (Nota 11)	-9	0	0	0	0	0	-9
Transferências	417	1,239	0	8	-1,664	0	0
Depreciação do exercício	-2,445	-2,998	-82	-519	0	0	-6,044
Valor líquido final dezembro de 2018	60,667	28,338	176	1,803	30,470	5,845	127,299

Os valores dos aumentos de ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2019 estão maioritariamente relacionados com a conclusão das obras de ampliação da fábrica da Ria Stone, da fábrica da Bordalo Pinheiro e da aquisição e instalação de novos fornos na VAA, SA (13,4 milhões de euros) nos segmentos do cristal e porcelana.

As adições de imobilizado que ficaram classificadas “em curso”, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão essencialmente relacionadas com os projetos de investimento em fase de desenvolvimento e implementação, essencialmente nas instalações produtivas acima referidas. Estima-se que a conclusão destes investimentos se alcance essencialmente durante o exercício de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor dos aumentos de ativos fixos tangíveis inclui, aproximadamente, 2,2 milhões de euros relativos à capitalização de gastos (“Trabalhos para a própria empresa”) (2,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018), associados a projetos de desenvolvimento internos, nomeadamente os projetos de ampliação e modernização das capacidades produtivas da Ria Stone, Cerutil e Bordalo Pinheiro; e na VAA, SA os projetos nos segmentos do Cristal e Vidro (CristalLux) e da porcelana (Next 4). As referidas despesas respeitam maioritariamente a encargos com pessoal interno do Grupo que estiveram afetos ao desenvolvimento daqueles projetos.

Em setembro de 2019 foi constituída uma imparidade de ativos fixos tangíveis no valor de 632 mil euros relativamente ao processo de desmantelamento do antigo forno de cristal e vidro, uma vez na mesma data se concluiu a instalação de um novo forno em substituição, o qual em parte aproveitou componentes da anterior estrutura.

O “Espólio Cultural” corresponde às peças de coleção da Vista Alegre, as quais compõem uma coleção que tem vindo a ser formada através de transferências diretas da unidade industrial, aquisições ou doações, compreendendo um período cronológico alargado, que vai do século XVII ao século XX. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, visando uma análise do valor de realização das peças do Espólio Cultural Vista Alegre, foi efetuada uma avaliação por uma entidade externa especializada (Cabral Moncada Leilões) a um conjunto significativo de peças, da qual resultou o registo de uma imparidade no montante de 214 mil euros. O critério utilizado pelo avaliador corresponde ao valor que o proprietário terá de despende para adquirir no mercado de Arte um bem igual ou equivalente.

-Métodos para avaliação dos ativos fixos tangíveis reavaliados

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a terrenos e edifícios, os quais compreendem essencialmente fábricas, armazéns, lojas de retalho e escritórios, encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

De acordo com o modelo de revalorização, os aumentos na quantia escriturada de um ativo em resultado da reavaliação de terrenos e edifícios são creditados em rubrica específica no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo ativo são levadas à mesma rubrica em que foram registados os aumentos; as restantes diminuições são reconhecidas como gasto do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo levada a gastos do período e a depreciação baseada no custo original do ativo, é transferida da reserva de justo valor para resultados retidos.

Para os ativos fixos tangíveis correspondentes a terrenos e edifícios detidos pelo Grupo, o seu justo valor foi apurado tendo em consideração os seguintes inputs relevantes:

- Valor de comercialização m²;
- Valor de renda m²;
- Taxa de capitalização / desconto.

As avaliações dos terrenos e edifícios incluídos em Ativos fixos tangíveis foram efetuadas, essencialmente, por peritos avaliadores independentes de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica de cada imóvel:

Método de mercado O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo, obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde o mesmo se encontra localizado.

Método do rendimento Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos foram executadas por entidade independente e especializada, a qual se encontra credenciada junto da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM) – J Curvelo, S.A..

Caso venha a ocorrer um aumento das rendas por m2 ou uma diminuição da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer uma diminuição das rendas por m2 ou um aumento da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá diminuído.

Embora as avaliações acima referidas tenham sido realizadas com base em dados e transações de mercado (divulgadas, essencialmente, por agências imobiliárias), a reduzida liquidez das mesmas e as características e especificidades de cada imóvel não permitem qualificar o mercado como ativo. Assim sendo, o apuramento do justo valor dos ativos fixos tangíveis do Grupo enquadra-se no Nível 3 da IFRS - 13.

Os preços dos mercados por m2 dos ativos mais relevantes que tiveram na base da valorização ocorrida nos exercícios de 2019 e 2018 são os seguintes:

Imóveis	Localização	31-12-2019			31-12-2018		
		Preço de mercado por m2	Justo valor (em m€)	Yield	Preço de mercado por m2	Justo valor (em m€)	Yield
Ativos Fixos Tangíveis							
Fábrica (VAA, SA)	Ílhavo	170.50	20,610	8.00%	168.43	20,360	8.00%
Fábrica Atlantis	Cós Alcobaça	31.89	4,694	9.50%	31.59	4,650	9.50%
Fábrica Câpoa	Aradas - Aveiro	113.02	3,579	8.00%	114.44	3,624	8.00%
Fábrica Cerexport	Tabueira - Esgueira	140.38	4,770	8.00%	138.91	4,720	8.00%
Loja de Braga	Praceta Stª Bárbara - Braga	1,950.00	133	-	1,950.00	133	-
Loja de Massarelos/Edif Galiza	R. Piedade - Massarelos	2,100.00	319	-	2,100.00	319	-
Fábrica Ria Stone	Ílhavo	723.76	12,130	-	507.17	8,500	-
Fábrica Quinta Nova	Ílhavo	185.01	5,392	8.75%	195.00	5,683	8.75%
Total			51,627			47,989	

9. Goodwill

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe do Goodwill é como segue:

GOODWILL	Porcelana	Grés Forno	Total
Valor bruto (31 de dezembro 2018 = 31 de dezembro 2019)	2,018	4,303	6,321
Imparidades acumuladas (31 de dezembro 2018 = 31 de dezembro 2019)	0	-1,610	-1,610
Valor líquido	2,018	2,693	4,711

Testes de imparidade

De acordo com as Notas 2.3.1 e 2.3.2, o Grupo procede anualmente a testes de imparidade ao Goodwill, bem como em relação aos ativos afetos a cada um dos segmentos operacionais para os quais identifica existirem indicadores de imparidade. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso.

Para efeitos de aferição da existência de indícios de imparidade foram considerados pelo Grupo os seguintes tópicos:

- Obsolescência física/técnica de ativos;
- Valor do ativo/EBITDA baixos ou negativos;
- Alterações nas taxas de juro médias de financiamento e na taxa de juro sem risco;
- Geração de cash-flows negativos.

As análises de imparidade do Goodwill e dos Ativos não correntes afetos a cada um dos segmentos do negócio (Nota 6) são efetuadas utilizando o método “Discounted Cash Flows”, tendo como base as projeções financeiras de cash flows a cinco anos de cada unidade geradora de caixa e considerando uma perpetuidade a partir do quinto ano.

As projeções financeiras são preparadas com base em pressupostos de evolução da atividade das unidades geradoras de caixa, que o Conselho de Administração entende serem coerentes com o histórico e com a tendência de mercado, sendo razoáveis, prudentes e que reflitam a sua visão. Adicionalmente, sempre que possível, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com dados históricos e a experiência do Grupo.

As taxas de desconto utilizadas refletem o nível de endividamento e custo do capital alheio do Grupo Vista Alegre (atendendo a que o mesmo é comum aos vários segmentos), bem como o nível de risco e rentabilidade esperada pelo mercado. Acresce referir que, na determinação das taxas de desconto, a componente relativa à taxa de juro de um ativo sem risco tem por referência a taxa de juro das obrigações alemãs, acrescido de um prémio de risco para Portugal. As taxas de desconto utilizadas incluem ainda um prémio de risco de mercado.

A taxa de crescimento da perpetuidade é estimada com base na análise do potencial de mercado de cada unidade geradora de caixa, com base em expectativas do Conselho de Administração.

A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efetuada tendo por base dados históricos, bem como a expectativa do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos podem ser afetados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

Em resultado das análises de imparidade efetuadas, com base nas metodologias e pressupostos referidos, o Conselho de Administração considera que não existem perdas por imparidade a reconhecer.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os métodos e os pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade relativamente ao Goodwill e aos ativos não correntes do Grupo (e para as respetivas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) a que pertencem), que evidenciavam indícios de imparidade, foram como segue:

Em 2019:

Pressupostos testes de imparidade	Porcelana	Grés Forno	Cristal e Vidro manual
Método utilizado	método dos cash flow s atualizados		
Base utilizada	Projeção de resultados para os próximos 5 anos		
Anos de projecção	5 anos		
Crescimento vendas em N+1 (2020)	5%	5%	5%
CAGR vendas 2020-2024	4.3%	4.3%	4.3%
Taxa crescimento na perpetuidade	1.90%		
WACC utilizada na perpetuidade	6.02%		

Em 2018:

Pressupostos testes de imparidade	Porcelana	Grés Forno	Cristal e Vidro manual
Método utilizado	método dos cash flow s atualizados		
Base utilizada	Projeção de resultados para os próximos 5 anos		
Crescimento vendas em N+1 (2019)	5%	5%	20%
CAGR vendas 2019-2023	4.4%	4.4%	4.4%
Taxa crescimento na perpetuidade	2.10%		
WACC utilizada na perpetuidade	6.93%		

Para cada uma das áreas de negócio, tendo por base as expectativas de resultados futuros num horizonte de cinco anos foi utilizado o método do desconto dos respetivos cash flows (resultados antes de depreciações, provisões, ajustamentos, resultados financeiros, e imposto sobre o rendimento) para testar se o valor recuperável de cada uma das áreas de negócio é superior ao valor contabilístico dos seus ativos. Foi utilizada uma taxa de desconto de 6,02% (2018: 6,93%).

A taxa de crescimento anual composta para o período de cinco anos acima referido global é de 4%.

A taxa de crescimento considerada para o volume de negócios do segmento “Cristal e vidro manual” para o ano de 2020, considera o efeito da angariação, em 2017, de um contrato plurianual com um cliente para a produção de garrafas para conhaque. Este contrato sofreu um atraso em termos de efetivação, pelo que se estima que a correspondente “fase cruzeiro” seja atingida durante o exercício de 2020.

No exercício de 2019 não foi possível atingir as metas definidas devido a diversos fatores que não estavam previstos, de entre os quais, e o mais significativo, prendeu-se com a morosidade decorrida nas negociações e construção/arranque do novo forno de cristal – equipamento único no mundo, para o qual apenas um fornecedor possuía qualificações para o desenvolver. Tal atraso refletiu-se

inclusive num atraso na conclusão do projeto de investimento do Programa de Incentivos “PT2020”. Paralelamente, a instalação desse forno condicionou parte da produção dessa unidade fabril, reduzindo deste modo a capacidade de incremento de produção prevista. Aportando maiores níveis de qualidade de produto, bem como critérios mais rigorosos de avaliação de produto, só após a sua instalação e conclusão de todos os testes necessários, seria possível iniciar o projeto de produção das garrafas de conhaque, ou não seria o cliente final extremamente exigente quanto aos critérios de rigor de produto. Neste sentido, só para 2020 é que se espera a concretização do contrato em questão, e respetivo incremento de vendas e respetiva melhoria de rentabilidade.

A taxa de crescimento após 2024 foi fixada em 1,9% (2,1% em 2018).

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais relativamente às unidades geradoras de caixa “Porcelana” e “Grés Forno”. Um aumento da taxa de desconto de 1 p.p. ou um desvio negativo de vendas de 10% nestas unidades, não se traduz em imparidades.

Relativamente à unidade “Cristal e Vidro manual”, as condições económicas de incerteza associadas a este segmento, introduzem um grau adicional de variabilidade aos pressupostos e poderá impactar significativamente as estimativas consideradas. Os testes de imparidade efetuados resultaram numa valorização daqueles ativos que se encontra, praticamente, ao mesmo nível do seu valor líquido contabilístico.

10. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido no valor bruto dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Trespasse	Projetos de desenvolv.	Programas computad.	Outros ativos intangíveis	Total
Exercício de 2019					
Valor líquido inicial	166	1,138	26	301	1,631
Aumentos	0	0	9	51	60
Transferências	0	0	1	88	89
Amortização do exercício	0	-161	-18	-217	-396
Valor líquido final dezembro 2019	166	977	19	222	1,384

	Trespasse	Projetos de desenvolv.	Programas computad.	Outros ativos intangíveis	Total
Exercício de 2018					
Valor líquido inicial	166	619	29	589	1,403
Aumentos	0	633	10	0	642
Alteração de perímetro	0	0	0	1	1
Amortização do exercício	0	-114	-13	-289	-416
Valor líquido final dezembro 2018	166	1,138	26	301	1,631

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor dos aumentos de ativos fixos intangíveis inclui, aproximadamente, 193 mil euros relativos à capitalização de gastos (“Trabalhos para a própria empresa”) (534 mil euros em 31 de dezembro de 2017), associados ao projeto Next 4. As referidas despesas respeitam maioritariamente a encargos com pessoal interno do Grupo que estiveram afetos ao desenvolvimento dos projetos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foi efetuada qualquer capitalização de gastos (“Trabalhos para a própria empresa”) associados a ativos intangíveis.

A rubrica “Trespasse” diz respeito a um montante de trespasse liquidado em anos anteriores e referente a uma loja (Loja do Chiado), não sendo objeto de amortização.

11. Imparidades

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nas imparidades de ativos foi como segue:

	Propriedades de investimento	Activos Fixos Tangíveis (Nota 8)	Inventários (Nota 16)	Cientes e contas a receber (Nota 17)	Total
01 de Janeiro de 2018	62	284	9,475	2,537	12,358
Reforço	0	0	514	16	530
Reversões	0	-9	-111	-4	-124
Subtotal	0	-9	403	12	406
Reforço da imparidade ao abrigo da norma IFRS 9	0	0	0	534	534
Alteração de perímetro	0	0	891	402	1,293
Saldo em 31 de dezembro 2018	62	275	10,769	3,486	14,591
Reforço	0	632	633	0	1,265
Reversões	0	0	-292	-323	-615
Saldo em 31 de dezembro 2019	62	907	11,110	3,163	15,241

No exercício findo em 2019 foi constituída uma imparidade associada aos ativos fixos tangíveis no valor de 632 mil euros relativamente ao forno do cristal da fábrica de Alcobaça. Em virtude de o valor recuperável ser inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avaliou a situação de perda que assume um carácter permanente e definitivo, registando a respetiva perda por imparidade. Durante o ano de 2019 foi adquirido um novo forno para a atividade do segmento do cristal.

Adicionalmente, os reforços, líquidos de reversão de imparidades para inventários apresentados no quadro acima com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram registado por contrapartida da rubrica da demonstração consolidada dos resultados “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas”.

12. Propriedades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe por imóvel das Propriedades de investimento do Grupo é como segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Edifícios Vista Alegre	970	1.439
Total propriedades de investimentos	970	1.439

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na rubrica de Propriedades de investimento foi como segue:

Propriedades investimento em 01 de janeiro de 2018	19.013
Alteração de perímetro (venda da VA Grupo)	-17.578
Varição de justo valor	4
Propriedades investimento em 01 de janeiro de 2019	1.439
Alienação da Fábrica da Angolana:	
- Valor bruto	-544
- Provisões (reversão)	75
Propriedades investimento em 31 de dezembro 2019	970

Durante o exercício de 2019, o Grupo Vista Alegre procedeu à venda da propriedade de investimento “Fábrica Angolana” no valor de 900 mil euros à Edivisa (empresa do Grupo Visabeira) gerando uma mais valia de 431 mil euros, registada na rúbrica “Outros Proveitos e Rendimentos Operacionais”.

Edifícios Vista Alegre

Tratam-se de imóveis (terrenos e edifícios) não utilizados no decurso ordinário dos negócios do Grupo Vista Alegre, estando, no seu estado atual ou após processo de valorização, destinados a venda.

A determinação do justo valor das propriedades de investimento foi suportada por evidências do mercado.

Para todos os imóveis do Grupo, são feitas avaliações por avaliadores externos independentes com qualificação profissional. Na determinação do justo valor das propriedades de investimento foi utilizado o método comparativo de mercado.

A determinação do justo valor das propriedades de investimento foi suportada por evidências do mercado, pois, segundo o avaliador a lógica em que se fundamenta o espírito do avaliador, quando concebe a estrutura do seu relatório, alinha-se por isenção e independência, condicionando apenas o seu raciocínio, aos aspetos intimamente ligados ao objeto em análise; basicamente aqueles que se prendem com os aspetos de natureza técnica, nomeadamente, às características específicas dos bens em apreciação, á sua inserção na malha existente e aos elementos que influenciam a sua tendência no mercado imobiliário, representado pela procura e pela oferta, propondo valores venais equilibrados e ajustados, que possibilitam análises o mais aproximadamente possível da realidade”.

Relativamente às propriedades de investimento arrendadas, existem contratos de arrendamento de duração limitada, normalmente de 5 anos, renováveis automaticamente por períodos de um ano se não denunciados. Em 31 de dezembro de 2019, para além dos contratos acima indicados, não existem outras obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento ou para a sua reparação e conservação.

O detalhe do justo valor dos imóveis que compreendem os Edifícios Vista Alegre, bem como alguns indicadores de mercado que estiveram na base da sua valorização são as seguintes:

Imóveis	Localização	31-12-2019		31-12-2018	
		Preço de Mercado/m ²	Justo valor (em m€)	Preço de Mercado/m ²	Justo valor (em m€)
Propriedades de Investimento					
Pinhais	Alcobaça	26,17 €	970	26,17 €	970
"Fábrica" Angolana	Marinha Grande	-	-	22,61 €	469
Total			970		1.439

As quantias reconhecidas nos resultados para dezembro de 2019 e 2018, referentes a rendimentos de propriedades de investimento (ver Nota 28), foram as seguintes, em milhares de euros:

	31-12-2019	31-12-2018
Rendas dos imóveis	3	2

13. Investimentos financeiros

A rubrica de Investimentos financeiros é constituída por investimentos residuais em empresas relativamente às quais o Grupo não detém controlo ou influência significativa, tendo sido classificados como investimentos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda foram mensurados ao custo por se tratar de investimentos em sociedades não cotadas, e cujo justo valor não pode ser mensurado fiavelmente.

O detalhe em 31 de dezembro de 2019 e 2018 desta rubrica é como segue:

Investimentos financeiros	31-12-2019	31-12-2018
Capital Criativo - SCR, S.A.	500	0
Imerys Ceramics Portugal, SA	58	56
VAA-Empreendimentos Turísticos, SA	45	45
Fundação Visabeira - Instit..Solid. Social	36	36
Lusitânia Gás SA	20	21
Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro	6	6
Duofil Lda	0	1
Outras participações	17	17
	682	182

Durante o exercício de 2019 foi adquirida uma participação, por parte da Bordalo Pinheiro, na empresa Capital Criativo – SCR, S.A., uma sociedade de capital de risco. A aquisição desta participação por parte daquela subsidiária permite a obtenção de benefícios fiscais em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

14. Direitos de uso e Locações operacionais (IFRS 16)

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante dos direitos de uso, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Edifícios e outras construções
Ativo bruto	
Saldo inicial	-
Primeira aplicação da IFRS 16	9.480
Novos contratos do exercício	608
Saldo final	10.088
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas	
Saldo inicial	-
Amortizações do exercício	2.542
Saldo final	2.542
Valor líquido do ativo	7.546

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 no montante dos passivos de locação, foi o seguinte:

	Edifícios e outras construções
Passivo	
Saldo inicial	-
Primeira aplicação da IFRS 16	9.480
Novos contratos do exercício	608
Pagamentos de rendas antecipadas	-329
Pagamentos efetuados no exercício	-2.595
Custo financeiro do exercício	369
Saldo final	7.532

À data de balanço os passivos de locações não correntes venciam-se como segue:

Valor em dívida	31-12-2019
Até 12 meses	1.787
De 12 a 24 meses	1.427
De 24 a 36 meses	1.343
≥ 36 meses	2.976
Total	7.532

15. Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é registado como uma conta a pagar à entidade Grupo Visabeira, S.A., em conformidade com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades no caso das empresas participadas direta ou indiretamente em, pelo menos, 75% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) incluídas no Grupo Visabeira.

Para as empresas não abrangidas por aquele regime (essencialmente as subsidiárias estrangeiras do Grupo Vista Alegre e a Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, S.A.), o imposto corrente do exercício é registado por contrapartida da rubrica do passivo “Estado e Outros Entes Públicos” (Nota 23).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe e o movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, é como se segue:

Diferenças Temporárias	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido	Impacto P&L Dr/(Cr)	Impacto Cap.Prop Dr/(Cr)	Transf. p/out. deved.
Saldo em 31 de dezembro de 2018							
Reavaliação de ativos fixos tangíveis/Justo valor prop. Investimento	40.924	0	9.208				
Benefícios de reforma - Responsab. a cargo do Grupo	1.077	274	32				
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	12.368	2.783	0				
Prejuízos fiscais reportáveis - Espanha	4.108	1.027	0				
Prejuízos fiscais reportáveis - Moçambique	22	7	0				
Créditos fiscais	0	1.195	0				
Anulação das transações intra-grupo	1.102	248	0				
		5.535	9.240				
Movimento do período líquido							
Reavaliação de ativos fixos tangíveis/Justo valor prop. Investimento	160		36	-36	-278	314	
Imparidade de ativos fixos tangíveis depreciáveis	632	161		161	-161		
Benefícios de reforma - Responsab. a cargo do Grupo	-107	-14	10	-24	14	10	
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	-170	-38		-38	38		
Prejuízos fiscais reportáveis - Espanha	-705	-176		-176	176		
Prejuízos fiscais reportáveis - Moçambique	-7	0	2	-2	2		
Créditos fiscais	0	420		420	-625		205
		352	48	304	-833	324	205
Saldo em 31 de dezembro de 2019							
Reavaliação de ativos fixos tangíveis/Justo valor prop. Investimento	41.084	0	9.244				
Imparidade de ativos fixos tangíveis depreciáveis	632	161					
Benefícios de reforma - Responsab. a cargo do Grupo	970	260	42				
Ajustamentos e outras provisões não aceites fiscalmente	12.198	2.745	0				
Prejuízos fiscais reportáveis - Espanha	3.403	851	0				
Prejuízos fiscais reportáveis - Moçambique	15	7	3				
Créditos fiscais	0	1.615	0				
Anulação das transações intra-grupo	1.102	248	0				
		5.887	9.289	0			

Impacto na DR - Imposto sobre o rendimento

	31-12-2019	31-12-2018
Imposto corrente	-2.148	-2.298
Imposto diferido	833	730
	-1.315	-1.568

Em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as declarações fiscais das subsidiárias que registaram ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, aqueles eram reportáveis como se segue:

Espanha		Moçambique	
Ano	Prejuízos fiscais	Ano	Prejuízos fiscais
2012	825	2016	11
2013	958	2017	2
2014	572	2019	2
2015	1.048		
Total	3.403	Total	15

Em 31 de dezembro de 2019, foram sujeitos a avaliação os ativos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais e de outras diferenças temporárias dedutíveis. Consequentemente, os mesmos só foram registados na medida em que fosse provável, de acordo com a informação a seguir referida, que ocorressem lucros tributáveis no futuro e que os mesmos pudessem ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou compensar diferenças temporárias tributáveis. Aquela avaliação baseou-se nos planos de negócio das diversas empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, em algumas operações de reorganização interna já identificadas e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis.

De igual modo, para efeitos de aferição da recuperação dos ativos por impostos diferidos gerados no consolidado fiscal do Grupo Visabeira, SA, foram utilizados os planos de negócio das empresas que o compõem.

A VAA, SGPS, S.A. é abrangida, desde janeiro de 2014, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), (encabeçado pelo Grupo Visabeira, S.A.) pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime, de acordo com as regras do mesmo.

O RETGS engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em, pelo menos, 75% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) incluídas no Grupo Visabeira.

Para as empresas não abrangidas por aquele regime (essencialmente as subsidiárias estrangeiras do Grupo Vista Alegre e a Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, S.A.), o imposto corrente é calculado com base no respetivo resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada participada.

A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios passaram a poder cobrar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a VAA, SGPS, S.A. e as suas empresas participadas sedeadas em Portugal foram tributadas em sede de IRC à taxa de 21%, acrescida de uma derrama

municipal à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo assim uma taxa agregada de imposto máxima de cerca de 22,5%.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os lucros tributáveis das empresas portuguesas que excederam os 1.500.000 euros foram sujeitos a uma derrama estadual, apurada nos termos do artigo 87ºA do Código do IRC às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros; e
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros.

Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável passou a estar condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Por último, nos termos do artigo 88.º do Código do IRC, as empresas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo atrás mencionado.

No quadro abaixo apresentamos a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento no exercício de 2019 e 2018:

Impacto na DR - Imposto sobre o rendimento

	31-12-2019	31-12-2018
Resultados antes de impostos	8.769	8.794
Taxa nominal de imposto sobre os lucros	21%	21%
Taxa de imposto - 21%	-1.841	-1.847
Diferenças permanentes	-301	0
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anterior	17	0
Benefícios fiscais utilizados	192	4
Provisões não dedutíveis	26	0
Diferenças temporárias contabilísticas/fiscais no reconhecimento de ativos	-1	0
Mais valias fiscais tributadas	1	0
Correcções fiscais	1	0
Tributação Autónoma	-76	-80
Derrama	-165	-375
Total imposto corrente	-2.148	-2.298
Imposto diferido	833	730
Imposto do exercício	-1.315	-1.568
Taxa de imposto efectiva	-15%	-18%

16. Inventários

O detalhe dos inventários, com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como se segue:

	31-12-2019			31-12-2018			Ajustamentos	
	Ativo Bruto	Imparidades	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Imparidades	Ativo Líquido	Movimento 2019	Movimento 2018
Mercadorias	1.604	-758	846	1.108	-983	125	225	-31
Matérias-Primas	6.081	-1.644	4.438	5.458	-1.711	3.747	67	-160
Produtos em curso de fabrico	5.449	0	5.449	2.628	0	2.628	0	0
Produtos acabados e interm.	39.746	-8.708	31.038	38.185	-8.075	30.110	-633	-1.103
	52.880	-11.110	41.770	47.379	-10.769	36.610	-341	-1.294

Os critérios utilizados pelo Grupo quanto à valorização de inventários estão descritos na nota 2.3.6.

O detalhe do cálculo do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas reconhecido na demonstração dos resultados consolidada, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	Mercadorias	Mat.Primas Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 01 de janeiro de 2018	543	4.227	4.771
Compras	8.803	23.821	32.624
Regularização inventários	5	291	296
Alteração de perímetro	0	130	130
Existências em 31 de dezembro de 2018	-1.108	-5.458	-6.566
CMVMC 2018	8.243	23.011	31.254
Existências em 01 de janeiro de 2019	1.108	5.458	6.566
Compras	12.562	28.706	41.268
Regularização inventários	-75	0	-75
Existências em 31 de dezembro de 2019	-1.604	-6.081	-7.685
CMVMC 2019	11.991	28.083	40.073

O detalhe do cálculo da Variação da produção reconhecido na demonstração dos resultados consolidada, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	Produtos Acabados e Intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo em 01 de janeiro 2018	-37.454	-782	-38.236
Regularização inventários	62	0	62
Alteração de perímetro	-1.087	-1.513	-2.600
Saldo em 30 de setembro de 2018	38.185	2.628	40.813
Variação da produção de dezembro 2018	-294	333	39
Saldo em 01 de janeiro 2019	-38.185	-2.628	-40.813
Regularização inventários	-63	0	-63
Saldo em 31 de dezembro de 2019	39.746	5.449	45.195
Variação da produção de dezembro 2019	1.498	2.821	4.319

Os valores de reforço e reversão de imparidades, estão reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, nas rubricas de “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas” e ou de “Variação da produção”, consoante se trate de mercadorias/matérias-primas ou produtos.

17. Contas a receber e outras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Clientes	17,374	15,504
Outros devedores	4,354	6,230
	21,727	21,734
	31-12-2019	31-12-2018
Contas a receber de clientes e outros devedores	24,890	25,220
Menos: imparidades de contas a receber (Nota 11)	-3,163	-3,486
Contas a receber de clientes e outros devedores-líquido	21,727	21,734
Outros devedores	31-12-2019	31-12-2018
Adiantamentos de fornecedores	64	165
Gastos a reconhecer (custos diferidos)	1,977	2,093
Fundo pensões (Nota 22)	187	143
Acionistas- empresas Grupo Visabeira (Nota 34)	0	2,421
Outros devedores	349	345
Outros devedores - empresas Grupo Visabeira (Nota 34)	1,776	1,064
	4,354	6,230

O valor de “Gastos a reconhecer” corresponde a faturas recebidas em 2019, mas que respeitam a gastos incorridos apenas no exercício de 2020, bem como ao material de manutenção das áreas fabris, o qual é reconhecido como um custo em função do seu consumo/utilização.

A maturidade dos montantes a receber da rubrica “Contas a receber de clientes” tem o seguinte detalhe:

Clientes	Meses de antiguidade após a data de vencimento				Total		TOTAL
	0 - 6	6 - 12	12 -18	> 18	Vencidas	Não Vencidas	
2018	2.897	59	120	335	3.412	12.092	15.504
2019	3.167	137	404	436	4.144	13.230	17.374

O valor bruto a receber de clientes encontra-se deduzido do montante de 2.530 mil euros de factoring desreconhecido a 31 de dezembro de 2019, em virtude de o Conselho de Administração entender que o referido contrato de factoring “sem recurso” cumpre com as condições para o correspondente desreconhecimento.

18. Capital social, ações próprias, prémios de emissão e prestações suplementares

O número total autorizado de ações ordinárias é de 167.650.060 ações escriturais com valor nominal de 0,80 euros por ação. Todas as ações emitidas encontram-se realizadas.

	Nº de ações (milhares)	ordinárias VN	ordinárias Prémio	próprias VN	próprias Prémio	Total
Em 31 de dezembro de 2008/2009	145.040	29.008	0	-1	-1	29.006
Em 30 de junho de 2010	145.040	11.603	0	-1	-1	11.601
Em 31 de dezembro de 2016	1.156.348	92.508	0	-1	-1	92.506
Em 31 de dezembro de 2017	1.524.091	121.927	22.065	-1	-1	143.990
Em 31 de dezembro de 2018	152.409	121.927	22.065	-1	-1	143.990
Em 31 de dezembro de 2019	167.650	134.120	25.113	-1	-1	159.231

Em 12 de dezembro de 2019, a Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA efetuou a realização de um aumento de capital social por novas entradas em dinheiro, com supressão de direito de preferência dos acionistas, no montante de 12.192.731,20 euros, do qual resultou uma alteração do capital da Vista Alegre de 121.927.316,80 euros para 134.120.048,00 euros, por via da emissão de 15.240.914 novas ações, com o valor nominal de 0,80 euros cada, conforme oportunamente comunicado ao mercado, no contexto do qual teve lugar a seguinte transação relevante para efeitos do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e do Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014:

- Para efeitos da liquidação física das novas ações a emitir pela Sociedade na sequência da subscrição integral em 5 de dezembro de 2019 do Aumento de Capital, a Visabeira Indústria SGPS, S.A., entregou ao agente liquidador, no dia 9 de dezembro de 2019, 15.240.914 ações representativas do capital social e direitos de voto da Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA na sua titularidade, com vista à sua transmissão aos investidores que subscreveram ações da Vista Alegre no âmbito do Aumento de Capital;

- Verificada a liquidação física da referida oferta de subscrição, a Visabeira Indústria, SGPS, S.A. ficou sub-rogada no direito de receber as 15.240.914 novas ações representativas do capital social e direitos de voto da VAA por esta emitidas na sequência do Aumento de Capital objeto de registo comercial em 11 de dezembro de 2019, a serem entregues pela Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA à Visabeira Indústria, SGPS, SA uma vez emitidas e admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon e em resultado do que esta voltará a ser titular de 137.965.420 ações representativas do capital social e direitos de voto da Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA.

- Não obstante a Visabeira Indústria, SGPS, SA manter a titularidade de 137.965.420 ações representativas do capital social e direitos de voto da Vista Alegre na sequência do referido acima, em resultado do Aumento de Capital (com o objetivo, entre outros, de diversificação da base acionista da Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA) e de a Visabeira Indústria, SGPS, SA não ter subscrito quaisquer novas ações nesse âmbito, a sua participação qualificada na VAA é reduzida para 82,29% do capital social e direitos de voto da VAA, tendo por referência o capital social de 134.120.048,00 euros representado por 167.650.060 ações pós Aumento de Capital.

Adicionalmente, o referido aumento de capital resultou em entradas em dinheiro no montante total de 15.240.914 euros, tendo assim determinado o prémio de emissão de 3.048.183 euros, valor que permitiu atingir um montante acumulado de 24.280.229 euros de prémios de emissão. Foram igualmente suportados custos com todo o processo de aumento de capital com assessoria legal e financeira, entre outras, no montante de aproximadamente, 833.000 euros, os quais foram deduzidos ao montante de aumento de capital.

São assim imputáveis à sociedade Grupo Visabeira, S.A. 85,60% do capital social e dos direitos de voto da Vista Alegre, correspondentes a 143.513.837 ações representativas do capital social da Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, após o Aumento de Capital e a transferência de ações referida anteriormente.

Esta participação qualificada na Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA é ainda imputável à sociedade NCFGEST, S.A. (85,13%) e a Fernando Campos Nunes (uma vez que este detém a totalidade do capital social e direitos de voto da NCFGEST, S.A.).

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa mantinha em carteira 110 ações próprias, valorizadas ao preço de 0,80 euros cada. O prémio pago foi de 1,687 euros por ação. O montante total pago para aquisição das ações, foi de 1.854 euros e foi deduzido ao capital próprio.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, existiam prestações suplementares efetuadas pelo acionista Visabeira Indústria, SGPS, S.A. no montante de 38.181.653,20 euros. Estas prestações suplementares não poderão ser reembolsadas ao acionista se, após essa operação, os capitais próprios individuais da Empresa ficarem inferiores à soma do capital social e da reserva legal.

19. Reservas e resultados transitados

O movimento ocorrido nas rubricas de reservas e resultados transitados foi o seguinte:

	Resultados Transitados	Reavaliação de terrenos e edifícios	Outras Reservas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	-159.881	37.055	18.720	-104.105
Resultado ano anterior	4.258	0	0	4.258
Alterações de perímetro (Nota 5)	-39.234	0	0	-39.234
Quantias que irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados				
Outro rendimento integral do exercício	-859	0	0	-859
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-195.715	37.056	18.720	-139.938
Resultado ano anterior	7.276	0	0	7.276
Quantias que irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados				
Outro rendimento integral do exercício	667	0	0	667
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-187.772	37.056	18.720	-131.994

20. Financiamentos obtidos

As dívidas de financiamentos obtidos e empréstimos de acionistas tinham o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31-12-2019	31-12-2018
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	54.407	18.588
Empréstimos não remunerados / subsídios	13.815	9.956
Loações financeiras	147	293
Empréstimos de acionistas	0	26.917
	<u>68.370</u>	<u>55.754</u>
Passivo corrente		
Empréstimos operacionais	20.490	17.623
Loações financeiras	144	142
Empréstimos não remunerados / subsídios	2.869	3.210
Empréstimos bancários	6.467	17.986
	<u>29.971</u>	<u>38.961</u>
	98.341	94.715

O montante de “Empréstimos de acionistas” em 31 de dezembro de 2018 resultou de uma sequência de movimentos de cessão de créditos entre várias empresas do Grupo Vista Alegre

ocorridas em 2018, nomeadamente devido ao processo de aquisição da Cerutil e suas subsidiárias no valor de 48,5 milhões de euros e à venda da VA Grupo no valor de 21,7 milhões de euros, concentrando assim toda a dívida acionista na empresa mãe (Visabeira Indústria, SGPS, SA). Este empréstimo foi liquidado no exercício que terminou em 31 de dezembro de 2019.

Abaixo estão descritas as principais garantias e condições dos contratos com os bancos e outras entidades financeiras. Adicionalmente, o calendário de vencimento dos empréstimos bancários e financiamentos de outras entidades pode ser resumido como segue:

Entidade	Tipologia	Valor em dívida	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	≥ 36 meses
Várias	Papel comercial	0	0	0	0	0
Várias	Contas Correntes Cauionadas	493	493	0	0	0
Várias	Mútuos / Empréstimos / Obrigacionista	60.381	5.974	1.250	1.250	51.907
	Empréstimos bancários	60.875	6.467	1.250	1.250	51.907
Várias	Financiamentos de Confirming	3.358	3.358	0	0	0
Várias	Financiamentos "Express Bill"	991	991	0	0	0
Várias	Desconto de remessas à exportação	14.051	14.051	0	0	0
Várias	Factoring	2.090	2.090	0	0	0
	Empréstimos operacionais	20.490	20.490	0	0	0
FRME *	Outros empréstimos	538	538	0	0	0
FIEAE **	Outros empréstimos	1.200	1.200	0	0	0
AICEP ***	Subsídios reembolsáveis	14.946	1.131	886	1.210	11.719
	Empréstimos não remunerados / subsídios	16.685	2.869	886	1.210	11.719
	Locações financeiras	292	144	144	3	0
Total Geral	Total Geral	98.341	29.971	2.280	2.463	63.626

*FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do tecido Empresarial, SGPS, S.A.

**FIEAE – Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas

***AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

Dos principais financiamentos do Grupo há a destacar:

Novo Banco, SA: Financiamento no valor total de 10 milhões de euros, reembolsado em 33 prestações mensais, de capital e juros, sucessivas e iguais, com vencimento em outubro de 2020, com consignação de recebimentos do cliente Moët Hennessy. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2019 ascendia a 3 milhões de euros.

Novo Banco, SA: Financiamento no valor máximo de 6,5 milhões de euros, reembolsado em 20 prestações trimestrais, de capital e juros, sucessivas e iguais, com vencimento em setembro de 2024, com penhor do equipamento e redução na proporção do recebimento do incentivo reembolsável. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2019 ascendia a 3,3 milhões de euros.

Caixa Económica Montepio Geral: Empréstimo no valor de 2,5 milhões de euros contratados em outubro de 2016 e com reembolso em prestações mensais constantes de capital e juro e vencimento em 28-10-2021. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2019 ascendia a 1,1 milhões de euros.

Banco do Brasil: Empréstimo no valor de 2 milhões de euros, destinado ao reforço de tesouraria, reembolso semestral de 500 mil euros com vencimento em 27/04/2020 e com vinculação de recebimentos de créditos de clientes. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2019 ascendia a 500 mil euros.

Banco do Brasil: Empréstimo no valor de 1,25 milhões de euros, destinado ao reforço de tesouraria, reembolso em 2 prestações anuais de 625 mil euros e com vinculação de recebimentos de créditos de clientes. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2019 ascendia a 1,25 milhões de euros.

Empréstimo obrigacionista no valor de 50 milhões de euros emitido em duas tranches: i) uma tranche emitida no MARF (Mercado Alternativo de Renta Fija” (Madrid, Espanha) no valor de 45 milhões de euros, tomada por vários investidores institucionais, com início em 21/10/2019 por 5 anos e com bullet total em outubro de 2024 e ii) uma segunda tranche no valor de 5 milhões de euros com início em 21/10/2019 e vencimento em 21/10/2024 com liquidações anuais constantes (25%) de capital a partir de 31 de janeiro de 2020, subscrita pelo Banco BPI.

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE: Financiamento no valor total de 14,9 milhões de euros. A data para o primeiro reembolso corresponde à cláusula 11ª do contrato de investimento, segundo a qual: “o incentivo reembolsável é atribuído pelo prazo total de 8 anos, no qual se inclui um período de carência de 2 anos. Este prazo é contado: (i) deste a data em que o primeiro pagamento do Incentivo Reembolsável seja efetuado; ou (ii) desde o termo do exercício subsequente à entrada em vigor do presente contrato; consoante o que ocorrer em primeiro lugar.”

FRME: Empréstimo no valor de 480 mil euros estando em dívida o montante de 160 mil euros, com reembolsos mensais de 13,3 mil euros. A data do último reembolso ocorrerá em 29/12/2020.

FRME: Empréstimo no valor de 1,13 milhões de euros estando em dívida o montante de 378 mil euros, com reembolsos mensais de 31,5 mil euros. A data do último reembolso ocorrerá em 29/12/2020.

FIEAE: Empréstimo no valor de 1,2 milhões de euros com liquidação em 02-09-2020.

IKEA Supply AG: Empréstimo no valor de 2,5 milhões de euros, em dívida o montante de 2,374 milhares de euros, destinado ao financiamento de equipamento no âmbito do projeto de inovação e de expansão da capacidade produtiva da fábrica da Ria Stone, disponibilizado faseadamente entre 08-03-2018 e 11-10-2018. A data do último reembolso ocorrerá em 20-04-2025, incluindo os respetivos juros.

O Grupo VAA dispõe de linhas para apoio ao investimento no âmbito dos projetos de fundos comunitários Portugal 2020 sob a forma de incentivo reembolsável, que totalizam 12,8 milhões de euros para apoio ao investimento, encontrando-se utilizados 9,1 milhões de euros.

O Grupo dispõe adicionalmente de linhas de outros instrumentos de dívida para apoio à tesouraria sob a forma de factoring, desconto de remessas de exportação e pagamento a fornecedores no montante de 37 milhões de euros, encontrando-se utilizados à data de 31 de dezembro de 2019 cerca de 25,6 milhões de euros, dos quais se encontram classificados como dívida financeira 20.490

mil euros (sendo o valor remanescente relativo a confirming classificado como “Outros Credores” – Nota 21).

(1) As garantias e outras condições para os empréstimos negociados que se prendem com o segmento de negócio, Grés de Mesa (subsidiária Ria Stone, S.A.), são as seguintes:

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE:

Garantias:

A subsidiária obriga-se a apresentar uma garantia bancária, nos termos e condições estipulados na Norma de Pagamentos aplicável aos Projetos aprovados ao abrigo dos Sistemas de Incentivos QREN.

Incumprimento:

O incumprimento das obrigações ou violação dos deveres previstos no contrato de investimento, será apreciado pelo Tribunal Arbitral.

A responsabilidade dos acionistas, será proporcional às respetivas participações no capital social da Sociedade à data do incumprimento e manter-se-á durante a vigência do contrato mesmo no caso de falência, fusão ou dissolução da Sociedade.

IKEA Supply AG:

Garantias:

A subsidiária obriga-se a apresentar até 31-01-2015 hipoteca, a favor da IKEA, de equipamentos pertencentes à Ria Stone já definidos no contrato de empréstimo. A mesma foi apresentada dentro da data estipulada.

A Ria Stone constituiu no âmbito dos financiamentos concedidos em 2018 pelo IKEA Supply AG para a implantação e expansão da fábrica, penhor de equipamentos, conforme definido nos respetivos contratos de empréstimo. Estes financiamentos ascendem em 31 de dezembro de 2019 a 2,34 milhões de euros.

Incumprimento:

O incumprimento das obrigações estipuladas no contrato implicam o vencimento imediato dos valores em dívida à data, acrescidos de juros e outras despesas, sem qualquer pré-aviso por parte da IKEA.

(2) As garantias e outras condições para o empréstimo obrigacionista contratado em outubro de 2019:

Garantias (Security Agreement):

- A Vista Alegre Atlantis SGPS, SA constituiu penhor das ações e direitos (4.550.000,00 ações com um valor nominal de 1 euro cada, representando 100% do capital social da Ria Stone) da Ria Stone
- O penhor sobre as ações foi concedido como um penhor mercantil nos termos do Código Comercial e a Lei Penhor Mercantil.
- A Vista Alegre Atlantis SGPS, SA cedeu como garantia para o pontual cumprimento das obrigações, todo e qualquer direito a receber em dinheiro ou quaisquer outros ativos da Ria Stone, incluindo juros (acumulados ou capitalizados), como resultado da prestação de prestações acessórias, prestações suplementares, suprimentos, outros empréstimos subordinados, outras formas de património, quase-património ou outras formas de financiamento em dinheiro ou espécie fornecidos à Ria Stone, conforme o caso, efetuados após a data de celebração do acordo.
- A Vista Alegre Atlantis SGPS, SA constituiu um penhor comercial, nos termos do Código Comercial e da Lei penhor mercantil, sobre os direitos dos saldos existentes a crédito na conta bancária da Ria Stone.
- As sociedades Bordalgest, SA.; Cerexport – Cerâmica de Exportação, SA; Cerutil - Cerâmicas Utilitárias , SA; Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, SA; Faianças da Capôa – Indústria Cerâmica, SA; Ria Stone, Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA; Vista Alegre Atlantis , SA garantem, conjunta e solidariamente o cumprimento pontual de todas as obrigações garantidas pela Vista Alegre Atlantis SGPS, SA..

As garantias concedidas ao abrigo deste contrato são criadas conjuntamente sendo interligadas entre si e é determinado que os valores recuperáveis estão limitados à quantia máxima de 60.000.000,00 euros.

Compromissos (Outros):

A Vista Alegre Atlantis SGPS, SA obriga-se, em conformidade com o estipulado no contrato do Empréstimo Obrigacionista a cumprir com determinadas condições financeiras, a apurar periodicamente com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas como segue:

- i. A relação Dívida Líquida / EBITDA é igual ou inferior a:

2019	31/12/2019: 3,75x
2020	30/06/2020: 3.25X
	31/12/2020: 3.25X
2021	30/06/2021: 3.00x
	31/12/2021: 3.00x
2022	30/06/2022: 2.75x

	31/12/2022: 2,75x
2023	30/06/2023: 2.50x
	31/12/2023: 2,50x

ii. Que o seu Património Líquido sobre o Património Líquido mais a Dívida Total Consolidada é igual ou superior a 23 (vinte e três) por cento.

- **Garantir que nenhum dividendo ou remuneração em ações**, sob qualquer forma (incluindo reembolso de empréstimos aos acionistas e redução de capital) é proposto pelo Conselho de Administração da VAA, SGPS, S.A se a relação Dívida Líquida / EBITDA for igual ou superior a:

2019	31/12/2019: 3.50x
2020	30/06/2020: 3.00X
	31/12/2020: 3.00X
2021	30/06/2021: 2.75x
	31/12/2021: 2,75x
2022	30/06/2022: 2.50x
	31/12/2022: 2,50x
2023	30/06/2023: 2.25x
	31/12/2023: 2,25x

21. Contas a pagar e outras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de “Contas a pagar e outras” tinha a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores	23.965	20.877
Credores e acréscimos de gastos	21.960	27.826
	45.925	48.703

A decomposição da rubrica de “Fornecedores” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores conta corrente	23.823	20.680
Fornecedores faturas em receção e conferência	127	163
Fornecedores títulos a pagar	15	34
	23.965	20.877

A rubrica de “Credores e acréscimos de gastos – Passivo Corrente” decompõe-se como se segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Acréscimos de gastos	10.955	9.890
Partes relacionadas- Grupo Visabeira (RETGS) (Nota 34)	2.014	1.630
Fornecedores de investimento	3.697	7.231
Outros credores	5.063	8.855
Adiantamentos de clientes	231	221
	21.960	27.826

A rubrica “Outros credores” inclui o montante de 4,1 milhões de euros relativo a dívida comercial ao abrigo de contratos de confirming (8,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018).

A rubrica de “Acréscimos de gastos” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 decompõe-se da seguinte forma:

	31-12-2019	31-12-2018
Encargos com pessoal	6,576	6,058
Juros a liquidar	3,764	3,342
Gás natural	1	70
Rappel	186	185
Imposto municipal sobre imóveis	0	125
Eletricidade	29	21
Outros	398	88
	10,955	9,890

22. Provisões

22.1 Provisões

A informação relativa a provisões, com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018, pode ser resumida como se segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Saldo inicial 01 de Janeiro	238	369
Alteração de perímetro	0	-61
Provisão para outros riscos e encargos	0	-70
Impostos	0	-70
Saldo final	238	238

22.2 Provisão para pensões de reforma

O Grupo Vista Alegre tem em vigor vários planos de benefícios de reforma definidos, uns a cargo de Fundos de Pensões especialmente constituídos e geridos pela sociedade atuária (Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.) e outros a cargo do próprio Grupo (“Plano de benefícios definido – sem Fundo”).

A cargo da Futuro- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., existem dois fundos:

- Um (“Ex-Atlantis”), denominado de Adesão Coletiva Atlantis e tem duração indeterminada. São participantes deste fundo todos os empregados do quadro de pessoal efetivo da Vista Alegre Atlantis, S.A., oriundos da Ex - Atlantis – Cristais de Alcobaça, S.A., admitidos ao serviço da subsidiária até 31 de dezembro de 2013, inclusive, e que reúnam as exigências de elegibilidade previstas no próprio Plano de Pensões, ou seja todos os participantes que completem 65 anos, e que tenham no mínimo dez anos de serviço na Subsidiária, têm direito a uma pensão complementar por velhice calculada nos termos do Plano de Pensões.

Este fundo é financiado pelo Fundo de Pensões Viva.

-Outro (“Ex-Vista Alegre” e “Vista Alegre Grupo”), denominado por Fundo de Pensões Grupo Vista Alegre, igualmente de duração indeterminada, que integra os trabalhadores do quadro de pessoal efetivo da Vista Alegre Atlantis, S.A., oriundos da ex-Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, S.A. e da Vista Alegre Grupo-Vista Alegre Participações S.A., que tenham estabelecido contrato individual de trabalho antes de 20 de dezembro de 1976 e que estejam abrangidos pelo Contrato Coletivo de Trabalho para a Indústria Cerâmica.

O plano de pensões Grupo Vista Alegre é financiado pelo Fundo de Pensões Grupo Vista Alegre.

As responsabilidades do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são as seguintes:

	31-12-2019	31-12-2018
Plano de benefícios definidos - sem Fundo	1.194	1.360
Plano de benefícios definidos - com Fundo		
Ex-Vista Alegre		
Responsabilidades por serviços passados	-805	-757
Valor de mercado do fundo	1.000	904
	196	147
Ex-Atlantis		
Responsabilidades por serviços passados	-362	-360
Valor de mercado do fundo	352	355
	-9	-5
Excesso/(défice)	187	143

O excesso do justo valor de ativos do Fundo face às responsabilidades atuariais, nos montantes de 187 mil euros e 143 mil euros, respetivamente em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está contabilizado em contas a receber, conforme Nota 17.

O estudo atuarial realizado pelo atuário especializado independente – Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. assenta nos seguintes pressupostos e bases teóricas:

	31-12-2019	31-12-2018
Taxa de desconto	1,30%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,25%	0,25%
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Idade da reforma(Homens e mulheres)	65	65

A evolução das responsabilidades com planos de complemento de reforma e com complementos de reforma em pagamento, foi a seguinte:

2018	sem	com	com	Fundo	Total
	Fundo	Fundo (VA)	Fundo (Atlantis)	(VG)	
Responsab.por serviços passados- 1 de janeiro de 2018	1.465	943	407	1.190	4.005
Custo dos serviços correntes	0	5	5	0	10
Custo dos juros	10	18	8	0	35
Pensões pagas	-157	-85	-33	0	-275
Reforço	20	0	0	0	20
Alteração de pressupostos	-2	-6	-4	0	-12
Perdas/ganhos atuariais	25	-118	-23	0	-116
Alteração de perímetro	0	0	0	-1.190	-1.190
Responsab.por serviços passados- 31 de dezembro de 2018	1.360	757	360	0	2.476

2019	sem	com	com	Total
	Fundo	Fundo (VA)	Fundo (Atlantis)	
Responsab.por serviços passados- 1 de janeiro de 2019	1.360	757	360	2.476
Custo dos serviços correntes	0	5	5	10
Custo dos juros	9	15	7	32
Pensões pagas	-118	-85	-28	-232
Alteração de pressupostos	-149	34	28	-87
Perdas/ganhos atuariais	92	80	-10	162
Responsab.por serviços passados- 31 de dezembro de 2019	1.194	805	362	2.361

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo Vista Alegre mantém uma provisão reconhecida (incluída na componente “sem Fundo”), que diz respeito às responsabilidades com um complemento de pensão de reforma de um ex-administrador do Grupo Vista Alegre, com base em cálculo atuarial efetuado pela entidade Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., no montante de, aproximadamente, 736 mil euros e 737 mil euros, respetivamente. Em dezembro de 2014, o Supremo Tribunal de Justiça condenou a VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS, S.A., ao pagamento de um complemento de pensão de reforma vitalício a um ex-administrador no valor global anual, naquela data, de 230.923,38 euros, a pagar em 12 prestações mensais no valor de 19.243,62 euros cada, atualizável anualmente de acordo com o índice oficial de inflação, já tendo sido pagas, até 31 de dezembro de 2018 as quantias devidas até fevereiro de 2018, em conformidade com o acordo então celebrado entre as partes.

A partir de fevereiro de 2018 (data a partir da qual o referido ex-administrador passou à situação de reformado), considerando a análise e posição dos assessores legais do Grupo Vista Alegre, o montante do complemento de pensão de reforma atribuída ao referido ex-administrador foi reduzido (de 20,8 mil euros para 7,5 mil euros mensal) ao abrigo de determinadas disposições legais, nomeadamente a disposição que veda às sociedades comerciais a atribuição de pensões de reforma aos seus administradores de montante superior ao do vencimento do administrador com funções executivas que aufera a remuneração mais elevada.

Em resultado daquela redução, durante o exercício de 2018, e igualmente em 2019, foram entregues pelo referido ex-administrador, requerimentos executivos relativos ao pagamento da diferença entre o montante a que a Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. foi condenada a pagar e o montante efetivamente pago a partir de fevereiro de 2018, tendo a Empresa apresentado de seguida, oposição, aguardando agora pela decisão judicial. Encontra-se adicionalmente constituída uma caução no montante de, aproximadamente, 292 mil euros para fazer face ao processo acima referido.

A provisão constituída em 31 de dezembro de 2019 no montante de, aproximadamente, 736 mil euros (durante o exercício de 2019 foi feito um reforço da provisão no montante de 50 mil euros), é a melhor estimativa do Conselho de Administração da Empresa relativamente aos dispêndios futuros com o complemento de reforma daquele ex-administrador.

O património dos fundos destinados a assegurar o financiamento das responsabilidades por pensões de reforma evoluiu da forma seguinte:

	com Fundo (VA)	com Fundo (Atlantis)	com Fundo (VG)	Total
Valor - 01 de janeiro de 2018	1.088	403	1.190	2.682
Rendimento esperado	21	8	0	29
Ganhos/Perdas atuariais	-118	-26	0	-145
Pensões pagas	-87	-29	0	-116
Alteração de perímetro	0	0	-1.190	-1.190
Valor - 31 de dezembro de 2018	904	355	0	1.261
Rendimento esperado	18	7	0	25
Ganhos/Perdas atuariais	160	3	0	163
Pensões pagas	-82	-13	0	-95
Valor - 31 de dezembro de 2019	1.001	353	0	1.355

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente no Capital próprio, e apresentados na Demonstração consolidada de rendimento integral.

O quadro a seguir resume a composição do custo líquido com pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 reconhecido na demonstração consolidada dos resultados em gastos com o pessoal:

	Sem Fundo		Com fundo	
	dez-19	dez-18	dez-19	dez-18
Custo dos serviços correntes			10	10
Custo dos juros	9	10	22	26
Rendimento esperado			-29	-25
Custo Líquido	9	10	3	11

O nível de financiamento mínimo exigido pelo ISP nos últimos dois anos foi o seguinte:

Fundo de Pensões VA

	2019	2018
(1) Responsabilidades por serviços passados	805	757
(2) Valor do fundo	1.000	904
(3) Excesso/(Défice) de financiamento (2)-(1)	196	147
(4) Nível de Financiamento (2)/(1)	124%	119%

Fundo de Pensões Ex-Atlantis

	2019	2018
(1) Responsabilidades por serviços passados	362	360
(2) Valor do fundo	352	355
(3) Excesso/(Défice) de financiamento (2)-(1)	-9	-5
(4) Nível de Financiamento (2)/(1)	97%	99%

A composição da carteira dos Fundos e as estatísticas da população abrangida tinham a seguinte decomposição:

Fundo de Pensões Ex-Atlantis

(Adesão colectiva ao Fundo de pensões Aberto BPI Valorização)

	31-12-2019	31-12-2018
Obrigações Taxa Fixa	25.3%	24.5%
Obrigações Taxa Variável	40.0%	38.9%
Acções	26.5%	27.7%
Liquidez	6.1%	4.8%
Imobiliário	2.1%	3.1%

	31-12-2019	31-12-2018
Fundo de Pensões VA		
Número de trabalhadores	5	23
Número de reformados	44	47
Fundo de Pensões Ex-Atlantis		
Número de trabalhadores	198	259
Número de reformados	28	32
Pensões a cargo da Empresa		
Número de trabalhadores	0	0
Número de reformados	3	3

Sensibilidade do valor das responsabilidades do fundo VA às variações dos pressupostos atuariais e financeiros:

Análise de sensibilidade		Aumento	Diminuição
Taxa de desconto	(0,25 pp)	-25	26
Taxa de crescimento salarial	(0,25 pp)	0	0
Taxa de crescimento pensões	(0,25 pp)	26	-25
Mortalidade	(1%)	-102	107

Sensibilidade do valor das responsabilidades do fundo Ex Atlantis às variações dos pressupostos atuariais e financeiros:

Análise de sensibilidade		Aumento	Diminuição
Taxa de desconto	(0,25 pp)	10	-10
Taxa de crescimento salarial	(0,25 pp)	2	-2
Taxa de crescimento pensões	(0,25 pp)	9	-9
Mortalidade	(1%)	-17	17

23. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a composição da rubrica de “Estado e outros entes públicos” era a seguinte:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento		605		199
Retenções de imposto sobre o rendimento		295		320
Impostos sobre transações comerciais*	2,152	169	2,573	1,449
Contribuições para a Segurança Social		833		796
	2,152	1,902	2,573	2,764

*IVA, ICMS, PIS, COFINS e IPI.

24. Subsídios

A principal informação sobre os subsídios ao investimento atribuídos ao Grupo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como se segue:

	31-12-2018	Reforço	Amortização (Nota 28)	31-12-2019
Subsídios ao investimento médio e longo prazo	5.548	2.269	-1.048	6.768
Projeto Grés Mesa (Ria Stone)	4.139	451	-408	4.182
Projeto Porcelana (Vista Alegre, S.A.)	558	943	-636	865
Projeto CerexCor & CristalLux (Vista Alegre S.A.)	427	585	0	1.013
Projeto Cerutil (Cerutil)	101	80	-4	177
Projeto Bordalo Pinheiro (Bordalo Pinheiro)	323	209	0	532
	5.548	2.269	-1.048	6.768

Segue uma breve descrição de cada projeto acima referido:

Grés Mesa

Projeto de interesse estratégico nacional para constituição de uma empresa nova – Ria Stone – dedicada ao fabrico de peças de louça de mesa em grés, por processos inovadores de monoczedura, assentes numa forte automação. Esta sociedade subsidiária opera desde 2012 (data de constituição) e tem como único cliente a entidade IKEA.

Porcelana

Projetos de inovação no segmento da porcelana, com vista à modernização da fábrica, fomentada pela inovação de processos produtivos, com alterações em diversas secções de fabrico (prensas, cozedura, decalque, decoração, armazenamento), destacando-se a aquisição de um novo forno de cozedura de peças ocas, que possibilitou por sua vez o desenvolvimento de um produto de porcelana inovador, tecnicamente melhor e mais resistente. Os projetos tiveram em vista o reconhecimento e reforço da presença da marca Vista Alegre internacionalmente.

CerexCor & CristalLux

Projeto de inovação com atuação em duas vertentes, uma no Grés Forno (fábrica de Aveiro) e outra no Cristal (fábrica de Alcobaça), a primeira com vista à diversificação da produção pela inovação de processos pela introdução de pastas coradas no processo de fabrico para um produto de melhor qualidade, e a segunda com alteração fundamental dos processos de fabrico de Cristal, para processos inovadores, com moldagem única (*single pass*).

Cerutil

Projeto de inovação produtiva, no segmento do grés forno, para produtos inovadores, alcançáveis com a alteração significativa dos processos de produção. Este projeto tem em vista o aumento de capacidade da fábrica da Cerutil, com intervenção ao nível da utilização e introdução das pastas na produção, prevendo a reutilização das aparas que, até então, eram tidas como desperdício do processo de fabrico. De igual modo, as demais fases produtivas (prensagem, enforma, etc.) sofrerão alterações para um layout mais eficaz, para que seja possível à empresa alcançar um produto inovador de geometrias complexas, com introdução de antiaderente, logo muito competitivo e diferenciador.

Bordalo Pinheiro

Projeto de inovação no segmento da faiança com aumento de capacidade pela introdução de novos equipamentos feitos à medida, desenhados em conjunto com os fornecedores, especificamente para responder às necessidades e especificidades do setor. O projeto prevê uma inovação de processos, para processos energeticamente mais eficientes, que reduzam os custos de fabrico e otimizem a produção, melhorando a qualidade das peças. Com este projeto a Bordalo espera alcançar maior volume de faturação, novos mercados internacionais, incrementando os seus níveis de competitividade.

25. Rédito

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as categorias de rédito reconhecidas incluem rédito proveniente de:

	31-12-2019	31-12-2018
Venda de bens	119,355	97,476
Prestação de serviços	741	1,545
	120,097	99,022

26. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser analisados como se segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações e outros gastos com pessoal	34.172	25.780
Salários e outros benefícios de curto prazo da Administração	500	403
Pensões de reforma	51	488
Encargos com remunerações	7.467	6.834
Total	42.190	33.505

As responsabilidades com planos de pensões de reforma encontram-se explicitadas na Nota 22.

A rubrica “Remunerações e outros gastos com pessoal” a 31 de dezembro de 2019 inclui 511 mil euros de custos com seguros e 335 mil euros de gastos com ação social.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número de colaboradores ao serviço do Grupo (tendo em conta a sua entidade empregadora) pode ser analisado como se segue:

Nº de empregados no final de 2019	31-12-2019	31-12-2018
Cerutil - Cerâmicas Utilitárias, SA	280	227
Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, SA	302	265
VAA Vista Alegre Atlantis SGPS	12	11
Vista Alegre Atlantis, SA	1.567	1.475
Vista Alegre France, SAS	5	5
VA - Vista Alegre España, SA	53	53
VAA Brasil – Comércio, Importação e Exportação SA	11	11
Vista Alegre Atlantis USA	2	2
Vista Alegre Atlantis Moçambique, Lda	5	5
Ria Stone Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA	250	202
	2.487	2.256

Nº Médio de empregados por empresa	31-12-2019	31-12-2018
Cerutil - Cerâmicas Utilitárias, SA	260	222
Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, SA	286	254
VAA Vista Alegre Atlantis SGPS	12	10
Vista Alegre Atlantis, SA	1.549	1.437
Vista Alegre France, SAS	6	5
VA - Vista Alegre España, SA	53	53
VAA Brasil – Comércio, Importação e Exportação SA	11	11
Vista Alegre Atlantis USA	2	2
Vista Alegre Atlantis Moçambique, Lda	5	5
Ria Stone Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA	232	184
	2.416	2.183

27. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Electricidade	3.423	3.408
Trabalhos especializados	4.191	1.948
Subcontratos	2.124	1.908
Transporte de mercadorias	2.691	1.864
Conservação e reparação	1.940	1.911
Publicidade e propaganda	2.033	1.829
Deslocações e estadas	924	767
Limpeza higiene e conforto	518	419
Seguros	473	412
Vigilância e segurança	433	392
Comissões	369	414
Combustíveis, água e outros fluídos	417	350
Royalties	337	264
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	232	291
Honorários	183	255
Comunicação	217	280
Rendas e alugueres	349	2.781
Custos com Offering	0	1.802
Outros	323	609
	21.175	21.902

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a redução na rubrica “Rendas e alugueres” corresponde essencialmente ao impacto da aplicação da norma IFRS 16 no montante de, aproximadamente, de 2,6 milhões de euros (Nota 14).

A rubrica “Custos com Offering” em 2018 corresponde aos encargos suportados pelo Grupo no processo de aumento e dispersão de capital levado a cabo no segundo semestre de 2018, o qual viria a ser abandonado em dezembro de 2018.

28. Outros rendimentos e gastos operacionais

Os outros rendimentos e gastos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser analisados como se segue:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Custos	Proveitos	Custos	Proveitos
Custos e proveitos relativos a anos anteriores	0	0	85	244
Multas e penalidades/Benefícios contratuais	0	0	4	0
Perdas e ganhos c/ imobiliz- abates/alienação	0	431	0	145
Seguros de saúde - RH	0	38	0	132
Serviços técnicos	0	900	0	0
Comissões s/as cobranças nas lojas (cartões)	87	0	232	0
Ofertas/ amostras existências	321	0	242	0
Impostos	178	0	270	136
Diferenças de câmbio	0	98	45	185
Descontos pronto pagamento	50	0	32	0
Offering	0	0	0	1.224
Subsídios à exploração e formação	0	259	0	292
Subsídios ao investimento (Nota 23)	0	1.048	0	939
Venda de aparas/resíduos, refugos, moldes e fretes	0	267	0	275
Juros e similares	120	0	299	0
Outros custos e proveitos operacionais	212	372	205	719
	968	3.414	1.415	4.293

A rubrica “Perdas e ganhos c/ imobiliz – abates/alienação” inclui 376 mil euros relativos à mais valia gerada na alienação de uma propriedade de investimento à empresa relacionada Edivisa (Notas 12 e 34).

A rubrica de proveitos “Offering” corresponde ao montante dos custos de assessoria legal e financeira suportados pelo Grupo Vista Alegre no processo de aumento e dispersão de capital levado a cabo em 2018 (que não se concretizou) e que foram redebitados à empresa-mãe Visabeira Indústria, SGPS, S.A., em virtude de a mesma ter estado igualmente envolvida no processo de aumento e dispersão de capital da VAA, SGPS, S.A..

A rubrica “Serviços técnicos” respeita ao reconhecimento de um proveito associado aos valores faturados a fornecedores de equipamentos produtivos, pelo envolvimento no processo de definição de especificações e na instalação de um conjunto de equipamentos fabris durante o ano de 2019.

29. Resultados financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 tiveram a seguinte origem e expressão:

	31-12-2019	31-12-2018
Juros com empréstimos e descobertos bancários	-1.689	-1.974
Juros com empréstimos operacionais	-1.100	-568
Juros com partes relacionadas	-700	0
Juros IFRS 16	-369	0
Reconhecimento do custo amortizado	-847	0
Outros encargos financeiros	-823	0
Proveitos financeiros-juros obtidos	9	8
	-5.519	-2.535

A rubrica Outros Encargos Financeiros a 31 de dezembro de 2019 inclui um montante de 450 mil euros relativos a comissões sobre as cobranças nas lojas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Juros de locações” inclui o impacto da aplicação da norma IFRS 16 no montante de, aproximadamente, 370 milhares de euros (Nota 14).

30. Resultados por ação

Básico e Diluído

O resultado diluído por ação é calculado ajustando o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação para incorporar os efeitos da conversão de todas as ações ordinárias diluidoras potenciais. A Empresa não possui ações ordinárias potencialmente diluidoras, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias da Empresa durante o ano, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Empresa e detidas como ações próprias.

	31-12-2019	31-12-2018
(Prejuízo) / Lucro atribuível aos detentores de capital	7.226	7.276
Número de ações ordinárias emitidas deduzido das ações próprias	152.534.414	152.409.146
Resultado básico por ação (euros por ação)	0,0474	0,0474
Resultado diluído por ação (euros por ação)	0,0474	0,0474

Devido ao aumento de capital verificado em 12 de dezembro de 2019, o número médio ponderado de ações foi calculado no pressuposto de considerar as novas ações na quantidade de 167.649.950 durante 3 semanas (a partir da data do seu aumento de capital) e os restantes 11 meses e uma

semana considerou-se as anteriores ações no montante de 152.409.146. Com base neste cálculo apurou-se um número médio ponderado de ações de 152.534.414.

31. Contingências

O Grupo Vista Alegre possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio.

Não se espera que existam perdas significativas decorrentes dos passivos contingentes.

Existem diversos processos legais intentados contra o Grupo nomeadamente na área do trabalho, os quais a serem considerados cem por cento procedentes, totalizam cerca de 35 mil euros.

O montante das garantias e cauções prestadas para cobrir compromissos financeiros que não figuram na Demonstração consolidada da posição financeira é de 330 mil de euros e 310 mil de euros, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente.

O montante dos compromissos financeiros que figuram na Demonstração Consolidada da Posição Financeira com garantias e cauções prestadas é de 59,47 milhões de euros e 31,97 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, respetivamente.

Com a renegociação da dívida aos bancos, foi prestada hipoteca a favor das instituições bancárias, hipoteca essa voluntária, abrangendo todas as construções, benfeitorias e acessões, presentes e futuras, edificadas e a edificar pela VAA SGPS e suas subsidiárias:

Imóvel	Entidade	Valor Líquido Contabilístico
Ria Stone	CGD	12.130
Cerutil	CGD	1.995
Bordalo Pinheiro	ISS	507

Sobre a subsidiária Faianças da Capôa impende uma ação judicial que originou o registo legal de uma hipoteca sobre o seu imóvel no valor de 1,67 milhões de euros, valor este, que é única e exclusivamente da responsabilidade do credor. O Grupo mantém uma provisão registada em 31 de dezembro de 2019 no montante de, aproximadamente, 225 mil euros para fazer face a este processo legal, não estimando, que do desfecho do mesmo resultarão impactos relevante adicionais para o Grupo, estando esta posição suportada nos seus assessores legais.

Em 2018 e 2019, foram entregues por um ex-administrador, requerimentos executivos relativos ao pagamento da diferença entre o montante a que a Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. foi condenada a pagar ao mesmo a título de complemento de pensão de reforma e o montante efetivamente pago a partir de fevereiro de 2018 (ver Nota 22.2).

Adicionalmente, foram ainda concedidas as seguintes garantias:

-Equipamentos industriais, cujo valor líquido contabilístico a 31 de dezembro de 2019 ascende a 5,1 milhões de euros;

32. Compromissos

Compromisso para investimentos

Os compromissos para investimentos contratados mas ainda não incorridos em 31 de dezembro de 2019 são de 689 mil de euros e dizem respeito a encomendas de imobilizado realizadas, mas só concretizadas ao longo dos próximos 12 meses. A maior parcela, cerca de 200 mil de euros, diz respeito ao projeto Next 4, referente a equipamento já contratado.

33. Gestão do Risco Financeiro

No Grupo Vista Alegre, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias, as contas a pagar comerciais e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos de expansão e manutenção da capacidade produtiva das Empresas do Grupo.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes, outros devedores, caixa e depósitos de curto prazo. O Grupo tem também investimentos disponíveis para venda, contabilizados ao custo de aquisição e de reduzido significado.

O Grupo Vista Alegre está exposto basicamente ao (i) risco de mercado essencialmente com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. O principal objetivo do Grupo é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuar em função de alterações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba três tipos de risco: risco de taxa de juro, risco cambial, e outros riscos de preços.

- Risco de Taxa de Juro

A exposição do Grupo ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos contratados a taxas variáveis. Uma parte do financiamento foi contratado à taxa de juro indexada à Euribor nas várias maturidades. As taxas Euribor iniciaram em outubro de 2008 uma descida em consequência dos sucessivos cortes na taxa diretora do Banco Central Europeu, em resposta à crise financeira internacional, o que levou a que as mesmas tenham registado uma tendência de queda ao longo dos últimos anos, sendo que em 2015 atingiu valores negativos, tal como se tem vindo a manter até 2019. Caso a taxa de juro média suportada tivesse em 2019 sido superior (inferior) em 0,5 p.p., os custos financeiros líquidos, teriam aumentado (reduzido) em aproximadamente 182 mil euros.

Adicionalmente o Grupo Vista Alegre emitiu em 2019 obrigações garantidas no valor de 45 milhões de euros, com uma taxa anual fixa de 4,5% e vencimento em outubro de 2024, bem como obrigações garantidas no valor de cinco milhões de euros com uma taxa anual fixa de 3,5% e vencimento final em outubro de 2024. Por esta via, o Grupo assegurou uma cobertura da exposição às variações da taxa de juro para 47% do total da dívida financeira.

- Risco de Câmbio

A Vista Alegre detém subsidiárias no Brasil, Reino Unido, Moçambique, Estados Unidos da América, México e Índia através das quais procede à comercialização nos respetivos mercados em reais, libras, meticais, dólares americanos, pesos mexicanos e rupias indianas, respetivamente. No Brasil, onde o impacto é mais expressivo, o risco cambial face ao euro, moeda em que são expressas as suas importações de bens a Portugal, o Grupo detém uma posição curta de cerca de 4,77 milhões de euros. O real brasileiro desvalorizou 1,8% face ao euro no ano 2019. Uma variação de 2% no câmbio provocaria um impacto de na ordem dos 95 mil euros. Em termos consolidados apresenta um risco de balanço pela incorporação das contas.

Nas contas a receber comerciais e contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, nomeadamente dólares americanos, mas sem expressão relevante, como discriminado de seguida:

Contas a receber comerciais e outras:

Moeda	Montante 2019	Montante 2018
BRL	3.213.338,78	2.618.598,22
MZN	2.734.439,61	1.683.984,53
USD	544.790,33	460.461,76
MXP	635,64	50,91

Contas a pagar comerciais e outras:

Moeda	Montante 2019	Montante 2018
MZN	20.798.947,67	21.798.079,57
INR	18.835.591,24	21.276.364,94
BRL	21.554.426,61	20.482.729,69
USD	2.571.478,52	2.007.851,57
MXP	7.280,50	2.075,73
GBP	47.932,76	42.803,28

Risco de crédito

As participadas da Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. encontram-se expostas a um conjunto de riscos diversificados. A gestão está sensibilizada para a importância da gestão do risco de crédito e da proteção da sua tesouraria, reconhecendo a importância do seguro de crédito como instrumento essencial, quer no mercado interno quer no externo. Consciente da importância de adotar uma gestão ativa dos diferentes riscos financeiros com vista a minimizar os seus potenciais impactos

negativos no cash flow, nos resultados e no valor das empresas, procura gerir esses riscos de forma eficaz, formulando estratégias de cobertura adequadas.

O risco de crédito é uma vertente importante e complexa que está presente na atividade do Grupo. As avaliações de risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações por vezes incompletas, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações. A definição do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para o analista do crédito.

O Grupo mantém a subscrição de apólices de seguro de crédito, delegando em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais especializados de cobrança e recuperação de dívidas, recebendo da seguradora de crédito a indicação de exposição – limite de crédito – ajustada à capacidade creditícia de cada cliente. Desta forma, as atenções da gestão podem centralizar-se fundamentalmente nas questões operacionais. A cobertura deste risco possibilita ainda uma indemnização pelos créditos não liquidados de clientes que para o mercado interno é de 85% e para o mercado externo é de 90%. Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral, tendo os limites de crédito sido objeto de revisões desfavoráveis significativas. Face a este cenário, e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, a VAA, S.A. contratou as coberturas adicionais que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, até ao dobro do montante concedido na apólice base, para clientes situados no mercado doméstico e nos mercados externos e ainda obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, ou obter um montante superior ao dobro da cobertura existente, até ao limite de cem mil euros, para clientes situados nos mercados externos.

Os prazos de recebimento relativamente aos valores de clientes não vencidos sem registo de imparidade e vencidos com registo de imparidade, a 31 de dezembro de 2019 e 2018 são:

	31-12-2019	31-12-2018
Não vencido	13.230	12.092
Vencido mas sem registo de imparidades		
0-30 dias	1.251	2.447
30-90 dias	989	650
+ 90 dias	1.904	828
Total	4.144	3.924
Vencido com registo de imparidades		
0-90 dias		
90-180 dias		
180-360 dias		
+ 360 dias	2.150	2.549
Total	2.150	2.549
Total Geral	19.524	18.566
Total líquido de imparidades	17.374	16.017

As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno. A análise detalhada do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que inclui as informações disponíveis e relevantes tais como o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, o património, histórico, informação financeira, garantias de crédito e condições de pagamento que permitem elaborar a emissão de um parecer sobre uma operação de crédito.

O Grupo considera que não tem concentrações de risco de crédito significativas, mantendo um controlo de crédito ativo para todos os seus clientes supervisionado pela Direção Financeira.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que o Grupo venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. Este risco, é o maior risco a que o Grupo tem vindo a ser exposto. O Grupo VAA melhorou substancialmente as suas condições financeiras na sequência das alterações verificadas na sua estrutura acionista ocorrida em anos anteriores, e da evolução positiva das suas operações, sendo que as operações de emissão de um empréstimo obrigacionista em outubro de 2019 e do aumento de capital em dezembro do mesmo ano contribuíram fortemente para a melhoria da solidez financeira do Grupo Vista Alegre. A tesouraria e os investimentos são geridos por uma organização global e centralizada, que permite reduzir os riscos de fluxos de caixa, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.

O recurso ao desconto de remessas de exportação permite uma redução dos prazos médios de recebimento com a inerente antecipação de recebimentos e facilita uma melhor gestão de tesouraria, através da obtenção atempada do fundo de maneio necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. O Grupo dispõe adicionalmente de linhas de outros instrumentos de dívida para apoio à tesouraria sob a forma de factoring, desconto de remessas de exportação e pagamento a fornecedores no montante de 37 milhões de euros, encontrando-se utilizados à data de 31 de dezembro de 2019 cerca de 25,6 milhões de euros, dos quais se encontram classificados como dívida financeira 20.490 mil euros (sendo o valor remanescente relativo a confirming classificado como “Outros Credores” – Nota 21). Este tipo de linhas tem permitido uma gestão mais eficiente do risco de liquidez e de fluxos de caixa.

34. Saldos e Transações com partes relacionadas

As entidades que, a 31 de dezembro de 2019, detinham uma participação qualificada no Grupo Vista Alegre eram:

Estrutura do Capital Social

Acionista	Ações	
	Nº de ações	% dos direitos de voto
Grupo Visabeira, SA (1)		
Directamente (Carteira própria)	5,548,417	3.31%
Através da Visabeira Indústria, SGPS, SA	137,965,770	82.29%
Total imputável ao Grupo Visabeira, SGPS, SA	143,514,187	85.60%
Investidores institucionais	15,240,914	9.09%
Total imputável aos investidores institucionais	15,240,914	9.09%
Caixa Geral de Depósitos, SA:		
Directamente (Carteira própria)	4,188,830	2.50%
Através do FCR Grupo CGD CAPITAL	987,364	0.59%
Total imputável Caixa Geral Depósitos, SA	5,176,194	3.09%
Free Float	3,718,655	2.22%
Sub-totais	167,649,950	100.00%
Ações Próprias	110	0.00%
Total ações Vista Alegre Atlantis	167,650,060	100.00%

(1) A acionista maioritária da VISTA ALEGRE ATLANTIS SGPS, S.A., a VISABEIRA INDÚSTRIA, SGPS, S.A., é totalmente detida pela Grupo Visabeira, S.A., em cujo capital social a acionista maioritária, a NCFGEST, S.A., titula 99,45%, sendo esta última sociedade integralmente detida pelo acionista individual Fernando Campos Nunes.

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas ao nível de remunerações:

	31-12-2019	31-12-2018
Salários e outros benefícios de curto prazo da Administração	500	332
Pensões de reforma com antigos administradores	51	90
	551	423

As remunerações acima descritas, são todas de natureza fixa, processadas durante os exercícios de 2019 e 2018.

Os saldos em aberto à data de 31 de dezembro de 2019, com as partes relacionadas são quase exclusivamente provenientes de depósitos à ordem e empréstimos operacionais com a CGD bem como contas a receber e a pagar operacionais com Sociedades de Grupo Visabeira.

Os saldos em aberto à data de 31 de dezembro de 2018, com as partes relacionadas são quase exclusivamente provenientes de financiamentos obtidos dos Grupos VISABEIRA e CGD.

Os saldos ativos e passivos de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

	31-12-2019	31-12-2018
Saldos Ativos		
Grupo CGD - Depósitos à ordem	2.317	2.778
Grupo Visabeira - Acionista (Nota 17)	0	2.421
Grupo Visabeira - Outros devedores	1.776	1.064
	<u>4.093</u>	<u>6.263</u>
Saldos Passivos		
Grupo CGD		
Empréstimos Operacionais	4.017	3.659
Empréstimos Bancários	147	12.025
	<u>4.164</u>	<u>15.685</u>
Grupo Visabeira		
Fornecedores	222	538
Partes relacionadas - RETGS (Nota 21)	2.014	0
Empréstimos Acionistas (Nota 20)	0	26.917
	<u>2.236</u>	<u>27.455</u>

Transações com partes relacionadas em 31 de dezembro 2019 e 2018:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Compras a partes relacionadas (CUSTOS)	Vendas a partes relacionadas (PROVEITOS)	Compras a partes relacionadas (CUSTOS)	Vendas a partes relacionadas (PROVEITOS)
GRUPO CGD	817	0	688	
GRUPO VISABEIRA	3.078	1.355	6.661	4.779
BENETRÓNICA, S.A. - INTERNACIONAL	0	0	177	741
CERUTIL - CERAMICAS UTILITARIAS, SA	0	0	978	1.391
CONSTRUCTEL - CONST.ET TELECOMMUNIC	0	1	7	1
EDIVISA - EMPRESA DE CONSTRUÇOES, S	471	431	2.084	14
EMPREEND.TURÍSTICOS MONTE BELO	51	53	63	43
FAIANÇAS ART. BORDALO PINHEIRO, LDA	0	0	1.815	158
GRANBEIRA, SOC. EXPL. COM. GRANITOS	2	0	2	0
MERCURY COMERCIAL, LDA	0	0	5	1
SOGITEL - SOC. GESTAO IMOBILIARIA,	0	0	45	0
TURVISA - EMPREENDIMENTOS TURISTICO	0	0	12	0
IMOVISA - IMOBILIARIA DE MOCAMBIQUE	0	0	1	0
MOB INDUSTRIA DE MOBILIARIO, SA	36	0	47	17
MOVIDA -EMPREENDIMENTOS TURISTICOS,	102	0	94	1
MUNDICOR - VIAGENS E TURISMO, SA	346	0	188	0
PDT- PROJECTOS DE TELECOMUNICAÇÕES,	3	1	2	5
TV CABO, LDA	0	0	2	0
VAA-EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, SA	100	31	73	86
VIATEL - TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÕES	185	21	142	17
VISABEIRA - SOCIEDADE TECNICA DE OB	22	1	89	5
VISABEIRA GLOBAL SGPS, SA	0	1	0	2
VISABEIRA IMOBILIARIA, SA	15	0	12	1
VISABEIRA MOÇAMBIQUE, S.A	0	0	11	4
GRUPO VISABEIRA SGPS, SA	699	19	138	1.937
VISABEIRA INDUSTRIA, SGPS, S.A.	924	779	265	350
VA GRUPO-VISTA ALEGRE PAR	38	0	354	0
PORTO SALUS AZEITÃO - RESIDENCIAS	0	0	0	2
VISABEIRAHOUSE, S.A.	1	0	1	2
VISACASA, S.A.	62	0	52	0
ZAMBEZE - RESTAURAÇÃO, S.A.	20	7	3	2
TROPPO SQUISITO LISBOA, LDA	1	9	0	0
PINEWELLS, SA	0	1	0	0

35. Eventos subsequentes

Posteriormente a 31 de dezembro de 2019, ocorreram os seguintes eventos relacionados com o Grupo Vista Alegre que merecem referência pela sua relevância neste anexo:

Conforme publicado ao mercado no dia 20 de março de 2020, e tendo presente a situação de emergência sanitária decorrente da Pandemia causada pelo novo coronavírus “COVID-19” e a consequente declaração de estado de emergência em Portugal, o Conselho de Administração da VAA adotou as medidas que, no atual contexto, se revelaram necessárias como reação à situação. A propagação do vírus COVID-19 à escala mundial, nos primeiros meses de 2020, está a ter impactos significativos a nível social, económico e financeiro. Desta forma, foi decidido o encerramento temporário da atividade do Grupo em Portugal, entre 23 de março e 9 de abril de 2020, incluindo assim o encerramento da sua atividade de produção e comercial em Portugal e da atividade comercial nas outras geografias em que a VAA está presente (com exceção dos canais online).

Entre as medidas então tomadas, incluiu-se a antecipação do período de férias de 2020 para aquelas datas com relação à generalidade dos colaboradores do Grupo Vista Alegre em Portugal, salvo nos casos relevantes para efeitos da manutenção das devidas salvaguardas de segurança e contingência.

A 9 de abril de 2020, foi decidido pela administração da VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., face à situação de emergência sanitária decorrente da Pandemia, o recurso à medida de “lay-off” simplificado prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março, por parte de algumas subsidiárias da VAA, tendo assim lugar:

(i) A suspensão temporária de contratos de trabalho de parte dos seus trabalhadores, abrangendo, até 30 de abril de 2020, 38,16% dos trabalhadores das unidades produtivas Vista Alegre e Atlantis de Ílhavo e Alcobaça, respetivamente, nos segmentos de porcelana e cristal e, até 8 de maio de 2020, 21,09% dos trabalhadores da unidade produtiva Bordalo Pinheiro das Caldas da Rainha no segmento da faiança, retomando os demais trabalhadores destas unidades a prestação de trabalho a tempo inteiro ou com redução temporária do período normal de trabalho semanal;

(ii) A suspensão temporária de contratos de trabalho da quase totalidade dos trabalhadores da unidade produtiva Ria Stone em Ílhavo no segmento grés mesa até 4 de maio de 2020, tendo esta suspensão de atividade e a sua retoma a partir dessa data sido previamente consensualizada com o cliente Ikea; e

(iii) A retoma total da atividade das unidades produtivas da Cerutil e Cerexport, respetivamente em Viseu e Aveiro no segmento de grés forno a partir de 13 de abril de 2020.

A 30 de abril foi novamente emitido um comunicado á CMVM, no qual mantendo-se o contexto de paragem parcial da atividade e de incerteza quanto à evolução da Pandemia e ao seu impacto nas perspetivas económicas e nos negócios da VAA, naturalmente dependente da duração e gravidade da crise sanitária e das medidas de resposta à crise, as seguintes subsidiárias da VAA decidiram prorrogar o recurso à medida de “lay-off” simplificado prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março, tendo assim lugar:

(i) A prorrogação da suspensão temporária de contratos de trabalho de parte dos seus trabalhadores comunicada a 9 de abril, passando a abranger, a partir de 30 de abril e até 31 de maio de 2020, cerca de 28,5% dos trabalhadores das unidades produtivas Vista Alegre e Atlantis de Ílhavo e Alcobaça, respetivamente, nos segmentos de porcelana e cristal e, entre 9 e 31 de maio de 2020, cerca de 19,7% dos trabalhadores da unidade produtiva Bordalo Pinheiro das Caldas da Rainha no segmento da faiança, estando nesses períodos os demais trabalhadores destas unidades a prestar trabalho a tempo inteiro ou com redução temporária do período normal de trabalho semanal;

(ii) A retoma parcial da atividade da unidade produtiva Ria Stone em Ílhavo no segmento grés de mesa a partir de 4 de maio de 2020, prorrogando-se a suspensão temporária de contratos de trabalho apenas com relação a cerca de 3,2% dos trabalhadores até 31 de maio de 2020, estando os demais trabalhadores desta unidade a prestar trabalho a tempo inteiro ou com redução temporária do período normal de trabalho semanal. Esta retoma de 2/3 da capacidade instalada desta unidade foi previamente consensualizada com o cliente Ikea e a sua retoma total está alinhada com o plano em curso de reabertura de lojas de retalho deste cliente.

Adicionalmente, a VAA tem vindo ainda a adotar um conjunto de outras medidas destinadas a promover a continuidade dos seus negócios, na medida possível neste contexto, e a resiliência e sustentabilidade do Grupo, em particular:

(i) As medidas no sentido do reforço de esforços comerciais ao nível dos canais online e de parcerias, da racionalização do investimento previsto para o ano em curso e da restrição e controlo de custos (como sejam os relacionados com a rede de retalho);

(ii) Medidas de gestão de liquidez com o esperado acesso ao regime de moratória de créditos em relação a parte da dívida financeira consolidada de curto prazo (com vista ao adiamento do pagamento de €3,7M com vencimento previsto até 30 de setembro de 2020, nos termos do Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março), à Linha de Apoio à Economia Covid no montante de €5,2M (com 18 meses de carência e prazo de 54 meses de reembolso) e a uma conta corrente caucionada com instituição bancária no valor de €1,3M (pelo prazo de 6 meses renovável); e

(iii) A redução de 50% das remunerações dos membros do Conselho de Administração da VAA em funções, com efeitos a abril do ano em curso e enquanto perdurar a situação de “lay-off” simplificado nas suas subsidiárias.

Todas as medidas acima referidas tomadas ao longo dos meses de março e abril de 2020 contribuem para a preservação da saúde dos nossos clientes e trabalhadores e para a manutenção de postos de trabalho, assim como dão lugar a uma redução de gastos operacionais ao nível da VAA e das suas subsidiárias.

Finalmente, e especificamente no que respeita ao cumprimento das condições contratuais ao nível dos rácios financeiros decorrentes do empréstimo obrigacionista contratualizado em outubro de 2019 (Nota 20) o Grupo iniciou um trabalho preparatório para acionar os formalismos necessários tendo em vista a solicitação de uma adaptação e ajustamento dos referidos rácios financeiros aos

impactos decorrentes da atual crise, sendo convicção do Conselho de Administração que tais alterações serão concretizadas.

A VAA continuará a monitorizar, com a prudência que este ambiente de incerteza requer, a evolução desta situação de emergência e as imposições legais e recomendatórias emanadas pelas autoridades competentes de cada país, bem como os impactos resultantes, com vista a adotar as medidas que se venham, em cada momento, a revelar adequadas para o Grupo e para os seus stakeholders, com vista a promover a continuidade dos seus negócios e a resiliência e sustentabilidade do Grupo.

Dada a incerteza quanto ao período de duração de Pandemia provocada pelo COVID-19 e quanto ao seu efeito na economia global, o Grupo Vista Alegre não consegue antecipar o total impacto destes acontecimentos nos seus resultados, mas estima que estes venham a ser relevantes. Não obstante, face ao acima referido e às medidas em curso, o Conselho de Administração entende que dispõe dos recursos adequados para manter as atividades, encontrando-se assegurada a continuidade das operações do Grupo Vista Alegre.

O Contabilista Certificado,

Ílhavo, 08 de maio de 2020

O Conselho de Administração,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as entidades classificadas como partes relacionadas do Grupo Vista Alegre, são as seguintes:

- NCFGEST, SA
- Grupo Visabeira, SA
- Aeroprotechnik - Aerial Engineering, Lda
- Cabling Station Data, SA
- Cass Constructel, Ltd
- Comatel Infraestruturas, Lda.
- Constructel - Contructions et Telecommunications Belgique
- Constructel - Contructions et Telecommunications, SARL
- Constructel África, SA
- Constructel BAU GmbH
- Constructel Denmark, ApS
- Constructel Energie, S.A.
- Constructel Itália, SRL
- Constructel Infra-Structures, SAS
- Constructel GmbH
- Constructel LLC
- Constructel Sweden AB
- Constructel UK, Ltd
- Edivisa - Empresa de Construção Lda.
- Edivisa - Empresa de Construções, SA

- Electrotec - Projecto, Execução e Gestão de Redes de Energia, Lda.
- Electrotec Engenharia, SA
- Electrovisa, Lda.
- Field Force Atlântico, SA
- Gatel, SAS
- Hidroáfrica - Comércio e Indústria, SARL
- IEME, SRL
- Intelvisa, Gestão de Participações, SA
- Modal Installation, SA
- Mascaux 800, SA
- Naturenergia - Agro-Energias, SA
- PDT - Projectos e Telecomunicações, SA
- PTC - Serviços de Telecomunicações, SA
- Real Life - Tecnologias de Informação, SA
- Real Life Advanced Technologies Academy MZ, SA
- Real Life Technologies MZ, SA
- SCI Constructel
- Selfenergy Moçambique, SA
- Sogitel - Sociedade de Gestão Imobiliária, Lda.
- Televisa - Sociedade Técnica de Obras e Projectos, Lda.
- Televisa Marrocos, SA
- TV Cabo - Comunicações Multimédia, Lda.
- TV Cabo Angola, Lda.
- Viatel – Tecnologia de Comunicações, SA
- Visabeira - Sociedade Técnica de Obras e Projectos, Lda.

- Visabeira Global, SGPS, SA
- Visacasa - Serviços de Assistência e Manutenção Global, SA
- Visaqua - Gestão de Infra- estruturas e Serviços, Ambientais, SA
- Yetech, SA
- Agrovisa - Agricultura e Pecuária, Lda.
- Álamo - Indústria e Desenvolvimento Florestal, Lda.
- Ambitermo - Engenharia e Equipamentos Térmicos, SA
- Ambitermo Maroc Chaudieres Industrielles, SARL
- Celmoque - Cabos de Energia e Telec. de Moçambique, SARL
- Granbeira - Soc. de Exploração e Com. de Granitos, SA
- Granbeira II - Rochas Ornamentais, SA
- Marmonte - Mármore de Moçambique, SARL
- Mob - Indústria de Mobiliário, SA
- Mob Cuisines, SASU
- Pinewells, SA
- Tubangol - Tubos de Angola, Lda.
- Visabeira Indústria, SGPS, SA
- Visaconstroi - Construção e Gestão Imobiliária, Lda.
- Gesvisa, SA
- Empreendimentos Tur. Montebelo - Soc. Tur. e Recreio, SA
- Imobiliária Panorama, Lda.
- Inhambane Empreendimentos, Lda.
- Milibangalala, SA
- Movida - Empreendimentos Turísticos, SA
- Mundicor - Viagens e Turismo, SA

- Prato Convivas - Sociedade Hoteleira, Lda.
- Ródia - Sociedade Beiraltina de Turismo e Diversões, SA
- Soginveste Empreendimentos, Lda.
- Turvisa - Empreendimentos Turísticos, Lda.
- VAA - Empreendimentos Turísticos, SA
- Visabeira Turismo, SGPS, SA
- Zambeze - Restauração, S.A
- Zambeze Village, Lda.
- Ifervisa - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento Imobiliário, SA
- Imovisa - Imobiliária de Moçambique, Lda.
- Visabeira Imobiliária, SA
- Visabeira Imobiliária, SGPS, SA
- 2 Logical -Serviços de Consultoria Farmacêutica, SA
- Agrovisa - Agricultura e Pecuária, Lda.
- Ambitermo Angola, Lda.
- Angovisa, Lda.
- Autovisa - Serviços Auto, SARL
- Benetrónica - International Commerce, Imp. e Exportação, SA
- Build Down & Build Up Moçambique, Lda.
- Catari Angola, Lda.
- Combustiveis do Songo, SA
- Convisa Engenharia, Lda.
- Convisa Turismo, Lda.
- Imensis - Soc. Gestão Empreem. Imobiliários, Lda.
- Iutel - Infocomunicações, SA

- Hospital Nossa Senhora da Arrábida, SA
- Mercury Comercial, Lda. (Moçambique)
- Mercury Comercial, Lda. (Angola)
- Mercury South Africa, Lda.
- PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA
- Predibeira - Compra e Venda de Propriedades, Lda.
- Porto Salus
- Rentingvisa, Unipessoal Lda.
- Telesp Telecomunicaciones, Electricidad y Gás de España, SA
- Turvisa, Lda.
- Vibeiras, Sociedade Comercial de Plantas SA
- Visabeira Angola - Investimento e Participações, Lda.
- Visabeira Espanha, SA
- Visabeira Pro - Estudos e Investimentos, SA
- Visabeira Knowledge and Research, SA
- Visabeira Moçambique, Lda
- Visabeira Participações Financeiras, SGPS, SA
- Visabeira Saúde, SA
- Visasecil - Prestação de Serviços, Lda.
- Visatur - Empreendimentos Turísticos, Lda.
- Visauto - Reparações Auto, Lda.

Os membros do Conselho de Administração da Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, em exercício de funções à data de 31 de dezembro de 2019, são:

- Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
- Paulo Jorge Lourenço Pires
- João Manuel Pisco de Castro

- Alexandra da Conceição Lopes
- Alda Alexandra Abrantes Costa
- Paulo José Antunes Soares
- Nuno Miguel Ferreira de Assunção Barra
- Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
- Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
- Cristina Isabel Sousa Lopes
- Teodorico Figueiredo Pais

Os membros do Conselho de Administração da Grupo Visabeira, SA, em exercício de funções à data de 31 de dezembro de 2019, são:

- Fernando Campos Nunes
- Nuno Miguel Rodrigues Terras Marques
- João Manuel Pisco de Castro
- Alexandra da Conceição Lopes
- Paulo Jorge Lourenço Pires
- António Jorge Xavier da Costa

Lista dos Titulares das Participações Qualificadas

elaborada nos termos do disposto no Artigo 8º, n.1, e), do Regulamento n. 4/2004 da CMVM,
com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes,
calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 16º e 20º do Código dos Valores Mobiliários informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que têm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 10%, 20%, 33% e 50% dos direitos de voto, e de acordo com as notificações recebidas na sede da sociedade até à presente data, e com referencia a 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

Acionista	Ações	
	Nº de ações	% dos direitos de voto
Grupo Visabeira, SA (1)		
Directamente (Carteira própria)	5,548,417	3.31%
Através da Visabeira Indústria, SGPS, SA	137,965,770	82.29%
Total imputável ao Grupo Visabeira, SGPS, SA	143,514,187	85.60%
Investidores institucionais	15,240,914	9.09%
Total imputável aos investidores institucionais	15,240,914	9.09%
Caixa Geral de Depósitos, SA:		
Directamente (Carteira própria)	4,188,830	2.50%
Através do FCR Grupo CGD CAPITAL	987,364	0.59%
Total imputável Caixa Geral Depósitos, SA	5,176,194	3.09%
Free Float	3,718,655	2.22%
Sub-totais	167,649,950	100.00%
Ações Próprias	110	0.00%
Total ações Vista Alegre Atlantis	167,650,060	100.00%

(1) A acionista maioritária da VISTA ALEGRE ATLANTIS SGPS, S.A., a VISABEIRA INDUSTRIA, SGPS, S.A., é totalmente detida pela Grupo Visabeira, S.A., em cujo capital social a acionista maioritária, a NCFGEST, S.A., titula 99,45%, sendo esta última sociedade integralmente detida pelo acionista individual Fernando Campos Nunes.

www.vistaalegre.com



VISTA ALEGRE

1824

VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, SA

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Romas Viesulas
romasviesulas@vistaalegre.com

Reuters: VAF.LS e VAFe.LS
Bloomberg: VAFK:PL e VAF:PL